

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

DÉBORA RAQUEL NEUENFELD

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO A PARTIR DA DIMENSÃO CONFIANÇA E
DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

**FLORIANÓPOLIS
2008**

Débora Raquel Neuenfeld

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO A PARTIR DA DIMENSÃO CONFIANÇA E
DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Administração.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Curso de Pós-Graduação em Administração.
Área de concentração em Política e Gestão
Institucional

Orientador: Hans Michael Van Bellen, Dr.

**FLORIANÓPOLIS
2008**

N481c Neuenfeld, Débora Raquel

Capital social e desenvolvimento : um estudo exploratório a partir da dimensão confiança e do índice de desenvolvimento humano / Débora Raquel Neuenfeld ; orientador Hans Michael Van Bellen. – Florianópolis, 2008.

151 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Administração, 2008.

Inclui bibliografia

1. Índice de desenvolvimento humano. 2. Desenvolvimento regional – Santa Catarina. 3. Capital social. 4. Confiança. I. Bellen, Hans Michael Van. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 65

Catálogo na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Débora Raquel Neuenfeld

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO A PARTIR DA DIMENSÃO CONFIANÇA E DO ÍNDICE
DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Política e Gestão Institucional do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 25 de março de 2008.

Prof. Rolf Hermann Erdmann, Dr.
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Hans Michael Van Bellen, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Maria Ester Menegasso, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. João Benjamim da Cruz Júnior, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

**A Deus, que em seu infinito
amor possibilitou-me a vida**

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata...

À minha família, em especial ao meu irmão Matheus por sua ternura e por espalhar amor pelos meus dias.

Ao meu namorado João, por seu amor e compreensão.

Ao Prof. Hans Michael Van Bellen, não só pelo apoio e pelas preciosas contribuições, mas também pela confiança depositada.

A todos os professores que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação ao longo de todos esses anos;

À Banca Examinadora, meus agradecimentos e respeito.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa do Curso de Pós – Graduação em Administração, pelo ensino de excelente qualidade.

Enfim, agradeço a todos que têm me incentivado, que acreditam e torcem por mim. Muito obrigada...

"A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original."

(Albert Einstein)

RESUMO

NEUENFELD, Débora Raquel. **Capital social e desenvolvimento**: um estudo exploratório a partir da dimensão confiança e do índice de desenvolvimento humano. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Orientador: Hans Michael Van Bellen

Defesa: 25/03/08

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar como se apresentam os indicadores de desenvolvimento humano em dez regiões do Estado de Santa Catarina que expressam diferentes níveis de confiança. Trata-se de um estudo de cunho exploratório e descritivo que utilizou uma abordagem qualitativa. Em relação aos dados, estes foram coletados de fontes secundárias, utilizando-se dos dados do índice de desenvolvimento humano municipal das regiões e dos resultados da pesquisa intitulada “Diagnóstico do Capital Social em dez regiões de Santa Catarina” realizado pelo Grupo Politéia, grupo de pesquisa do Centro de Ciências da Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Para a análise dos dados utilizou-se da análise de conteúdo. A presente dissertação, além de apresentar reflexões a respeito da noção de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, também apresentou uma análise da evolução do conceito de capital social e do entendimento dos autores sobre sua possível associação ao conceito de desenvolvimento. Ainda, procura-se discutir o conceito de indicadores e sua utilização nas ciências sociais. Com base nos dados da pesquisa, foram analisados os índices de desenvolvimento humano das dez regiões do Estado de Santa Catarina separadamente de forma a obter um panorama da situação de cada região no que se refere a este índice. Verificou-se também o capital social das regiões por meio da análise do nível de confiança expresso pelos pesquisados pelo Grupo Politéia. Tal análise possibilitou a constatação de que há diferenças consideráveis entre o nível de confiança atribuído pelos pesquisados aos diversos agentes institucionais em todas as regiões estudadas. Por fim, foram analisadas as possíveis relações entre o índice de desenvolvimento humano e o nível de confiança das regiões. A análise do IDHM das regiões e dos níveis de confiança expressos pelos dirigentes das organizações sociais analisadas permitiu afirmar que há uma relação positiva entre o índice de desenvolvimento humano e o capital social na maioria das regiões. Contudo, a análise das informações referentes às pessoas da comunidade não permitiu afirmar que há relação entre eles. Destaca-se também que este trabalho busca colaborar na evolução das produções de cunho acadêmico relacionadas ao desenvolvimento humano e ao capital social, uma vez que se entende que tais estudos possam trazer importantes contribuições para o estabelecimento de ações que visem o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Capital Social, Confiança

ABSTRACT

NUNES, Nilce. **Avaliação da eficiência produtiva de organizações educacionais**: uma aplicação do método de Análise Envoltória de Dados sobre a produção científica de departamentos de ensino da Universidade Federal de Santa Catarina. 1998. 151 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

Orientador: Jair Santos Lapa

Defesa: 21/10/98

The present work has as its main objective analyzing how human development indicators are present in ten regions of the State of Santa Catarina which express different levels of confidence. Therefore, it is about an exploratory and descriptive study which made use of a qualitative approach. The data has been collected through secondary sources, making use of municipal human development index of the regions, and the results of a research called “Social Capital Diagnosis in ten regions of Santa Catarina”, performed by Politéia Group, a research group from the Management Science Center of the University of the State of Santa Catarina (UDESC). Data analysis has been performed making use of content analysis. The research, besides presenting reflections concerning the notion of development and sustainable development, has also brought up an analysis of the social capital concept evolution and the authors understanding about its possible association with the development concept. Still, an attempt is made in discussing the concept of indicators and its use in social sciences. Based on the research data, human development indexes of those ten regions of the State of Santa Catarina have been analyzed separately to obtain a panorama of the situation in each region concerning such index. The social capital of those regions has also been verified through the analysis of confidence level expressed by those surveyed by Politéia Group. Such analysis has permitted the recognition of considerable differences between the confidence level assigned by surveyed people to various institutional agents in all studied regions. Finally, the possible relations between human development index and the confidence levels in the regions have been analyzed. The analysis of MHDI of regions and the confidence level expressed by the leaders of researched social organizations allows to state there is a positive relation between human development index and social capital in most regions. Nevertheless, the analysis of information concerning people of the community did not allow stating such relationship. It is important to make clear that this work focuses on collaborating with the evolution of academic production related to human development and social capital, since such studies can bring important contributions to establish actions which aim sustainable development of society.

Keywords: Development, Social Capital, Confidence

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Pirâmide de informações	62
GRÁFICO 1 - Evolução do IDH Brasileiro de 1975-2005 em comparação com países latino-americanos	79
GRÁFICO 2 - IDHM, IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R das regiões em estudo	99
GRÁFICO 3 - IDHM e nível de confiança dos dirigentes das organizações	132
GRÁFICO 4 - IDHM e nível de confiança das pessoas da comunidade.....	134

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Relacionamento entre as categorias de capital social	45
QUADRO 2 - Características da confiança	52
QUADRO 3 - Natureza da confiança	53
QUADRO 4 - Componentes da atitude de confiança	54
QUADRO 5 - Resumo das dimensões da confiança	55
QUADRO 6 - Municípios das regiões catarinenses pesquisadas pelo Grupo Politéia	69
QUADRO 7 - Organizações, dirigentes e pessoas pesquisadas	70
QUADRO 8 - Evolução dos indicadores de desenvolvimento humano no Brasil	78
QUADRO 9 - Índice de desenvolvimento humano – Renda de Santa Catarina	85
QUADRO 10 - Índice de desenvolvimento humano – Longevidade de Santa Catarina	86
QUADRO 11 - Índice de desenvolvimento humano – Educação de Santa Catarina	87
QUADRO 12 - IDHM 2000 dos municípios da região de Araranguá	89
QUADRO 13 - IDHM 2000 dos municípios da região de Brusque	90
QUADRO 14 - IDHM 2000 dos municípios da região de Chapecó	91
QUADRO 15 - IDHM 2000 dos municípios da região de Dionísio Cerqueira	92
QUADRO 16 - IDHM 2000 dos municípios da região de Itajaí	93
QUADRO 17 - IDHM 2000 dos municípios da região de Joaçaba	94
QUADRO 18 - IDHM 2000 dos municípios da região de Joinville	95
QUADRO 19 - IDHM 2000 dos municípios da região de Lages	96
QUADRO 20 - IDHM 2000 dos municípios da região de Rio do Sul	97
QUADRO 21 - IDHM 2000 dos municípios da região de São Miguel do Oeste	98
QUADRO 22 - IDHM das regiões em estudo	99
QUADRO 23 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Araranguá	102
QUADRO 24 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de Araranguá	103
QUADRO 25 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Brusque	104
QUADRO 26 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de Brusque	105

QUADRO 27 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Chapecó	106
QUADRO 28 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de Chapecó	107
QUADRO 29 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Dionísio Cerqueira	108
QUADRO 30 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de Dionísio Cerqueira.....	109
QUADRO 31 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Itajaí	110
QUADRO 32 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de Itajaí	111
QUADRO 33 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Joaçaba.....	113
QUADRO 34 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de Joaçaba.....	114
QUADRO 35 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Joinville	115
QUADRO 36 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de Joinville	116
QUADRO 37 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Lages.....	118
QUADRO 38 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de Lages.....	119
QUADRO 39 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Rio do Sul.....	120
QUADRO 40 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de Rio do Sul.....	121
QUADRO 41 - Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de São Miguel do Oeste.....	122
QUADRO 42 - Nível de confiança dos dirigentes das pessoas das comunidades da região de São Miguel do Oeste.....	123
QUADRO 43 - Percentual de não confiança nos agentes institucionais na percepção dos dirigentes das organizações sociais	125

QUADRO 44 - Percentual de pouca confiança nos agentes institucionais na percepção dos dirigentes das organizações sociais	126
QUADRO 45 - Percentual de muita ou total confiança nos agentes institucionais na percepção dos dirigentes das organizações sociais.....	127
QUADRO 46 - Percentual de não confiança nos agentes institucionais na percepção das pessoas das comunidades.....	128
QUADRO 47 - Percentual de pouca confiança nos agentes institucionais na percepção das pessoas das comunidades.....	129
QUADRO 48 - Percentual de muita ou total confiança nos agentes institucionais na percepção das pessoas das comunidades	130
QUADRO 49 - IDHM e nível de confiança nas regiões em estudo	131

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA NA ADMINISTRAÇÃO	18
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.3 OBJETIVOS	21
1.3.1 Objetivo geral	21
1.3.2 Objetivos específicos	21
1.4 JUSTIFICATIVA	21
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	23
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1 DESENVOLVIMENTO.....	24
2.1.1 Desenvolvimento sustentável	32
2.1.2 Desenvolvimento local	37
2.2 CAPITAL SOCIAL.....	39
2.2.1 Dimensões do capital social	46
2.2.2 Confiança.....	51
2.2.3 Confiança como componente do capital social	56
2.2.4 Capital social e desenvolvimento	57
2.3 INDICADORES	59
2.3.1 Indicadores sociais.....	63
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	66
3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	67
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	72
3.4 DEFINIÇÃO DOS TERMOS DA PESQUISA.....	72
3.4.1 Definições constitutivas das variáveis	73
3.4.2 Definições operacionais das variáveis	74
3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	75
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
4.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	76

4.1.1 Índice de desenvolvimento humano do Brasil.....	78
4.1.2 Índice de desenvolvimento humano municipal	79
4.1.2.1 Educação.....	80
4.1.2.2 Longevidade	81
4.1.2.3 Renda.....	82
4.1.3 Índice de desenvolvimento humano dos Estados da Federação	83
4.1.4 Índice de desenvolvimento humano do Estado de Santa Catarina	84
4.1.5 Índice de desenvolvimento humano das regiões de estudo	89
4.2 CAPITAL SOCIAL.....	100
4.2.1 Nível de confiança por região.....	101
4.2.2 Nível de confiança das regiões por tipo de público pesquisado	124
4.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E CAPITAL SOCIAL	131
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	137
REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

As sociedades modernas vêm gradualmente percebendo os problemas inerentes ao modelo de desenvolvimento vigente. O aumento do nível das desigualdades e de exclusão, além do agravamento de vários problemas sociais e ambientais, tem mostrado de forma clara que o desenvolvimento econômico por si só não é suficiente para produzir uma sociedade mais justa.

Neste contexto, um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem. Pensar neste tipo de desenvolvimento pode ser aparentemente simples, mas encerra uma revolução de idéias e práticas sociais.

Para Furtado (2004) e Sen (2000) o desenvolvimento deve permitir em primeiro lugar a satisfação das necessidades básicas do homem, que é o acesso à alimentação, saúde, educação, segurança e moradia. Neste tipo de desenvolvimento deve haver a participação da população nas tomadas de decisão e na propositura de soluções para as principais mazelas da humanidade, tomando partido e influenciando a destinação dos recursos públicos. Este tipo de desenvolvimento deve oferecer garantias de uma vida melhor, mais autônoma, com segurança social e redução drástica das desigualdades sociais.

Em resposta à crescente necessidade de conciliar o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Peres (2001), desenvolvimento sustentável é um termo abrangente que incorpora as diversas dimensões da realização pessoal dos membros dos diferentes grupos populacionais. Ele vai muito além do crescimento econômico, embora este seja um pré-requisito fundamental para se alcançar aquele. Inclui dimensões como liberdade de expressão e direitos às diversas formas de dignidade nas relações sociais, associadas a um mínimo de acesso a bens e serviços disponíveis a outros grupos populacionais ou a outros membros de seu grupo, além da preservação do meio ambiente.

Para Jardim (2005) o desenvolvimento sustentável é a equação que deve ter, como alicerce, a preservação do meio ambiente e, como pilar, o desenvolvimento econômico, na tentativa de buscar satisfazer a melhor relação entre progresso, meio e homem. Traduz-se, ademais, em harmonia na convergência do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural para que o homem alcance a dimensão das liberdades, isto é, a liberdade material e a imaterial. Para o autor, o ser humano deve ser o elo importante da coesão social para a real medida do

desenvolvimento da cidadania em todas as possibilidades, para que o indivíduo saia da qualidade de objeto para a qualidade de sujeito capaz de redimensionar a idéia de existência na obtenção do título de cidadão planetário e da autonomia consistente, sem a negação da subjetividade.

Nas discussões sobre como alcançar o desenvolvimento sustentável tem se destacado, nos últimos anos, o conceito de capital social. Putman (1996) define o capital social como sendo a confiança, as normas que regulam a vida em comum, as redes de associações civis, os elementos que aperfeiçoam a eficácia da organização social por meio da promoção de iniciativas tomadas em comum acordo.

Para Coleman (1988) o capital social é uma espécie de resposta à idéia que a sociedade é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros e o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes.

Dotto et al. (2003) afirma que o capital social depende das relações sociais estáveis e duráveis estabelecidas entre pessoas e grupos numa determinada sociedade. Tal afirmação é baseada no trabalho de Franco (2001), que atribui ao capital social as seguintes características: a qualidade de ser um fator ou variável do desenvolvimento; a natureza de ser algo que pode ser produzido, acumulado e reproduzido e, portanto, de uma forma ou tipo de ‘capital’; e uma origem ‘social’, ou seja, de algo que é produzido, acumulado e reproduzido socialmente, em função do tipo de relações sociais estabelecidas.

A importância do capital social para o desenvolvimento é exposta por Paula (2001), que argumenta que quanto maior a capacidade das pessoas de se associarem em torno de interesses comuns, ou seja, quanto maiores os indicadores de organização social, tanto melhores as condições de desenvolvimento. Para Riedl e Vogt (2003) o capital social é essencial ao desenvolvimento endógeno, que exige a cooperação permanente entre os atores regionais para criar e manter um ambiente econômico competitivo.

Da possível associação entre desenvolvimento e capital social expressa pelos autores a presente pesquisa dedica-se a verificar de que forma se apresentam os índices de desenvolvimento humano em regiões com diferentes níveis de confiança.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA NA ADMINISTRAÇÃO

Vários autores têm apontado o capital social e a participação social como elementos importantes para o fortalecimento da democracia, ao desenvolverem a capacidade das pessoas envolverem-se com – e se responsabilizarem pelo – desenvolvimento social, resolvendo problemas comuns e possibilitando o controle dos resultados. Desde a década de 80, observa-se a implantação de programas federais e locais que privilegiam estratégias participativas. A participação social é essencial ao desenvolvimento quando os vínculos sociais contribuem para melhorar a qualidade de vida da comunidade, gerando capacidades de ação coletiva que permitem às pessoas influir e intervir sobre processos sociais (FERRAREZI, 2003).

Nesse sentido, recebem destaque as políticas públicas com arranjos participativos na elaboração e/ou execução, ou em iniciativas como conselhos e fóruns. Um arranjo institucional que contemple a democracia participativa, por meio de políticas públicas, é fator decisivo ao oferecer estímulos à participação, fornecer complementaridade de capacidades e recursos e ampliar o diálogo entre atores e interesses conflitivos, inserindo a população local e suas redes nas decisões políticas sobre os assuntos públicos (FERRAREZI, 2003).

Segundo Menegasso (2006), no âmbito do poder público, pesquisas sobre o capital social podem subsidiar decisões governamentais, no sentido da formulação e implantação de políticas públicas e planos políticos voltados a transformar e dinamizar as comunidades que anseiam por um desenvolvimento local sustentável.

A noção do capital social tem muito a oferecer tanto aos propósitos da academia quanto aos gestores públicos, pois, segundo inúmeros autores, o conceito de capital social oferece instrumentos precisos e operacionalmente úteis para explicar o grande desafio empírico, político e teórico do século XXI: a ação do Estado (políticas públicas) coordenando e dependendo da interação com as comunidades politicamente articuladas (MENEGASSO, 2006).

Neste contexto, segundo Araújo (2002), os modelos de gestão pública, cuja essência se baseia na Administração Científica e nas Teorias Clássicas da gestão, necessitam evoluir para novos estilos e novas formas de abordar os problemas e encontrar soluções num contexto em que a incerteza, a mudança e o conhecimento são cada vez mais os elementos que caracterizam o ambiente em que os administradores públicos atuam.

Para o autor, na administração tradicional as soluções que são apresentadas nem sempre são as melhores ou mesmo aceitas porque não é permitido aos atores que são afetados por essas decisões participar na busca de soluções. A nova Administração requer estratégias que permitam a participação das partes que são afetadas ou envolvidas na solução e no qual o papel do administrador público está mais voltado para a promoção da discussão e do monitoramento do processo de debate para que os participantes integrem a informação que está disponível na procura de uma solução.

Este envolvimento requer uma nova forma de atuação dos cidadãos e dos administradores públicos. Os primeiros passam a participar e a ter um papel mais ativo no processo governamental e os segundos a criar as condições para a participação atuante como facilitadores deste processo. O papel dos administradores públicos não se resumirá às preocupações com a eficiência e eficácia, mas terá de compreender a reconciliação de expectativas, as necessidades coletivas, as considerações sociais e econômicas de forma a encontrar soluções que lhe permitam resolver os problemas (DENHARDT e DENHARDT, 2000).

O acesso à informação através de novos meios, como por exemplo a internet, e a rapidez com que ela circula alarga as oportunidades para as organizações públicas promoverem a participação e o conhecimento. A questão que se coloca consiste em encontrar uma ligação entre a preocupação com o desempenho das organizações e a sua eficiência e simultaneamente a participação dos cidadãos (ARAÚJO, 2002).

Compete aos administradores públicos desenvolver o tipo de relacionamento que favoreça a concretização dos objetivos e satisfaça os atores envolvidos. A mudança no papel de liderança dos administradores públicos contribuirá para o estabelecimento e consolidação desta ligação com os cidadãos.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Entre setembro de 2005 e março de 2006 o Grupo Politéia, grupo de pesquisa do Centro de Ciências da Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob a coordenação da Professora Maria Ester Menegasso, realizou uma pesquisa intitulada

“Diagnóstico do Capital Social em dez regiões de Santa Catarina”. Foi um estudo exploratório em que foram aplicados questionários, tanto para os dirigentes das organizações sociais quanto para a comunidade atendida por tais organizações, que visavam aferir o nível de capital social em cada comunidade considerando seis dimensões: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; e, poder e ação política.

Para a realização do presente estudo, o capital social foi analisado segundo a dimensão confiança. Desta forma, foram estudadas as informações referentes ao nível de confiança expresso pelos pesquisados no estudo do Grupo Politéia. Esta análise justifica-se porque, segundo Fukuyama (1996), confiança é o componente mais importante do capital social. Para o autor, o capital social é uma capacidade social cuja emergência se deve à prevalência do fator confiança numa dada sociedade ou em parte dela.

O desenvolvimento foi analisado a partir do índice de desenvolvimento humano de cada comunidade estudada. O índice de desenvolvimento humano (IDH) foi criado em 1990 pelo Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de ser uma medida indicativa e não exaustiva do desenvolvimento humano. Este índice é composto pela expectativa de vida, o grau de escolarização e os rendimentos de uma sociedade, sendo assim um contraponto ao indicador Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Desde que foi criado o IDH tem sido aceito como uma das formas mais confiáveis de comparação do desenvolvimento humano dos mais diversos países ao longo do tempo.

Com base nas informações referentes ao nível de confiança dos pesquisados e nos índices de desenvolvimento humano dos municípios catarinenses do ano de 2000, ano do último censo demográfico realizado cujos dados estão disponíveis, levantou-se o seguinte problema de pesquisa:

Como se apresentam os indicadores de desenvolvimento humano em regiões do Estado de Santa Catarina que expressam diferentes níveis de confiança?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como se apresentam os indicadores de desenvolvimento humano em dez regiões do Estado de Santa Catarina que expressam diferentes níveis de confiança.

1.3.2 Objetivos Específicos

No sentido de alcançar o objetivo geral, alguns objetivos específicos são definidos para o trabalho:

- a. Identificar e analisar o índice de desenvolvimento humano em dez regiões do Estado de Santa Catarina;
- b. Verificar o capital social das regiões por meio da análise do nível de confiança;
- c. Analisar as possíveis relações entre o índice de desenvolvimento humano e o nível de confiança das regiões.

1.4 JUSTIFICATIVA

Para Lakatos e Marconi (1991) um trabalho de investigação científica deve ser: viável, o trabalho pode ser eficazmente resolvido através da pesquisa; relevante, deve ser capaz de trazer

conhecimentos novos; novo, estar adequado ao estágio atual da evolução científica; exequível, pode chegar a uma conclusão válida; e, oportuno, atender a interesses particulares e gerais.

Neste estudo é analisado o capital social expresso pelos os níveis de confiança manifestados por dirigentes de organizações sociais e pessoas das comunidades de regiões do Estado de Santa Catarina, e a possível relação destes níveis com os índices de desenvolvimento humano (IDH) das referidas regiões. A importância desta discussão está embasada na ideia de Putman (1996) de que o estudo do tema capital social é importante para o desenvolvimento de uma sociedade onde as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade dos governos democráticos, em decorrência das externalidades positivas, produzidas sobre o indivíduo e sobre a sociedade.

Ainda, segundo Menegasso e Salm (2004), o levantamento do capital social é essencial para o conhecimento do potencial de articulação e de sustentabilidade de uma região, bem como importante instrumento potencial para elaboração de um plano de desenvolvimento local.

Salienta-se também que este trabalho busca colaborar na evolução das produções de cunho acadêmico relacionadas ao desenvolvimento humano e ao capital social, uma vez que se entende que tais estudos possam trazer importantes contribuições para o estabelecimento de ações que visem o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Além disso, este trabalho procura contribuir para o desenvolvimento de novas formas de Administração Pública que tenham como base o envolvimento e a participação da comunidade. Isto porque, segundo muitos autores, a colaboração entre o poder público e a sociedade civil é um importante mecanismo de aumento de estoque de capital social e do nível de confiança, bem como um fator decisivo para eficácia das ações públicas.

A originalidade do trabalho consiste no fato de buscar possíveis relações entre o capital social e o índice de desenvolvimento humano tendo como foco de análise o nível de confiança. A execução deste projeto é viável, pois pesquisador possui os meios para realizar a pesquisa.

Por fim, busca-se com este trabalho colaborar na evolução das produções de cunho acadêmico relacionadas ao desenvolvimento humano e ao capital social, além de atender a interesses do pesquisador em melhor compreender as relações sociais e o desenvolvimento da sociedade a qual pertence.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

De acordo com os objetivos propostos, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo e presente capítulo é introdutório. Nele são apresentados a contextualização do tema e o problema da pesquisa, juntamente com os objetivos e a justificativa do estudo e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo diz respeito à fundamentação teórica. Ele inclui considerações sobre o desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento local. Ainda, é abordado o tema capital social, conceitos e dimensões e finalmente é apresentado uma discussão a respeito de indicadores.

O terceiro capítulo dedica-se a descrição da metodologia utilizada para a realização da pesquisa, é onde são apresentados a caracterização da pesquisa, a técnica de coleta de dados, os procedimentos de análise de dados, a definição dos termos da pesquisa e as limitações da pesquisa. É importante ressaltar que é este capítulo que dá confiabilidade ao trabalho.

O capítulo quatro descreve a análise dos dados coletados. É onde são analisados os índices de desenvolvimento humano, o capital social das regiões e as possíveis relações entre eles. O quinto capítulo relata as conclusões da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo buscou-se abordar, utilizando-se do esclarecimento de alguns autores, assuntos pertinentes à temática deste trabalho, dando assim subsídios para a resolução do problema proposto.

Sendo assim, apresentam-se temas como desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, capital social, indicadores, indicadores sociais, dentre outros, que se fazem importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.1 DESENVOLVIMENTO

O estudo do desenvolvimento já era tratado, ainda que de maneira tangencial e com conotação da atual, pelos economistas clássicos nos séculos XVIII e XIX. Esses autores analisavam as perspectivas para áreas que naquele tempo eram denominadas de atrasadas, ou seja, as colônias. No entanto, pode-se constatar que, em verdade, os estudos eram voltados não para o crescimento das colônias, a parte menos desenvolvida, mas para o desenvolvimento das metrópoles que tinham como função explorar as colônias (BUSTELO, 1999).

Adam Smith via na divisão do trabalho, que impulsionou o avanço da produtividade, e na sua especialização, o elemento essencial para a geração de riqueza. Buscando entender como cresce a riqueza das nações, concluiu que o crescimento econômico ocorre por intermédio do liberalismo, já que a expansão dos mercados leva ao aumento da renda e do emprego (SMITH, 1988). Para o autor, a liberdade total para os agentes econômicos, a presença mínima do Estado e o individualismo são condições necessárias ao crescimento econômico.

As constatações de Adam Smith tiveram tal importância que vieram a influenciar outros estudiosos também de renome, como é o caso de David Ricardo. O economista David Ricardo (1988) defendia o controle populacional para o crescimento econômico além de preconizar o estado estacionário que teria como características o controle da natalidade, a livre importação de alimentos, a livre negociação de salários e o combate a Lei dos Pobres (FILLIPIM, 2005).

Ricardo aperfeiçoou a teoria do livre comércio internacional, introduzindo o princípio das “vantagens comparativas”. Isso quer dizer que, mesmo que um país seja mais produtivo na produção de todos os bens, ele deve concentrar sua produção apenas naqueles em que a diferença de produtividade e de custos seja maior, quando comparados com seus parceiros comerciais. Com isso, não apenas seus ganhos de comércio serão maiores, mas todos sairão ganhando. O autor defendia também o liberalismo econômico e a presença mínima do Estado na economia, inclusive no que se refere às questões sociais.

Outro autor que tratou do tema desenvolvimento foi John Keynes. Keynes (2002), por sua vez, só se preocupou com os problemas de desenvolvimento das economias atrasadas no fim de sua vida; mesmo assim, ele abriu as portas à Economia do Desenvolvimento ao dizer que não existe uma única análise econômica apta a estudar qualquer tipo de situação real. Ele determinou que as circunstâncias alteram não só os casos, mas também as teorias econômicas. Mas como já havia ocorrido com as idéias de outros autores, a teoria keynesiana também acaba sendo de uso limitado para países subdesenvolvidos, visto que possuía um enfoque voltado mais para as economias desenvolvidas (SILVA, 2007).

O neoclássico Marshall (1988) ressaltava sua crença na capacidade de trabalho e nas possibilidades do crescimento oriundo do avanço tecnológico. Para o autor o crescimento da riqueza é gradativo e harmonioso, fomentado por soluções crescentes que a tecnologia seria capaz de gerar. Marshall previa uma saída industrialista para o crescimento econômico e defendia a formação de mercado de trabalho especializado e investimentos na melhoria da infra-estrutura.

As alternativas para o desenvolvimento são vistas pelos neoclássicos sob a ótica de otimização de recursos que pode gerar crescimento econômico não envolvendo outras dimensões tais como a social, a ambiental e a política. Refere-se a uma visão antropocêntrica, em que o homem é o senhor da natureza, designado a dominá-la e convertê-la em seu próprio proveito (FILLIPIM, 2005).

Nessa vertente economicista da trajetória do conceito de desenvolvimento, encontra-se Joseph Schumpeter. Para Schumpeter (1982) considera-se como desenvolvimento somente as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa.

... desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo dos fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1982).

Schumpeter (1982) mesmo não sendo socialista assumia que seu pensamento era influenciado por Marx. Foi o precursor da utilização do termo empreendedor e via seu significado não como o difundido atualmente, mas como aquele indivíduo que utilizava seu capital humano na busca de atividades inovadoras.

Contudo, a preocupação com o tema desenvolvimento aparece após a Segunda Guerra Mundial quando a crise econômica ocasionou o questionamento do paradigma do progresso linear visto como uma virtude natural. Os estudos referentes ao desenvolvimento passaram a ser orientados por duas principais correntes de pensamento: a liberal e a estruturalista. Os liberais defendem o mercado como regulador por excelência e do individualismo como motivador da ação social, adota os termos crescimento econômico e desenvolvimento como sinônimos, cujo caráter evolutivo indicava, em termos gerais, reproduzir modelos e experiências dos países desenvolvidos para que essa situação fosse atingida pelos demais (GOULART, 2006).

O foco de análise dos estruturalistas são as relações econômicas de dependência centro-periferia, os problemas concernentes à inserção da industrialização nos países em desenvolvimento e à formação do capital. A corrente estruturalista encontrou seu ponto de apoio nos estudos desenvolvidos pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), tendo em Raúl Prebisch seu marco doutrinário principal, também seguido por Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Helio Jaguaribe, entre outros.

Segundo Prebisch (1983) apud Melo (2006) a principal característica da economia é a coexistência de um centro, que comanda o desenvolvimento tecnológico, e uma vasta e heterogênea periferia. O tipo de relações que existem entre o centro e a periferia estaria na base do fenômeno de concentração de renda em escala mundial, que se realiza principalmente por meio da deterioração persistente dos termos do intercâmbio com os países periféricos. Nesse sentido, Ricupero (2004) destaca que um dos aspectos fundamentais do legado intelectual de Prebisch foi sua atitude frente ao mundo: a busca por um caminho latino-americano próprio, baseado na realidade local, como um dos critérios fundamentais para avaliar e adaptar criticamente as teorias e terapias importadas.

É certo que as idéias defendidas pelos intelectuais do pensamento cepalino foram suplantadas pela corrente liberal, em consonância com a onda ditatorial que correu o continente sul-americano entre as décadas de 60 e 80. É válido afirmar que foi nesse período que o Brasil alcançou seus melhores índices de crescimento, entretanto a repercussão na estrutura social brasileira se deu na forma acelerada “modernização dos padrões de consumo” e não de uma efetiva transformação, nos termos propostos por (FURTADO, 2000, p.27 apud GOULART, 2006).

Nos trabalhos de Celso Furtado encontra-se grande reflexão sobre a situação de periferia ocupada pelos países latino-americanos, especialmente o Brasil, tendo o estudioso discorrido vastamente sobre o assunto e destacado, assim como o fez seu contemporâneo Raúl Prebisch, a especificidade da realidade econômica da América Latina (FURTADO, 2003).

De acordo com Furtado (1994) o desenvolvimento é visto com restrições por muitos analistas sociais, que apontam novos caminhos para política desenvolvimentista. O desenvolvimento situa os subdesenvolvidos em estado subordinado de subjugação e discriminação. Mas, ainda assim, é um conceito moderno que guarda grande significado, influenciando na forma de pensar e de agir das pessoas. A idéia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo e prevalece na época atual. O homem é visto a partir dela, como um fator de transformação tanto no contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo.

Segundo Furtado (1974) o subdesenvolvimento seria fruto dos aumentos da produtividade do trabalho, decorrentes da simples realocação de recursos visando obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional. O progresso técnico e a correspondente aceleração no processo de acumulação, verificado nos países em que a industrialização penetrou primeira (os centrais), permitiu que a produtividade do trabalho crescesse em outras áreas. Naquelas regiões em que o desenvolvimento da agricultura era à base da economia, como no Brasil, por exemplo, o incremento da produtividade se deu sem maiores modificações nas técnicas de produção, já que a transformação de uma agricultura de subsistência para a uma de caráter comercial não significa, necessariamente, o abandono dos métodos tradicionais de produção.

O excedente criado por essa transformação da produtividade (nos países periféricos eminentemente agro-exportadores) destinou-se ao financiamento de uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes, mediante a importação de novos artigos, não tendo se destinado ao processo de formação de capital. É dizer, nos países periféricos, o

excedente criado pelo aumento da produtividade não se transformava em novos investimentos produtivos, mas na importação de produtos destinados ao consumo de uma reduzida classe de beneficiários. Eis a origem das formações sociais identificadas como economias subdesenvolvidas (FURTADO, 1974).

Para Furtado (1974) a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela foi possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em outros objetivos abstratos.

Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (Furtado, 1974 p. 75).

Para Furtado (1974), a literatura sobre o desenvolvimento econômico nos dá um exemplo desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento de seu conteúdo se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual pode ser universalizado o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial.

O mais importante é que a idéia de desenvolvimento está no cerne da visão de mundo que prevalece em nossa época. Nela se funda o processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo. Existe evidência de que a invenção cultural tende a ocorrer em torno de dois eixos: a busca da eficácia na ação e a busca de propósito para a própria vida. A primeira tem sido chamada de racionalidade instrumental ou formal e a segunda de racionalidade substantiva, ou dos fins. A invenção diretamente ligada à ação supõe a existência de objetivos previamente definidos. Ela gera a técnica. Já a invenção ligada aos desígnios últimos gera valores, que podem ser morais, religiosos, estéticos, etc. (VEIGA, 2005).

Segundo Furtado (2000) o gênio inventivo do homem foi canalizado nos últimos duzentos anos para a criação técnica, o que explica sua extraordinária capacidade expansiva. E é a esse quadro histórico que se deve atribuir o fato de que a teoria do desenvolvimento tenha ficado circunscrita à lógica dos meios, tendendo a se confundir com a explicação do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial. No entanto, o desenvolvimento deve ser entendido

como processo de transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins.

Para Furtado (1984) a idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a metamorfose social deriva dessa outra idéia simples de que é mediante as invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento.

O que diferencia o desenvolvimento de crescimento é essencialmente a mudança qualitativa que é impregnada no processo. Segundo Celso Furtado:

o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (Furtado, 2004 p. 484).

Quando se admite que é errado reduzir o desenvolvimento ao aumento da renda per capita, é muito comum que imediatamente surja à idéia de que o desafio fundamental, então, seria o da distribuição de renda. Isto é, que o desenvolvimento poderia ser facilmente definido pela combinação do crescimento com a distribuição de renda. Infelizmente o problema não é tão simples. O papel da renda e da riqueza, ainda que seja de extrema importância, tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação. A pobreza deve ser vista como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda (VEIGA, 2005).

Apesar de pobreza ser uma idéia essencialmente econômica, não há como entendê-la sem sua dimensão cultural. Foi Adam Smith quem estabeleceu essa estreita ligação entre privação cultural e pobreza econômica. Não disse apenas que a pobreza assume a forma bruta de fome e privação física, mas também que ela pode surgir nas dificuldades que alguns segmentos encontram para participar da vida social e cultural da comunidade. Para ele, os chamados “bens de primeira necessidade” não são apenas aqueles indispensáveis para o sustento, mas todos os que o país considera indigno que alguém não possua. A cultura estabelece uma importante

relação entre rendimentos relativos e capacidades humanas absolutas, afirma o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 (VEIGA, 2005).

De acordo com o referido relatório, o desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas das pessoas, através da expansão das funções e capacidades humanas. Deste modo, o desenvolvimento humano também reflete os resultados nestas funções e capacidades. Representa um processo, bem como um fim (PNUD, 2008).

Aí está uma mudança fundamental no modo de se entender o desenvolvimento. Essa mudança é claramente exposta pela definição que Sen dá ao desenvolvimento: “consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10). Sob este enfoque as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais com oportunidades sociais adequadas os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino (SEN, 2000). As pessoas passariam a ser agentes e não beneficiários passivos do processo de desenvolvimento.

Sen (2000) diferencia dois papéis da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo que diz respeito as liberdades substantivas, que compreendem capacidades elementares como ter condições de evitar privações, ter participação política e liberdade de expressão. Já o papel instrumental refere-se a liberdade global que as pessoas têm de viver do modo como desejarem.

Para Sen (2000) o desenvolvimento econômico não pode ser o fim em si mesmo. Não é possível desfrutar a liberdade tendo qualquer privação. Toda forma de privação de liberdade é a negação da liberdade de sobreviver. É a compreensão de desigualdade de oportunidade na ausência de condições mínimas de existência tais como o acesso a saúde, saneamento básico, educação funcional, emprego remunerado, que isola e nega a condição de agentes dos indivíduos impossibilitando-os de atuar livremente e de construir o futuro como queiram, ou seja, na transcendência de si mesmo.

Sendo assim, quando os indivíduos passam a contar com oportunidades sociais adequadas eles podem efetivamente dirigir o seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Neste contexto, eles deixam de serem vistos como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento.

Sen (2000, p.49) declara que:

O processo de desenvolvimento, nessa visão, não difere em essência da história do triunfo sobre essas privações de liberdade. Embora essa história não seja de modo algum desvinculada do processo de crescimento econômico e de acumulação de capital físico e humano, seu alcance e abrangência vão muito além dessas variáveis.

Na concepção de Sen (2000), só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas. E muitas oportunidades na vida permanecerão inacessíveis. Além disso, há um fundamental pré-requisito que precisa ser mais explicitado: as pessoas têm que ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas. Para que garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas.

A gama de capacidades que os indivíduos podem ter e as escolhas que podem ajudar a expandir essas capacidades são potencialmente infinitas, embora varie muito conforme a pessoa. Porém, a política pública trata de fixar prioridades e há dois critérios úteis na identificação das capacidades mais importantes para avaliar o progresso mundial na realização do bem-estar humano. Em primeiro lugar, essas capacidades devem ser universalmente valorizadas. Em segundo, devem ser básicas para a vida, no sentido de que sua ausência impediria muitas outras escolhas (VEIGA, 2005).

Furtado (2000), ao estudar profundamente a estrutura política e econômica do Brasil, revela que nos encontramos diante de um impasse, que só poderá ser superado pela criatividade política impulsionada pela vontade coletiva

O ponto de partida do processo de reconstrução que temos que enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação. Impõe formular a política de desenvolvimento a partir de uma explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais. A superação do impasse com o qual nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura (Furtado, 2000, p. 07).

Promover o verdadeiro desenvolvimento, melhoria nas condições de reprodução e manutenção, com qualidade de vida, de todos os seres humanos, implica em mexer nas estruturas sociais e diminuir os privilégios das elites capitalizadas (MAZZINI, 2005).

Para Mazzini (2005) poucas ações foram feitas objetivando essencialmente o desenvolvimento. Mesmo quando houve, ou há a intenção, salvo algumas exceções, é na produtividade que se pensa. Conseqüentemente são a partir destes parâmetros que são justificadas as políticas públicas.

Esta realidade deve-se, entre outros fatores, ao fato de que idéias defendidas pela corrente liberal foram intensivamente utilizadas como base para a busca do desenvolvimento econômico por muitos países. No Brasil, assim como em muitos outros países, ainda prevalece à hipótese contida no pensamento desenvolvimentista e modernista segundo a qual o processo de desenvolvimento da economia poderia carrear consigo, por livre e espontânea vontade, a resolução dos grandes problemas do país (PAIXÃO, 2006). Tal como relata César Benjamin:

tivemos, até período recente, uma grande utopia, a da industrialização e do desenvolvimentismo. Ela conquistou os corações dos nossos pais, que experimentaram a sensação de que o Brasil era o país do futuro que estava sendo construído: daquele desenvolvimento industrial resultaria a superação do subdesenvolvimento e da pobreza (BENJAMIN, 1994, p.47 apud PAIXÃO, 2006).

Ou seja, sob esta ótica, ao se associar a industrialização à ruptura com os termos da antiga divisão internacional do trabalho, esta transição produtiva se faria acompanhar pela redução do peso relativo dos resquícios do antigo sistema colonial, tal como o latifúndio monocultor ou mesmo a dependência externa das praças internacionais. Assim, de acordo com tal hipótese, a modernização do país, por si só, poderia trazer a superação de nossas antigas mazelas sociais (PAIXÃO, 2006).

2.1.1 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável é resultado, segundo Van Bellen (2007), de um relativamente longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a

sociedade civil e seu meio natural. Desta forma, por se tratar de um processo contínuo e complexo, verifica-se atualmente que existe uma variedade de abordagens que procura explicar o conceito de sustentabilidade. Esta variedade pode ser mostrada pelo enorme número de definições relativas a este conceito.

A International Union for the Conservation of Nature (IUCN) foi a primeira a discutir o termo desenvolvimento sustentável no documento intitulado *World's Conservation Strategy* (IUCN ET AL., 1980). Este documento afirma que para que o desenvolvimento seja sustentável devem-se considerar aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como fatores econômicos, dos recursos vivos e não vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas. Neste sentido o foco do conceito está centrado na integridade ambiental e apenas a partir da definição do Relatório Brundtland o destaque desloca-se para o elemento humano, gerando um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social (VAN BELLEN, 2007).

O Relatório Brundtland traz uma das definições mais difundidas do desenvolvimento sustentável, ele afirma é aquele desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Conforme Souza (2000), os princípios e as estratégias que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável devem estar baseados na equidade social, com níveis populacionais e padrões de consumo sustentáveis; na mudança de qualidade do crescimento; na conservação e no fortalecimento da base dos recursos; nas tecnologias limpas e na administração dos riscos; na reformulação das relações econômicas, que buscam a cooperação internacional; na integração do meio ambiente e da economia nos processos decisórios; e na distribuição territorial equilibrada. Para tanto, devem-se buscar novas formas de associação entre a sociedade civil, as empresas e as autoridades públicas (ALBERTON, 2003).

Segundo o *International Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI) apud Barbieri e Lage (2001), o desenvolvimento sustentável é um programa de ação para reformar a economia global e regional, com o desafio de desenvolver, testar e disseminar meios para mudar o processo de desenvolvimento econômico de tal forma que ele não destrua os ecossistemas e os sistemas comunitários e que o desenvolvimento econômico local apóie a vida e o poder da comunidade, usando os talentos e os recursos locais. Para ICLEI existem três diferentes tipos de desenvolvimento: o desenvolvimento econômico, o comunitário e o ecológico, cada qual com

seus diferentes imperativos. Sendo assim, para se ter o desenvolvimento sustentável é necessário conduzir esses tipos de desenvolvimento com equilíbrio, o que é representado pela interseção desses três processos de desenvolvimento e não se confunde com o conservacionismo, com o desenvolvimento econômico comunitário e com o utopismo, cada um representando uma interseção com apenas dois desses processos (ALBERTON, 2003).

Para Barbieri e Lage (2001), qualquer política de desenvolvimento sustentável regional ou local não pode perder de vista os problemas globais, isto é, ela deve ser formulada também com o objetivo de contribuir para a solução ou redução desses problemas no seu nível de atuação espacial. Esse é o sentido da expressão ‘pensar globalmente e agir localmente’, que se tornou uma espécie de axioma do desenvolvimento sustentável.

Assim, a idéia de sustentabilidade implica na premissa de que é preciso definir uma limitação nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e atores sociais relevantes e ativos através de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos. Isso também implica, que uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos, o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de manter um padrão predatório de desenvolvimento, uma forma de governança centralista e autoritária (JACOBI, 1999).

Trata-se de superar a visão economicista de desenvolvimento. Guimarães (1997, p. 18-19), afirma:

Há que superar com extrema urgência o economicismo que contamina o pensamento contemporâneo sobre o processo de desenvolvimento... Infelizmente, com a aceleração dos tempos pós-modernidade, a economia deixou de estudar os meios para o bem-estar humano e converteu-se num fim em si mesmo, numa ciência em que tudo aquilo para o qual não se pode estabelecer preço carece de valor... A cegueira economicista do estilo de desenvolvimento ainda dominante encobre imensas disparidades regionais não só no bem-estar das populações como na própria eficiência econômica no uso da riqueza.

No economicismo a exploração dos recursos naturais em larga escala é a base de sustentação do crescimento econômico, independentemente dos danos causados ao meio. A natureza é dimensionada como uma espécie de reserva de valor que dependendo das necessidades e viabilidades econômicas será explorada. Quaisquer prejuízos colaterais são encarados como inevitáveis perante os benefícios do progresso (VALLEJO, 1988).

Merico (1996, p. 49), alerta:

Crescimento econômico através do desperdício, abundância e consumismo podem ser interessantes para aqueles que desfrutam desses padrões de consumo, mas são definitivamente contra a humanidade como um todo e contra as futuras gerações... Esta fantástica crise civilizatória é uma crise de transição. A humanidade necessita, agora, ajustar-se e mover-se em direção a fase climática, através da minimização do transfluxo energético nos processos sociais/econômicos humanos. Se não o fizer, certamente trilhará o mesmo caminho de outras espécies que, no passado, não foram capazes de fazer a transição.

O projeto de uma sociedade sustentável está na construção de uma sustentabilidade democrática no país, reivindicando e fazendo com que as camadas populares tornem-se sujeitos políticos de seu ambiente material, territorial, social, econômico e ambiental. A sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sócio-cultural, exercício responsável e conseqüente da cidadania, distribuição equitativa das riquezas e condições dignas de desenvolvimento (ACSERALD e LEROY, 1999).

Sachs (1993, p. 11-55) identifica no modelo cinco dimensões de sustentabilidade de que, segundo ele, todo planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta:

- a) a sustentabilidade social, que se entende como criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;
- b) a sustentabilidade econômica, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Nessa dimensão, a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, sistêmicos na relação com as partes, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômica;
- c) a sustentabilidade ecológica, que pode ser melhorada se seguidos os seguintes princípios: ampliar a capacidade de renovação dos ciclos ecológicos da Terra, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; limitar o consumo desordenado dos recursos naturais e respeito à biodiversidade ecológica; intensificar a pesquisa

para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial; definir formas de uma adequada proteção ambiental;

- d) a sustentabilidade espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas; e,
- e) sustentabilidade cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que, traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento como conjunto de soluções específicas para o ecossistema, a cultura e o espaço de vida local, respeitando a diversidade biológica e cultural.

Segundo Sachs (1986), a questão central é de se encontrar as modalidades de crescimento que tornem compatíveis o progresso social e o gerenciamento sadio dos recursos e do meio. Assim, o desenvolvimento deve considerar a autonomia de decisões e a pesquisa de modelos endógenos, próprios a cada contexto histórico, cultural e ecológico, bem como a prudência ecológica, ou seja, a busca de um desenvolvimento em harmonia com a natureza.

A noção de desenvolvimento sustentável não é apenas uma nova forma de adjetivação, mas implica considerar e assumir novos padrões de competitividade e equidade, significando uma nova racionalidade pragmática de gestão, incluindo a incorporação no processo de desenvolvimento daquilo que é público.

Isto quer dizer, que a gestão é acima de tudo, um conceito de como deve ser feita a administração de um sistema, de tal forma que fique assegurado um funcionamento adequado; o seu melhor rendimento, como também, sua perenidade e seu funcionamento. A gestão pressupõe uma utilização racional do potencial dos recursos naturais e humanos disponíveis, subutilizados ou simplesmente ignorados; bem como, a criação e adaptação de recursos tecnológicos, metodológicos e formas de organização social e política (TAVARES, 2005).

2.1.2 Desenvolvimento local

Difundido inicialmente a cerca de 40 anos, o conceito de desenvolvimento local tem sido cada vez mais colocado em pauta nos debates a respeito do desenvolvimento.

Segundo Buarque (2004) o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

Para Franco (2000) desenvolvimento local é entendido como uma proposta de desenvolvimento promovido a partir das bases, com a participação ativa da população na identificação das necessidades e priorização de ações, a fim de garantir resultados que demonstrem melhoria na qualidade de vida dessa população.

O desenvolvimento local pressupõe atores locais unidos por uma vontade solidária, que tomam a cargo o desenvolvimento de sua localidade, município ou região, em função das necessidades e dos recursos locais. Seu projeto cultural global supera considerações economicistas e cria relações sociais, um “ser” em um “ser melhor”, que envolve melhor qualidade de vida (NICÁCIO, 2002). Nesse desenvolvimento, também se atribui importância às experiências de organizações e ações populares, que permitem definir conceitos, inclusive do próprio desenvolvimento, dando uma importância fundamental a sua história e cultura, pois incentiva o desenvolvimento por dinâmicas sociais endógenas, em que os próprios habitantes de uma comunidade conseguem potencializar uma série de recursos, forças e capacidades próprias (KIECKHÖFER, 2005).

Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia local. Simultaneamente, deve assegurar a conservação dos recursos naturais existentes. O desenvolvimento local sustentável resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local (redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos), da eficiência econômica (com agregação de valor na cadeia produtiva) e da gestão pública eficiente (BUARQUE, 2004).

O desenvolvimento local sustentável resulta desta forma, da interação e sinergia entre três conjuntos (BUARQUE, 2004):

- a) a elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento a curto, médio e longo prazos;
- b) a eficiência e o crescimento econômicos constituem pré-requisitos fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e continuada -, representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável;
- c) a conservação ambiental é um condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção em longo prazo, sem o qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e a equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço.

O desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo e uma meta a ser alcançada em médio e longo prazos, gerando uma (re)orientação do estilo de desenvolvimento, redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural (BUARQUE, 2004).

Como uma evolução do conceito de desenvolvimento local surgiu o desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS), descrito como uma forma de desenvolvimento focada na sustentabilidade das comunidades, capazes de suprir suas necessidades imediatas, diagnosticar e incentivar suas vocações locais e fomentar o intercâmbio externo, tendo em vista suas vocações (MOURA et al, 2002).

Para Santiago (2002) o DLIS é um modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprirem suas necessidades imediatas, descobrirem ou despertarem suas vocações locais e desenvolverem suas potencialidades específicas, além de fomentarem o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.

Franco (2002) define DLIS como uma forma de indução ao desenvolvimento que utiliza a participação popular e mobiliza recursos da sociedade civil em parceria com o Estado e o mercado. Tal método passa pelo diagnóstico da situação de cada local, que identifica suas necessidades específicas, suas potencialidades, escolhe suas vocações e prepara os planos integrados de desenvolvimento. Para o autor o DLIS é uma estratégia de desconstrução da cultura pública vigente e, sendo assim, possui as seguintes características que devem ser modificadas:

- a) a cultura pública vigente dissolve a criatividade e a inovação;
- b) desestimula o enfrentamento coletivo dos problemas comuns, transformando as pessoas em beneficiárias passivas de programas assistenciais que já vêm prontos;
- c) substitui a cooperação que alavanca recursos da própria comunidade pela competição por recursos de fora, que serão conseguidos por algum benfeitor e oferecidos em troca de algum tipo de apoio;
- d) impede que essa cooperação amplie-se e se reproduza socialmente, alimentando a desconfiança entre as pessoas;
- e) verticaliza as relações e desestimula as conexões horizontes entre pessoas, grupos e organizações, isolando-os, deixando-os à mercê de favores de algum político poderoso;
- f) exclui as pessoas das decisões e as impede de participarem dos assuntos políticos que dizem respeito aos destinos da comunidade.
- g) Sendo assim, o DLIS deve incentivar práticas contrárias às listadas, favorecendo a cooperação às redes e à participação democrática.

Segundo Buarque (2001) um programa ou projeto de desenvolvimento local busca a ampliação de discussões, nas quais, todos os setores da sociedade possam participar para que consigam atingir um patamar mínimo de renda e qualidade de vida. Dentro desse processo, os atores sociais constroem uma visão coletiva da realidade local e de todo o contexto, dirigindo-se para um futuro desejado e visualizando as ações necessárias para alcançá-lo.

2.2 CAPITAL SOCIAL

A literatura existente sobre “capital social” é diversa, o próprio termo é ambíguo pela união dos opostos: capital e social. A genealogia de ambos é longa e ilustre. Um paralelo de capital social pode ser encontrado dentro da noção de Machiavelli (século XVI) como “virtude cívica”. Durante todo o século XX, desenvolveram-se vários termos distintos relacionados ao capital social (FERREIRA, 2003).

A maioria dos especialistas contemporâneos atribui a Tocqueville um dos primeiros trabalhos que deram origem as bases para o conceito de capital social. Em uma viagem aos Estados Unidos, Tocqueville realizou um estudo sobre o sistema penitenciário americano que o levou a publicar o livro “Democracia na América”. Neste livro Tocqueville procurou demonstrar a relação existente entre a democracia e a sociedade civil. Segundo Tocqueville (1987), os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir.

De acordo com Higgins (2003), para Tocqueville as associações políticas foram a escola na qual os norte-americanos apreenderam a ciência mãe da associação. A política lhes permitiu criar o hábito de associar-se para os grandes empreendimentos, por serem fiéis no muito seriam fiéis no pouco.

Segundo Araújo (2003), a expressão capital social foi mencionada pela primeira vez há cerca de um século. Em 1916, Lyda Judson Hanifan, um jovem educador, usou o conceito para descrever centros comunitários de escolar rurais, nos quais detectava que a pobreza crescente se fazia acompanhar pelo decréscimo da sociabilidade e das relações de vizinhança entre a população local. Segundo ele, a comunidade se beneficiaria da cooperação de todos e quando as pessoas criam o hábito de se relacionar, por razões sociais, de lazer ou econômicas, esse “capital social”, ou seja, essa rede de relações pode ser dirigida para o bem-estar da comunidade.

A primeira análise contemporânea do capital social foi feita por Bourdieu (1980) apud Melim (2007) que o definiu como o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à participação em uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizada de inter-conhecimento e inter-reconhecimento. Ou seja, relacionado à situação de pertencer a um grupo, entendido como um conjunto de agentes que não são somente dotados de características comuns (suscetíveis de serem percebidas por um observador, pelos outros ou por eles próprios), mas, também, unidos por ligações permanentes e úteis.

Para Bourdieu (1980), estas ligações não se reduzem apenas às relações de proximidade no espaço físico geográfico, ou mesmo, no espaço econômico e social, porque elas são baseadas nos intercâmbios materiais e simbólicos, cuja instauração e perpetuação pressupõem o reconhecimento desta proximidade.

O volume de capital social que tem um agente particular depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou

simbólico) possuído pelos integrantes do grupo ao qual é ligado. Isto significa que, embora não possa ser reduzido unicamente ao capital econômico e cultural (possuído pelo agente ou mesmo pelo grupo ao qual está ligado), o capital social não é completamente independente do fato de que mudanças instituindo o inter-reconhecimento supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade objetiva e que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital próprio possuído (BOURDIEU, 1980).

De maneira completa e sistemática, Coleman (1988) também se ocupou sobre o conceito, o qual caracterizou por lealdade, fidelidade, reciprocidade, compromisso e outros elementos decorrentes das relações entre as pessoas de um grupo. Para o autor o capital social é uma espécie de resposta à idéia que a sociedade é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros e o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes. (BARBI, 2007)

Para Coleman (1990), o capital social se apresenta tanto no plano individual como no coletivo. No primeiro tem a ver com o grau de integração social de um indivíduo, com sua rede de contatos sociais, implica relações, expectativas de reciprocidade, comportamentos confiáveis. Melhora a eficácia privada. Mas é também um bem coletivo. Por exemplo, se em uma vizinhança todos seguem normas tácitas de cuidar do outro e de não agressão, as crianças poderão ir a pé para a escola em segurança, e o capital social estará produzindo ordem pública (KLISBERG, 2002).

Coleman também define capital social por sua função: como qualquer capital, permite a criação de certos bens que sem a sua presença seriam impossíveis. Mas chama também atenção para o fato de que sociedades ou grupos ricos em capital social podem promover melhor desenvolvimento das pessoas, ou seja, promover o crescimento do capital humano (ARAÚJO, 2003).

O passo seguinte foi dado por Robert Putman. A análise empírica desenvolvida por Putman (1996), produto de uma pesquisa multidisciplinar de vinte anos, iniciada em 1970, e que visou a acompanhar o processo de implantação pioneira da descentralização administrativa na Itália, forneceu a matriz das idéias mais difundidas em torno do conceito de capital social. Esse autor buscou compreender quais os fatores de distinção entre o desempenho dos governos regionais no Sul e no Norte da Itália, de 1970 a 1989, período do estabelecimento dos governos

regionais pelo governo central. Tal iniciativa tivera o intuito de reduzir as desigualdades regionais entre o Norte desenvolvido e o Sul empobrecido, para que a Itália alcançasse sua eficiência econômica através do desempenho mais eficaz dos governos regionais.

Putman constatou que o impacto das tradições cívicas foi maior no desenvolvimento socioeconômico (medido em termos de industrialização e saúde pública), do que o deste no civismo. O civismo mostrou-se um poderoso determinante dos atuais níveis de desenvolvimento socioeconômico, mesmo mantendo constantes os níveis anteriores de desenvolvimento. Já o impacto do desenvolvimento socioeconômico (medido em termos de emprego na agricultura e emprego na indústria) foi praticamente nulo nas tradições cívicas. Mesmo mantendo-se constantes as tradições culturais mostra ser um melhor indicador que os níveis de emprego (NASCIMENTO, 2000).

a economia não serve para prognosticar o civismo, mas o civismo serve para prognosticar a economia, mais até do que a própria economia. (...) [Portanto], as possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico de uma região neste século dependem menos do seu potencial sócio-econômico do que seu potencial cívico. (PUTMAN, 1996, p.166)

Putnam (1996) afirma que na comunidade cívica os seus membros se mantêm unidos por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Seus membros, portadores de virtude cívica,

... são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. A comunidade cívica não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes.

As relações de confiança existente entre os membros da comunidade cívica permitem superar mais facilmente o oportunismo, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente. Reforça que certas estruturas e práticas sociais incorporam e reforçam as normas e os valores da comunidade cívica, referindo-se ao papel das entidades associativas no seio da sociedade. As entidades associativas inculcem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, no âmbito interno, e estimulam a articulação de interesses e a agregação de interesses, no externo (PUTNAM, 1996).

Sendo assim, o capital social para Putman refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo. Para o autor a dimensão política se sobrepõe a dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento e não o contrário (SAPELLI, 2006).

Schmidt (2003) apud Cruz (2007) esclarece que apesar dos enfoques propostos por Coleman e Putnam serem tidos como referências centrais para um grande número de pesquisas, autores como Peter Evans e Jonathan Fox, vinculados ao neo-institucionalismo, apontam conseqüências indesejáveis do enfoque teórico culturalista de Coleman e Putnam, afirmando que este condena os países em desenvolvimento ao atraso, ao diagnosticar que suas culturas são carentes de capital social e ao estabelecer que é necessário um grande período de tempo para a formação de um estoque de capital social. Evans e Fox apresentam uma abordagem alternativa, onde o Estado é tido como um ator relevante na mobilização e potencialização do capital social de uma determinada sociedade; esse capital social pode ser ativado ou destruído pela ação do Estado (CRUZ, 2007).

Para Abu-el-Haj (1999) as grandes conclusões de Putnam que comprovaram o seu culturalismo são que a especificidade cultural é a chave para se explicar o nível de capital social e a influência do elemento cultural no grau de avanço do associativismo horizontal e a complementação de ações junto às instituições públicas. É importante ressaltar que tais conclusões se referem ao seu estudo sobre a Itália.

Segundo ainda Abu-el-Haj (1999), no pólo neo-institucional, liderado por Evans e Fox, rejeita-se as conclusões culturalistas, defendendo-se que a ausência de horizontalidade social, entendida como capital social, na grande maioria dos países em desenvolvimento é fruto de ações políticas preteridas pelos regimes autoritários.

Schmidt (2003) apud Cruz (2007), esclarece o enfoque de Coleman e Putnam e o enfoque de Evans e Fox não são excludentes. Para Schmidt é possível e necessário reconhecer a relevância que um alto estoque de capital social possui para o sucesso econômico e a qualidade democrática de um país, e ao mesmo tempo, assinalar a importância da mobilização de capital social através da ação sinérgica entre o poder público, a sociedade civil e o mercado.

Tão importante quanto Putnam tem sido a contribuição do economista nipo-americano Francis Fukuyama, que dedicou vários livros ao tema das relações entre prosperidade econômica,

cultura e capital social. Para isso fez longas análises dos processos de desenvolvimento industrial nos Estados Unidos e em países da Europa e da Ásia.

Para Fukuyama (1999), capital social é um padrão atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. Os padrões que constituem o capital social variam de uma norma de reciprocidade entre dois amigos até doutrinas complexas e elaboradamente articuladas como o Cristianismo ou Confucionismo. Os padrões de reciprocidade podem existir potencialmente em todos os negócios ou relacionamentos das pessoas entre si, mas somente são autênticos e verdadeiros em relacionamentos ou trocas com aqueles com quem mantém laços de amizade. Assim sendo, considera que confiança, redes, sociedade civil e outros parâmetros que têm sido associados com o conceito são na realidade um resultado do capital social, mas não o constituem por si só (MELIM, 2007).

Para Fukuyama (2001) o capital social pode ser definido como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se espera que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência.

Segundo Fukuyama (1999) um conjunto qualquer de padrões atuantes não constitui capital social, eles devem induzir à cooperação em grupos e ser relacionados às virtudes tradicionais como: honestidade, cumprimento de compromissos, desempenho confiável das obrigações, reciprocidade e outros.

Segundo Araujo (2003), ao fazer uma ampla defesa da confiança como base de desenvolvimento Fukuyama faz também a defesa do livre mercado. Essa seria para ele uma associação virtuosa. No mundo atual, a crescente ação do Estado na vida social e econômica estaria destruindo a capacidade da sociedade e do mercado, ao mesmo tempo em que a incompetência dos governos geraria mais desconfiança dos indivíduos em relação ao Estado.

Capital social, capitalismo, liberalismo econômico e político seriam, para ele, uma combinação ideal para a promoção do desenvolvimento. Contudo, mais importante que suas apologias ideológicas é a defesa que faz de uma maior atenção às interações entre governo e sociedade, quando ele examina o desenvolvimento econômico. E, no exame dessas relações, o papel da cultura ganha uma notoriedade desconhecida quer pelos neoliberais, quer pelos estatistas (ARAUJO, 2003).

Neste contexto pode-se destacar ainda o trabalho de Alejandro Portes (1998). Para Portes (1998), o conceito de capital social enfoca as conseqüências positivas da sociabilidade. Incorpora múltiplos elementos teóricos, tais como Marx – disputa analítica entre sujeitos sociais atomizados – ou, a unidade coesiva do social, em Durkheim. As fontes do capital social são indivíduos ou instituições. O capital social atua em nível micro quando se refere à família e, no macro, quando se refere às organizações, classes e à coletividade política. O autor introduz a discussão sobre o contexto sócio-cultural na formação do capital social, por meio de motivações de caráter cultural e normativa, pela intromissão de valores, constituindo o que denominou de “solidariedade fronteira”.

Por fim, é importante destacar ainda a definição para capital social apresentada por outros autores freqüentemente citados na literatura atual sobre esse assunto.

Para Franco (2001) o conceito capital social não é um conceito econômico (como poderia sugerir o termo ‘capital’), nem sociológico (como poderia sugerir o termo ‘social’). É um conceito político, que tem a ver com os padrões de organização e com os modos de regulação praticados por uma sociedade.

Segundo Granovetter (1985) as ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais, que são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos. O autor critica as duas visões do comportamento econômico: visão neo-clássica (sub-socializada), pois percebe os indivíduos apenas como forma atomizada, desconectado das relações sociais; e a estruturalista e marxista (super-socializada), em que os indivíduos são considerados dependentes total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem.

Para Jacobi (2004) o capital social refere-se à habilidade que os atores desenvolvem em garantir benefícios através de associação em redes de relações sociais ou outras estruturas sociais sustentadas por confiança recíproca, normas e costumes. O capital social é a argamassa que mantém as instituições coesas e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum.

De acordo com Menegasso (2006), o capital social é o patrimônio resultante da articulação política e social de uma comunidade, que a torna capaz de promover o auto-desenvolvimento sustentável e o bem comum para todos os seus membros. Essa articulação acontece dentro de grupos e redes cujos integrantes se orientam pelas dimensões da confiança e

solidariedade, ação coletiva e cooperação, comunicação e acesso a informações, “empowerment” e ação política, coesão e inclusão social.

Estabelecer o conceito de capital social em um determinado ponto da história é uma tarefa delicada, todavia importante para a elaboração do conceito. Sendo assim, é importante citar a hipótese elaborada por Coleman (2000) de que existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança), ou seja, o Capital Social é alcançado e otimizado, quando contém um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade numa comunidade, onde essas relações se tornam tão essenciais para o desenvolvimento da comunidade quanto o capital físico e capital humano.

2.2.1 Dimensões do capital social

Com o intuito de alcançar algum progresso na teoria e na prática, duas categorias inter-relacionadas do fenômeno do capital social são propostas: a estrutural e a cognitiva. A dimensão cognitiva provém dos processos mentais e idéias resultantes, reforçados pela cultura e ideologia, especificamente as normas, valores, atitudes e crenças que contribuem para o comportamento cooperativo e para ação coletiva mutuamente benéfica. A dimensão estrutural está associada às várias formas de organização social, particularmente papéis, regras, precedentes e procedimentos, bem como uma variedade de redes que contribuem para a cooperação e especificamente para a ação coletiva mutuamente benéfica, que é a corrente de benefícios que resulta do capital social (UPHOFF, 2000).

Esses dois domínios do capital social são intimamente ligados, pois os elementos da dimensão social advêm dos processos cognitivos. O capital social estrutural é externo e observável, ao passo que o capital social cognitivo é intangível. O comportamento cooperativo se baseia em rotinas e repertórios que criam uma cultura eficaz, com confiança compartilhada nos métodos e viabilidade de empreendimentos cooperativos e coletivos, que são reforçados pela eficiência e eficácia no desempenho de tais empreendimentos (idéias instrumentais). E também, em valores, normas, atitudes e crenças que criam uma cultura afetiva com sentimentos de

confiança e solidariedade que encorajam empreendimentos cooperativos e coletivos, reforçados pelas idéias de legitimação, altruísmo dever e comportamento ético (idéias normativas). As motivações que perpassam o capital social se baseiam nas combinações dessas duas categorias (UPHOFF, 2000).

Jacobi (2004) procurando relacionar as duas categorias apresenta um quadro em que define as características dos grupos em termos de capital social e de seus principais desafios.

		Aspectos Cognitivos	
		Fortes	Fracos
Aspectos estruturais	Fortes	(1) <i>Alto capital social</i> Desafio: estender o escopo das atividades.	(2) <i>Organizações fortes</i> Desafio: legitimação, estruturação das relações.
	Fracos	(3) <i>Associações tradicionais</i> Desafio: introdução de regras, normas e procedimentos.	(4) <i>Anêmico, amoral, atomizado</i> Desafio: auxiliar no estabelecimento de normas e estruturas.

Quadro 1 – Relacionamento entre as categorias de Capital Social
Fonte: Jacobi (2004)

Segundo Jacobi (2004), na abordagem clássica das ciências econômicas, o significado central de capital é a existência de um estoque de bens que irão gerar um fluxo de benefícios. O capital social está associado ao estoque e ainda que possa ser medido ou identificado pelo fluxo, ele não deve ser equiparado a este. O fluxo está associado aos benefícios gerados pelo estoque de capital social.

Os elementos estruturais do capital social compõem a organização social e a ação coletiva. Dentre os elementos da organização social, as redes são consideradas por muitos como fonte de capital social, pois este é essencialmente relações entre indivíduos e grupos e as redes são as representações dos padrões estabelecidos de comunicação e cooperação, que reduzem os custos transacionais e fazem a ação coletiva mais viável e lucrável. As redes podem significar a interação cara a cara informal ou a filiação às associações cívicas ou clubes sociais. As interações são caracterizadas pelo fechamento e laços que facilitam as várias formas de capital social como

obrigação, canais de informação, confiança, normas e sanções efetivas. As redes influenciam o capital social de um ator em foco através dos seus laços diretos e indiretos e são esses laços que provêm acesso tanto às pessoas que podem dar apoio quanto aos recursos que essas pessoas mobilizam através dos seus próprios laços de rede. As relações inter-pessoais que agregam nas redes sociais precisam ser sustentadas pelas contribuições que as pessoas fazem ao seu bem-estar e do próximo. Para tanto, as redes requerem investimentos (de tempo, dinheiro, informação e prestígio) que podem render um fluxo de benefícios (de emprego, renda, sociabilidade, conhecimento e outros) (COLEMAN, 1990; OSTROM, 1990; PUTMAN, 1996; ADLER & KWON, 2000; UPHOFF, 2000; apud BARBI, 2007).

As instituições formais e as regras (também organização formal) moldam a estrutura da rede e o conteúdo dos laços, exercendo influência direta e indireta no capital social, ao afetarem as normas e as crenças. Além disso, é a aceitação de papéis que vai padronizar o comportamento das pessoas de maneira previsível e produtiva. De acordo com Uphoff (2000), um papel existe quando há expectativas mútuas e compartilhadas sobre o que uma pessoa desempenhando certo papel deva ou não fazer sob diversas condições. Essas expectativas precisam ser compartilhadas pelo incumbidos dos papéis e também pelos que interagem com esse papel.

Segundo Barbi (2007) a ação coletiva é empreendida não apenas para o bem de uma pessoa, mas porque além dela, as outras também podem se beneficiar da ação. A existência de relações 'sociais' implica que as pessoas estão, até certo ponto, investidas umas nas outras, ou seja, elas não são indiferentes ao bem-estar do próximo, ao contrário, dão certo valor para isso. Para Ostrom (2004) apud Barbi (2007), a ação coletiva ocorre quando é preciso mais de um indivíduo para colaborar na tentativa de alcançar um resultado. Ainda, as pessoas se empenham numa ação coletiva, por exemplo, quando usam um recurso comum.

Os papéis, as regras, os procedimentos, os precedentes e as relações são elementos da organização social que se agregam em redes e associações que estabelecem padrões para as pessoas agirem juntas de maneira mutuamente vantajosa. Uphoff (2000) destaca quatro atividades básicas de organização: tomada de decisão, mobilização de recursos, comunicação e resolução de problemas. Essas quatro atividades são essenciais para a ação coletiva mutuamente vantajosa, abaixando os custos transacionais, aumentando a probabilidade que esforços individuais em conjunto com os dos outros sejam eficazes (BARBI, 2007).

Dentre os elementos cognitivos, as crenças possuem um papel importante na geração de capital social, nas formas de visões estratégicas compartilhadas, interpretações e sistemas de significado. Elas permitem que visões de mundo, afirmações e expectativas se manifestem entre as pessoas e facilitem sua ação conjunta. Afinal, não é possível a existência de capital social entre pessoas que não se entendem e, na ausência de significados ou objetivos compartilhados é difícil ver porque ou como as pessoas colaborariam. (ADLER & KWON, 2000; PORTES, 2000; apud BARBI, 2007).

Ostrom (1990), Putnam (1996) e Adler & Kwon (2000) também consideram as normas como fontes de capital. Para os autores elas são componentes socioculturais de capital social que provém o contexto dentro do qual ele adquire significado e se torna disponível para os indivíduos e os grupos, facilitando uma ação individual ou coletiva não possível até então.

A reciprocidade também é um elemento do capital social cognitivo. Para Putnam (1996) a reciprocidade generalizada caracterizada pela troca de favores constitui uma norma que resolve problemas de ação coletiva, pois transforma indivíduos de agentes egocêntricos em membros de comunidade com interesses compartilhados e um senso de bem comum.

As relações sociais criam valores por meio da reciprocidade, que também está intimamente relacionada à confiança. As interações recíprocas podem acontecer na base do próprio interesse, mas sua duração e estabilidade e, conseqüentemente, sua produtividade, somente ocorrerão quando houver confiança (BARBI, 2007).

Para Uphoff (2000), as relações sociais, políticas e até econômicas são mais produtivas quando as pessoas se relacionam como amigas, pois isso reflete e reforça a confiança, que em todas as descrições de capital social é reconhecida como a ‘cola’ essencial para a sociedade.

Outro elemento observável do capital social cognitivo é a solidariedade, considerada a essência das relações sociais, é uma criação subjetiva, uma questão de escolha, e pode ser verificada independente do tamanho do grupo, se as pessoas se identificarem o bastante com o bem-estar do próximo. Conforme observado por Uphoff (2000) as formas (estrutura) da sociedade existem mesmo sem a solidariedade (normas), porém, o poder e a durabilidade das conexões sociais são maiores quando as pessoas estão ‘investidas’ nas outras.

A solidariedade social entre dois ou mais indivíduos depende da presença de certo grau de confiança mútua e comprometimento entre eles, independente de qualquer transação específica; é um produto emergente de uma situação particular. Sandefur & Laumann (2000) detectam o

surgimento da solidariedade a partir de interações repetidas entre os mesmos atores por um tempo, durante o qual, se acumulam formas de capital social como confiança e obrigações compartilhadas. A solidariedade existe em circunstâncias de reciprocidade generalizada, quando uma ação útil é praticada, não em resposta a algum benefício recebido, mas pela própria relação de interação social (BARBI, 2007).

Menegasso (2006) tomando por base trabalhos anteriores sobre capital social, recolhidos da literatura pertinente e nas contribuições do grupo de pesquisa, conceitua seis dimensões:

- a) Grupos e Redes: formam a categoria mais comumente associada a capital social. As questões aqui se referem à natureza e à extensão da participação dos membros de um domicílio, em vários tipos de organizações sociais e redes informais, como também tratam das várias modalidades de contribuição dada e recebida por eles nessas relações. Em suas questões, também são considerados a diversidade de associações dos membros de um determinado grupo, o modo como suas lideranças são escolhidas e a forma como tem evoluído o envolvimento das pessoas com o grupo ao longo do tempo.
- b) Confiança e Solidariedade: formam uma categoria por meio da qual se busca levantar dados sobre a confiança que inspiram vizinhos, prestadores de serviços essenciais e pessoas estranhas e sobre como essas percepções têm evoluído ao longo do tempo.
- c) Ação Coletiva e Cooperação: podem ser identificadas por intermédio da participação dos membros de um domicílio em trabalhos com outras pessoas, em sua comunidade, em projetos conjuntos e/ou em resposta a crises. Por meio dessas categorias, busca-se conhecer as conseqüências do não-cumprimento, ou da frustração, das expectativas associadas à participação.
- d) Informação e Comunicação: são categorias que permitem constatar que o acesso à informação tem sido cada vez mais reconhecido como sendo essencial para ajudar as comunidades empobrecidas a terem voz mais ativa nos assuntos relativos a seu bem-estar. Com elas, pretende-se explorar os meios ou canais pelos quais os domicílios pobres recebem informação sobre as condições de mercado e serviços públicos, e seu grau de acesso às infra-estruturas de comunicação.
- e) Coesão e Inclusão Social: partem do princípio de que as “comunidades” não são entidades coesas; antes, caracterizam-se por divisões e diferenças que podem

acarretar conflitos. Questões levantadas com essa categoria permitem identificar a natureza e o tamanho dessas diferenças, os mecanismos pelos quais elas são gerenciadas e os grupos que são excluídos dos serviços públicos essenciais. Também se consideram aqui questões relativas às formas cotidianas de interação.

- f) Poder e Ação Política: apontam uma dimensão por meio da qual se reconhece que os indivíduos têm “autoridade” ou detêm poder, na medida em que mantêm certo controle sobre as instituições e os processos que afetam diretamente seu bem-estar. Com essas questões, busca-se averiguar o sentimento de eficácia pessoal e capacidade que anima os membros da unidade doméstica a exercerem influência sobre os eventos locais tanto quanto sobre as respostas políticas mais amplas.

Por fim, cabe ressaltar que o conceito de capital social reforça a importância de práticas sociais que valorizam a organização social e a constituição de redes sociais, enquanto uma dinâmica coordenada e cooperativa entre atores. A noção de capital social reforça o fenômeno da proximidade social, que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do espaço em que atuam e, convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. Pode ser visto como um importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas e revitalização da sociedade civil e da democracia (BARBI, 2007).

2.2.2 Confiança

Segundo Locke (2001), nos últimos anos houve um súbito interesse a respeito de confiança e dos diversos fatores que a promovem (isto é, capital social, associativismo e a existência de determinadas instituições chaves). Segundo o autor, de acordo com essa literatura, confiança é um fator importante para a prosperidade econômica (FUKUYAMA, 1995, apud LOCKE, 2001), para o desenvolvimento econômico (HUMPHREY E ECHMITZ, 1996, apud LOCKE, 2001) e para a eficiência dos arranjos organizacionais internos e entre firmas (MILLER, 2001; GIBBONS, 2001, apud LOCKE, 2001). Confiança e capital social também são vistos como os principais ingredientes subjacentes ao bom governo (PUTNAM, 1993, vários textos presentes em BRAITHWAITE E LEVI, 1998, apud LOCKE, 2001), à boa escola (COLEMAN,

1988; SCHNEIDER, TESKE E MARSCHALL, 1997, apud LOCKE, 2001), ao fornecimento de assistência médica de qualidade (CATTELL, 2001, apud LOCKE, 2001) e até a resolução de conflitos étnicos (VARSHNEY, 2001, apud LOCKE, 2001).

Segundo Romano (2003, tradução nossa), algumas teorias referem-se à confiança como um construto comportamental enquanto outras afirmam que ela é uma atitude. Além disso, alguns pesquisadores freqüentemente confundem confiança com credibilidade (BUTLER, 1991, apud ROMANO, 2003), com lealdade (RICH, 1997, apud ROMANO, 2003), com risco (SHEPPARD & SHERMAN, 1998, apud ROMANO, 2003), outros com confidência (McALLISTER, 1995, apud Romano, 2003), ou ainda com cooperação (BURT & KNEZ, 1996, apud ROMANO, 2003). Devido a essa variedade, o termo confiança é freqüentemente aplicado de forma inconsistente e inapropriada, gerando dificuldade mesmo entre pesquisadores no momento de decidir sobre seu significado e quando ele ocorre (CLARK & PAYNE, 1997, apud ROMANO, 2003).

Conforme apropriadamente ilustrado por Hardin (2001, apud LOCKE, 2001), as definições e concepções de confiança são numerosas e muitas vezes contraditórias. De acordo com o Webster Dictionary, o termo *trust* significa “crença firme na honestidade e confiabilidade de outrem” (1984:641). Em outras palavras, trata-se de um atributo pessoal. Algumas pessoas são “confiáveis” e outras não. Gambetta (1988, apud LOCKE, 2001) oferece uma definição alternativa. De acordo com ele, confiar em uma pessoa significa acreditar que, uma vez oferecida a chance, ela não se comportará de forma a nos prejudicar. Confiança, nessa definição, é situacional e/ou relacional, algo que se desenvolve entre dois ou mais atores em um contexto ou relacionamento particular (LOCKE, 2001).

Para Romano (2003, tradução nossa), o conceito de confiança precisa ser visto de acordo com sua natureza, especificamente, de acordo com a definição das características do construto, apresentadas nos quadros a seguir.

Características da confiança		
Natureza da Confiança	Atitudinal Social Adaptável Funcional	Define o fenômeno sobre o qual a confiança se refere
Componentes da Confiança	Hipotética Consequencial Motivacional	Define os sentimentos que a confiança contém
Dimensões da Confiança	Simétrica Incremental Condicional	Define os julgamentos que os níveis de confiança provocam

Quadro 2 – Características da confiança
Fonte: Romano (2003, tradução nossa)

A primeira coisa a esclarecer, segundo Romano (2003, tradução nossa), é que a confiança refere-se a eventos comportamentais ou psicológicos e para a compreensão de cada uma das categorias apresentadas: natureza, componentes e dimensões da confiança. A autora nos apresenta ainda em sua pesquisa, os resumos de cada uma delas, caracterizando o que a confiança “é” e o que “não é”.

Natureza da confiança		
Confiança é		Confiança não é
Atitudinal	Uma experiência psicológica que consiste de pensamentos, sentimentos e intenções comportamentais	Cooperação ou assumir riscos
Social	A influência percebida na interação social de uma característica sobre a outra	Um recurso específico, um objetivo ou características contextuais
Adaptável	Um construto simples que varia de nível, de acordo com a situação	Construtos múltiplos que variam de acordo com o significado da situação
Funcional	Um conjunto de influências que promove um sentido de controle que torna mais produtiva a interação das decisões	A quantidade de controle (muito ou pouco) percebido em uma dada situação

Quadro 3 – Natureza da confiança
Fonte: Romano (2003, tradução nossa)

Até aqui a confiança tem sido definida como uma atitude que representa algo funcional, influenciada por uma dada situação. Para compreender a natureza dessa atitude é necessário definir seus componentes que são: pensamentos, sentimentos e intenções comportamentais

(CLARK & PAYNE, 1997; CUMMINGS & BROMILEY, 1996, apud ROMANO, 2003), embora alguns autores discordem de tal definição. Os pensamentos, os sentimentos e a intenção comportamental daquele que confia, refletem recursos de controle hipotéticos, consequenciais e motivacionais, respectivamente, conforme quadro a seguir.

Componentes da atitude de confiança			
Componente	Elemento	Sentimento	Função
Hipotético	Cognitivo	Expectativa da influência em termos de predição	Orientação para o futuro em termos de controle sobre as incertezas dos eventos que estão por ocorrer
Sentimental	Afetivo	Abertura para as influências em termos de percepção das consequências	Controle afetado e orientado sobre a aderência dos eventos em relação aos valores
Motivacional	Comportamental	Inclinação das influências em termos das preferências que foram manifestadas	Controle orientado para objetivos sobre os quais se tem preferência

Quadro 4 – Componentes da atitude de confiança

Fonte: Romano (2003, tradução nossa)

Em resumo, a natureza hipotética da confiança define um componente cognitivo como uma expectativa da influência em termos de predição. Essa expectativa supre uma orientação para o futuro em termos de controle sobre as incertezas dos eventos futuros. A natureza de consequência da confiança é como um reflexo dos sentimentos daquele que confia no sentido de estar aberto à influências em termos de percepção de oportunidades e riscos associados com o que está por vir. Esses sentimentos suprem um controle orientado para os valores e os próprios eventos. Finalmente, a confiança é motivacional, porque o comportamento daquele que confia apresenta uma inclinação para as preferências manifestadas de acordo com situações específicas, o que gera um controle orientado para objetivos a ela ligados. Por fim, é importante registrar que cada componente da confiança (cognitivo, afetivo e comportamental) varia de acordo com três dimensões e faz-se ainda necessário definir tais dimensões à luz dos sentimentos daquele que confia. Cada sentimento expressa três julgamentos a respeito da influência: simétrico, incremental e condicional.

Resumo das dimensões da confiança		
Dimensão	Elemento	Julgamento
Simétrica	Direção	A percepção da qualidade do poder percebido que se tem em relação ao valor do impacto que este pode gerar (positivo ou negativo)
Incremental	Magnitude	A percepção que se tem sobre a significância do poder possuído em termos dos níveis de impacto
Condicional	Força	A intensidade dos sentimentos em termos da extensão que podem provocar sobre a expectativa de confiança gerada

Quadro 5 – Resumo das dimensões da confiança

Fonte: Romano (2003, tradução nossa)

Segundo Romano (2003, tradução nossa), uma vez que as três dimensões da confiança refletem diferentes influências sobre as decisões de um determinado indivíduo, é necessário diferenciar os vários níveis da atitude. Para ilustrar como as dimensões de confiança combinam de várias maneiras para refletir diferentes avaliações de influência elaborou-se os exemplos a seguir. Especificamente, os pensamentos, sentimentos e intenções comportamentais de um indivíduo podem variar em termos de direção (**em negrito**), magnitude (Sublinhado), e força (*em itálico*), como segue:

Eu *muito pouco* espero que esta influência será muito **útil**.
 Eu *pouco* espero que esta influência será moderadamente **nociva**.
 Eu espero *firmente* que esta influência será muito pouco **útil**.

Estou com *muito pouco* **medo** dos graves **inconvenientes** desta influência.
 Estou *pouco* **esperançoso** com relação as moderadas **vantagens** desta influência.
 Estou com *muito* **medo** dos ligeiros **inconvenientes** desta influência.

Estou *muito ligeiramente* inclinado a **incentivar** fortemente essa influência.
 Estou *pouco* inclinado a **desencorajar** um pouco essa influência.
 Estou *muito* inclinado a **incentivar** essa influência.

Cada um destes exemplos de sentimentos compreende três juízos sobre influência. Cada sentença reflete uma dimensão de atitude do indivíduo, e cada dimensão pode variar independentemente dos impactos ao nível de confiança em uma determinada situação. Por exemplo, a direção da atitude de um indivíduo pode diferir de situação para situação, enquanto que a magnitude e a força não pode. Como tal, todas as três dimensões são necessárias para se diferenciar os níveis de confiança (ROMANO, 2003, tradução nossa).

2.2.3 Confiança como componente básico do capital social

De acordo com Cunha (2000), existe um grande debate sobre capital social e confiança devido a estreita relação que há entre eles. Neste contexto, segundo o autor, surgem algumas divergências entre pesquisadores, como no caso de Fukuyama (1996) e Putnam (2000).

Para Fukuyama (1996), capital social e confiança são indissociáveis. Segundo o autor, a capacidade de associação de uma comunidade depende fundamentalmente do grau de confiança de seus membros entre si. Ele afirma que o capital social é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade.

Por outro lado, Putnam (1996) considera que a confiança é um componente básico do capital social, mas não o único, embora seja o ponto fundamental. Para o autor o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 2000).

De acordo com Putnam (2000) nas comunidades em que as pessoas acreditam que a confiança será retribuída, sem que dela venham abusar; existe maior probabilidade de haver trocas positivas. E podem essas trocas positivas gerar ações para solução dos dilemas de ação coletiva. Tais relações sociais estimulam a confiança e diminuem as ações oportunistas ou pessoais. De acordo com Putnam (2000, p.128), em uma comunidade cívica “Confiam em que todos procedam corretamente e obedeçam à lei. [...] As redes sociais e políticas se organizam horizontalmente e não hierarquicamente. A comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento cívico, a cooperação e a honestidade. O governo funciona.”

Segundo Barbi (2007), para alguns autores, capital social inclui confiança enquanto para outros, capital social é fonte de confiança. De acordo com Adler e Kwon (2000) os dois conceitos são diferentes; a confiança é uma fonte e um efeito do capital social, é um estado psicológico dos indivíduos enquanto o capital social é uma característica da estrutura social. Ambos se reforçam mutuamente, o capital social gera relações de confiança e a confiança gerada vai produzir capital social.

Para Araujo (2003) confiança é a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade, baseada em normas partilhadas têm acerca do comportamento dos outros. Quem

sente e sabe confiar, recebe mais colaboração e aproveita melhor as oportunidades que aparecem. Por isso, poder confiar nos outros é um importante fator de desenvolvimento econômico.

Para Fukuyama (1996, p.19) a relação entre confiança e desenvolvimento é central, tendo em vista que ele procura mostrar que

uma das lições mais importantes que podemos extrair de uma observação da vida econômica é a de que bem-estar de uma nação, bem como a sua capacidade de competir, são condicionados por uma única e sutil característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade em causa.

A confiança tem um papel importante para a prosperidade de uma nação, pois, segundo Putnam (1996), ela é a expectativa de reciprocidade que as pessoas de uma comunidade baseada em normas compartilhadas têm acerca do comportamento dos outros. Confiar e usufruir as vantagens de confiar produz mais confiança, pois quanto mais os cidadãos participam nas suas comunidades, mais eles aprendem a confiar uns nos outros; e quanto mais confiança tiverem uns nos outros, mais provável que eles sigam participando. É uma relação recíproca (BARBI, 2007).

2.2.4 Capital social e desenvolvimento

Estudos de economistas do Banco Mundial distinguem quatro formas básicas de capital: financeiro, físico, humano e social. O estoque de capital natural é relativamente fixo para cada economia. Poucos casos, como os que envolvem cursos d'água de regiões de fronteira ou as conquistas territoriais, podem resultar em mudanças de seus estoques. Uma outra maneira é através da incorporação de conhecimentos científicos, que trazem novos valores para recursos cujas utilidades eram, até então, desconhecidas. Os capitais físico e financeiro são percebidos pelas populações como os mais importantes na promoção do crescimento. Novos investimentos nesses estoques geram empregos imediatos e melhorias facilmente percebíveis na qualidade de vida das populações. O problema com esses investimentos é que seus efeitos podem ser efêmeros, uma vez esgotada a fonte de novos recursos. Quando os investimentos não estão associados a novas atividades econômicas viáveis, ou competitivas, no mundo que tende para a

globalização, seus efeitos são rapidamente dissipados e a tendência é o retorno para a situação anterior (PERES, 2001).

Putnam (1996) relaciona a prosperidade econômica de uma comunidade à presença de reservas importantes de capital social. As redes sociais fomentam a confiança, diminuindo os custos das transações e facilitando a informação e a inovação. Investimentos em capitais humanos e sociais estão mais intimamente ligados ao crescimento de médio e longo prazo. Isto porque estes investimentos têm mais longo prazo de maturação.

No entanto, seus resultados são mais estáveis, garantindo taxas de crescimento duradouras. Um aspecto interessante quanto aos investimentos em capitais humanos e sociais é que eles dependem menos de bens e serviços importados que os investimentos em capital físico, por exemplo. De fato, os investimentos mais importantes nesses estoques são conseguidos por iniciativas das próprias comunidades, as chamadas *grass root* ou de baixo para cima (PERES, 2001).

As comunidades podem promover ações que visem alavancar significativamente os estoques de capital humano e social sem a interferência do governo. Desta forma, elas passam a atrair novos investimentos privados sem depender dos financiamentos governamentais. Grandes estoques de capital social asseguram a estabilidade institucional reduzindo assim os riscos de novos investimentos. Em situações contrárias, em que há instituições instáveis há um aumento considerável dos riscos de mercados o que acaba por inibir os novos investimentos.

Para Peres (2001), altos estoques de capital social dependem, fundamentalmente, de confiança entre as pessoas. A confiança tem o atributo da transitividade: por confiar em alguém que por sua vez confia em outro, eu posso também confiar nessa terceira pessoa. Onde é grande a confiança entre as pessoas, os custos das transações e da informação são baixos. Um interessante exemplo desta redução de custos é dado pelo sucesso dos programas de microcrédito em certas regiões rurais, onde é muito caro para o sistema bancário obter informações cadastrais tradicionais.

Em localidades em que há altos estoques de capital social as iniciativas grupais são facilitadas e o espírito cívico é aguçado. Portanto, para promover o aumento desses estoques é preciso estimular as ações grupais através da criação de grupos horizontais para enfrentar os problemas e melhorar a qualidade de vidas das comunidades.

Por fim, torna-se importante mencionar, segundo Peres (2001) as implicações da ausência de democracia nos estoques de capital social. Regimes não democráticos necessitam, por condição de sobrevivência, quebrar as relações de confiança entre os indivíduos. Com baixos graus de confiança, os grupos não se formam e, conseqüentemente, não constituem ameaça aos dominadores. Uma importante medida dos governos autoritários é a criação de polícias secretas que espalham a desconfiança entre os indivíduos, impedindo que os grupos se formem e venham, futuramente, a ameaçar o poder daqueles governos. Desenvolver a democracia é, portanto, uma importante forma de investimento em capital social.

2.3 INDICADORES

Para que fosse possível analisar os índices de desenvolvimento humano das regiões em estudo buscou-se na literatura existente sobre indicadores e indicadores sociais base teórica que fundamentasse a análise.

O termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno que não seja imediatamente detectável (HAMMOND et al., 1995, apud VAN BELLEN, 2007).

A definição de McQueen e Noak (1988) trata indicador como uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular ou substituto dessa medida, semelhante ao conceito de Holling (1978) de que um indicador é uma medida do comportamento do sistema em termos de atributos expressivos e perceptíveis.

Para a OECD (1993), um indicador deve ser entendido como um parâmetro, ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa.

Um indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade. Tem como principal característica a de poder sintetizar um conjunto complexo de informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados (HATCHUEL e

POQUET, 1992; BOUNI, 1996). É visto ainda como uma resposta sintomática às atividades exercidas pelo ser humano dentro de um determinado sistema (DPIE, 1995).

Segundo o documento do DPIE (1995), indicadores são medidas da condição, processos, reação ou comportamento que fornecem confiável resumo de sistemas complexos. Se são conhecidas as relações entre os indicadores e o padrão de respostas dos sistemas, pode-se permitir a previsão de futuras condições. As medidas devem evidenciar modificações que ocorrem em uma dada realidade (DPIE, 1995; BROWN Jr., 1987), principalmente aquelas mudanças determinadas pela ação antrópica (MARZALL, 1999). BENBROOK e GROTH III (1996) afirmam que muitos aspectos (matéria orgânica, qualidade da água, qualidade do solo etc.) podem ser medidos de diferentes formas.

Os indicadores são dados que permitem quantificar, qualificar ou mensurar algum elemento desejado, facilitando a compreensão dos dados, melhorando a qualidade de pesquisas. Os indicadores são fundamentais para tomadores de decisão e para a sociedade, pois permitem tanto criar cenários sobre o estado do meio quanto aferir ou acompanhar os resultados de uma decisão tomada (FRANCA, 2001; SANTOS, 2004).

Algumas definições colocam um indicador como uma variável que está relacionada hipoteticamente com outra variável estudada, que não pode ser diretamente observada (CHEVALIER et al., 1992). Essa também é a opinião de Gallopin (1996), que afirma que os indicadores, num nível mais concreto, devem ser entendidos como variáveis.

Uma variável é uma representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema. Ela não é o próprio atributo real mas uma representação, imagem ou abstração dele. Quanto mais próxima a variável se coloca do atributo em si ou reflete o atributo ou realidade, e qual o seu significado ou a sua significância e relevância para a tomada de decisão, é consequência da habilidade do investimento e das limitações e propósitos da investigação.

Aqui, qualquer variável e, conseqüentemente, qualquer indicador, descritivo ou normativo, têm uma significância própria. A mais importante característica do indicador, quando comparado com os outros tipos ou formas de informação, é a sua relevância para política e para o processo de tomada de decisão. Para ser representativo, o indicador tem de ser considerado importante tanto pelos tomadores de decisão quanto pelo público (GALLOPIN, 1996).

Segundo Gallopin (1996), os indicadores mais desejados são aqueles que resumam ou, de outra maneira, simplifiquem as informações relevantes, façam com que certos fenômenos que ocorram na realidade se tornem mais aparentes, aspecto que é particularmente importante na gestão ambiental. Nessa área é necessário especificamente que se quantifiquem, se meçam e se comuniquem ações relevantes. Como já observado, a emergência da temática ambiental está fortemente relacionada à falta de percepção da relação existente entre ação humana e suas conseqüências.

Tunstall (1994) observa os indicadores a partir de suas funções que são: avaliação de condições e tendências; comparação entre lugares e situações; avaliação de condições e tendências em relação às metas e aos objetivos; prover informações de advertência; antecipar futuras condições e tendências.

O objetivo dos indicadores é agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente. Eles simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação. Indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos, existindo autores que defendem que os mais adequados para avaliação de experiências de desenvolvimento sustentável deveriam ser mais qualitativos, em função das limitações explícitas ou implícitas que existem em relação a indicadores simplesmente numéricos. Entretanto, em alguns casos, avaliações qualitativas podem ser transformadas numa notação quantitativa. Os indicadores qualitativos, para Gallopin (1996), são preferíveis aos quantitativos em pelo menos três casos específicos: quando não foram disponíveis informações quantitativas; quando o atributo de interesse é inerentemente não-quantificável; quando determinações de custo assim o obrigarem.

Embora muitas vezes os indicadores sejam apresentados na forma gráfica ou estatísticas, são basicamente distintos dos dados primários. Dados são medidas, ou observações no caso de dados qualitativos, dos valores da variável em diferentes tempos, locais, população ou a sua combinação (GALLOPIN, 1996).

A partir de um certo nível de agregação ou percepção, indicadores podem ser definidos como variáveis individuais ou uma variável que é função de outras variáveis. A função pode ser mais simples como: uma relação, que mede a variação da variável em relação a uma base específica; um índice, um número simples que é uma função simples de duas ou mais variáveis; ou complexa, como o resultado de um grande modelo de simulação.

A relação entre dados primários e indicadores no que denominada pirâmide de informações.

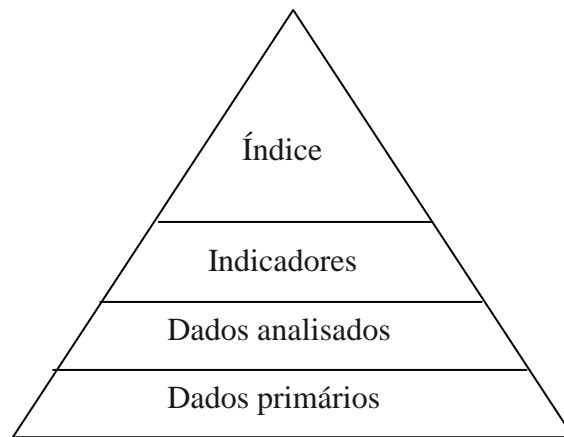


Figura 1 – Pirâmide de informações

Fonte: Hammond et al. (1995) apud Van Bellen (2007)

Indicadores podem adotar diferentes significados. Alguns termos normalmente utilizados são norma, padrão, meta e objetivo. Nos indicadores de desenvolvimento sustentável pode-se afirmar que os conceitos de padrão e norma são semelhantes. Eles referem-se fundamentalmente a valores estabelecidos ou desejados pelas autoridades governamentais ou obtidos por um consenso social, são utilizados dentro de um senso normativo, um valor técnico de referência. As metas, por outro lado, representam uma intenção, valores específicos a serem alcançados. Normalmente são estabelecidos a partir do processo decisório, dentro de uma expectativa que seja de alguma maneira alcançável. Os processos no sentido do alcance das metas devem ser observáveis ou mensuráveis. Muito embora alguns usem os termos metas e objetivos de uma forma intercambiável, de maneira geral os objetivos são usualmente qualitativos indicando mais uma direção do que um estado específico.

Meadows (1998) afirma que a utilização de indicadores de uma maneira intuitiva de monitorar complexos sistemas, que a sociedade considera importantes e precisa controlar. Ela também usa a analogia do termômetro utilizado para medir a temperatura do paciente e, mesmo não medindo um sistema específico do corpo humano, é capaz de transmitir uma informação sobre a saúde. Existem muitas palavras para denominar indicadores, sinal, sintoma, diagnóstico, informação, dado, medida. Eles são elementos importantes da maneira como a sociedade entende o mundo, toma suas decisões e planeja a sua ação. Para a autora os valores, e logicamente os indicadores, estão inserindo dentro de culturas específicas. Indicadores podem ser ferramentas de

mudança, de aprendizado e de propaganda. Sua presença afeta o comportamento das pessoas. A sociedade mede o que ela valoriza e aprende a valorizar aquilo que ela mede. Essa retroalimentação é comum, inevitável e útil, mas também cheia de armadilhas, ainda segundo a autora.

Os indicadores são de fato um modelo da realidade, mas não podem ser considerados a própria realidade, entretanto devem ser analiticamente legítimos e construídos dentro de uma metodologia coerente de mensuração. Eles são, segundo Hardi e Barg (1997), sinais referentes a eventos e sistemas complexos. São pedaços de informações que apontam para características do sistema, realçando o que está acontecendo. Os indicadores são utilizados para simplificar informações sobre fenômenos complexos e para tornar a comunicação entre eles mais compreensível e mensurável.

O objetivo principal dos indicadores é o de agregar e quantificar informações de uma maneira que sua significância fique mais aparente. Os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação (VAN BELLEN, 2007).

2.3.1 Indicadores sociais

Os indicadores sociais, da forma como os conhecemos atualmente, surgiram em meados da década de 1960 nos EUA, procurando atender a demanda por informações que representassem os impactos sociais alcançados por diferentes ações governamentais. Nesse período, de acordo com Costa (1975), houve uma crescente consciência de que a abordagem predominantemente econômica do planejamento não daria conta por si só do real a ser controlado e planejado. Desta maneira, buscou-se na teoria sociológica uma conceituação teórica que agrega-se significado as estatísticas sociais normalmente produzidas.

Para Januzzi (2001) o indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (pesquisa acadêmica) ou programático (formulação de

políticas públicas). É um recurso metodológico, empiricamente referido que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo.

Para Fontes (2004), os indicadores surgem na pesquisa social como uma mediação entre teoria e evidência empírica, ou seja, como instrumentos que permitam identificar e, se possível, medir algum tipo de fenômeno social, estabelecido a partir de uma concepção teórica. Os indicadores permitem a identificação de determinados processos sociais e a sua mensuração. O seu processo de construção tem, portanto, como premissas básicas uma formulação teórica prévia, que qualifique o problema e as hipóteses relevantes e, ainda, uma adequação rigorosa entre o quadro conceitual e a informações disponíveis ou a serem coletadas.

O indicador social, para a pesquisa acadêmica, é o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva pragmática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (CARLEY, 1985; MILES, 1985).

Nesse sentido, indicadores sociais usados de forma responsável, inteligível e transparente podem estabelecer parâmetros concretos para discussão da natureza, conteúdo e prioridades das políticas governamentais, dos programas públicos e dos projetos de ação social. Indicadores sociais são instrumentos para efetivo empoderamento da sociedade civil, de controle e direcionamento das atividades do poder público (JANNUZI, 2001).

Segundo Jannuzzi (2001) um dos critérios utilizados para classificar os indicadores sociais refere-se a sua complexidade metodológica, considerando a quantidade de informações utilizadas para a sua definição. Dentro deste critério, os indicadores sociais podem ser divididos em indicadores simples ou compostos.

Os indicadores simples são aqueles construídos a partir de uma estatística social específica, considerando uma dimensão social. Em contrapartida, os indicadores compostos, também chamados índices sociais ou indicadores sintéticos, são aqueles elaborados através da aglutinação de dois ou mais indicadores sociais simples, considerando uma mesma dimensão social ou diferentes dimensões sociais (JANNUZZI, 2001).

A construção legitima-se pela simplicidade e capacidade de síntese em revelar situações onde é preciso uma avaliação geral de bem-estar, condições de vida ou sócio-econômicas de uma localidade. A sintetização oriunda da aglutinação dos indicadores necessários para formar o

índice, pode incorrer na perda de transparência para sua finalidade ou mesmo costumam perder a proximidade entre seu conceito e sua medida. Contudo, os índices sociais permitem orientar de forma mais objetiva a priorização de recursos e ações de política sociais (JANNUZZI, 2001).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos que tornaram possível o delineamento das ações a serem desenvolvidas para a realização da pesquisa e que garantiram a cientificidade do trabalho. Como afirma Gil (1999), para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Em relação aos fins a que se propõe, este trabalho é de cunho exploratório e descritivo. As pesquisas exploratórias, de acordo com Gil (1999), são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Essas pesquisas envolvem na maioria dos casos, levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulam a compreensão (GIL, 2002).

Sampieri, Collado e Lucio (1994) justificam o uso do estudo exploratório quando o objeto é examinar um determinado tema que tenha sido pouco ou nada estudado anteriormente, permitindo que se obtenha um maior grau e familiaridade com os fenômenos envolvidos no estudo.

A pesquisa descritiva, define Rudio (2001), é aquela em que o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la. Para Sampieri et al. (apud SCHUTER, 2003, p. 78), “os estudos descritivos medem ou avaliam diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado (...)”.

O estudo descritivo, segundo Triviños (1987), pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade. Para o autor este tipo de estudo exige do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar.

A perspectiva do estudo será do tipo transversal, que permite analisar o objeto de estudo em um dado momento sem considerar possíveis mudanças através do tempo (RICHARDSON, 1985).

A abordagem de estudo foi predominantemente qualitativa. De acordo com Richardson (1985) os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Quanto ao delineamento da pesquisa optou-se pelo tipo levantamento. Segundo BABBIE (1999), pesquisas de levantamento em ciências sociais podem ser desenvolvidas com os seguintes objetivos: descrição, explicação e exploração, sendo costumeira a realização de levantamentos em que dois objetivos sejam contemplados concomitantemente.

Para Selltitz et al (1987) pesquisas de levantamento são utilizadas com a finalidade de descrever ou entender as relações observadas em uma população e quando as variáveis de análise estão dispostas naturalmente no ambiente e não podem ser manipuladas ou submetidas à experimentação em laboratório. Logo, o delineamento pretendido (pesquisa de levantamento) parece adequado aos objetivos e pretensões do estudo proposto.

3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Para a realização deste trabalho foi feita uma pesquisa exploratória de dados secundários, que se constituem de dados já existentes, registrados e trabalhados. Esses dados foram coletados através de consulta às bibliografias existentes sobre o tema da pesquisa, bem como, documentos oficiais, artigos e fontes digitais.

Foram utilizados dois tipos de dados secundários. O primeiro refere-se aos dados do índice de desenvolvimento humano municipal, disponível no software Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – versão 1.0.0 (PNUD, 2008).

O segundo tipo de dados secundários que foram utilizados para o desenvolvimento do presente trabalho são os resultados da pesquisa intitulada “Diagnóstico do Capital Social em dez regiões de Santa Catarina” realizado pelo Grupo Politéia, grupo de pesquisa do Centro de Ciências da Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Esta pesquisa é integrante do PROJETO MEU LUGAR/Governo do Estado de Santa Catarina e foi realizada mediante contrato celebrado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Santa Catarina.

A metodologia empregada foi estruturada pelo grupo de pesquisa Politeia/ESAG e aplicada primeiramente em dois projetos pilotos nas Regiões de São Joaquim e Concórdia. Em termos conceituais e metodológicos, ela se diferencia de outras da mesma natureza, por ampliar o entendimento do capital social na perspectiva política e social. O estudo foi realizado para alcançar o cidadão a partir das organizações sociais em que atua ou que para ele se voltam. Considerando que fomentar as formas associativas em redes sociais pode ser um dos pilares para o desenvolvimento sustentável de qualquer comunidade (MENEGASSO, 2006).

Tal pesquisa tinha como objetivo principal levantar o capital social nos municípios que integram as Secretarias Regionais do Estado de Santa Catarina. Também tinha como objetivo oferecer subsídios para a implementação das ações decorrentes do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional.

A pesquisa de campo deu-se no período compreendido entre setembro de 2005 e março de 2006, sendo que a coleta de dados via questionários foi realizada de outubro de 2005 a março de 2006. Os questionários foram aplicados nos municípios que compõem as dez regiões do Estado de Santa Catarina conforme quadro a seguir:

Municípios das regiões catarinenses pesquisadas pelo Grupo Politéia				
Região de Brusque	Região de Chapecó	Região de Dionísio Cerqueira	Região de Joinville	Região de Itajaí
Municípios pesquisados	Municípios pesquisados	Municípios pesquisados	Municípios pesquisados	Municípios pesquisados
Botuverá	Águas Frias	Anchieta	Araquari	Balneário Camboriú
Brusque	Caxambu do Sul	Dionísio Cerqueira	Balneario Barra do Sul	Bombinhas
Canelinha	Chapecó	Guarujá do Sul	Barra Velha	Camboriú
Guabiruba	Cordilheira Alta	Palma Sola	Garuva	Ilhota
Major Gercino	Coronel Freitas	Princesa	Itapoá	Itajaí
Nova Trento	Guatambu	São José do Cedro	Joinville	Itapema
São João Batista	Nova Erechim		São Francisco do Sul	Luis Alves
Tijucas	Nova Itaberaba		São João do Itaperiú	Navegantes
	Planalto Alegre			Penha
	Serra Alta			Piçarras
	Sul Brasil			Porto Belo
Região de Araranguá	Região de Lages	Região de São Miguel do Oeste	Região de Joaçaba	Região de Rio do Sul
Municípios pesquisados	Municípios pesquisados	Municípios pesquisados	Municípios pesquisados	Municípios pesquisados
Araranguá	Anita Garibaldi	Bandeirante	Água Doce	Agronômica
Balneário Arroio Silva	Bocaina do Sul	Barra Bonita	Capinzal	Braço do Trombudo
Balneário Gaivota	Campo Belo do Sul	Belmonte	Catanduvás	Laurentino
Ermo	Capão Alto	Descanso	Erval Velho	Mirim Doce
Jacinto Machado	Cerro Negro	Guaraciaba	Herval do Oeste	Pouso Redondo
Maracajá	Correia Pinto	Iporã do Oeste	Ibicaré	Rio do Campo
Meleiro	Lages	Itapiranga	Joaçaba	Rio do Oeste
Morro Grande	Otacílio Costa	Paraíso	Lacerdópolis	Rio do Sul
Passo de Torres	Painel	Santa Helena	Luzerna	Salete
Praia Grande	Palmeira	São João do Oeste	Ouro	Santa Terezinha
Santa Rosa do Sul	Ponte Alta	São Miguel do Oeste	Treze Tílias	Taió
São João do Sul	São José do Cerrito	Tunápolis	Vargem Bonita	Trombudo Central
Sombrio				
Timbé				
Turvo				

Quadro 6 – Municípios das regiões catarinenses pesquisadas pelo Grupo Politéia
 Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Primeiramente foi feito um levantamento para identificar as organizações sociais formais que atuam nos municípios que compõem a Região, elaborando-se então um banco de dados com o cadastro das organizações identificadas. Após a identificação das organizações, partiu-se para a coleta de dados por meio de questionários.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de organizações sociais, de dirigentes organizacionais e de pessoas das comunidades pesquisadas.

Organizações, dirigentes e pessoas pesquisadas			
Região	Quantidade de organizações sociais pesquisadas	Quantidade de dirigentes organizacionais pesquisadas	Quantidade de pessoas das comunidades pesquisadas
Araranguá	1.028	293	393
Brusque	609	269	424
Chapecó	1.386	322	503
Dionísio Cerqueira	423	206	389
Itajaí	979	269	386
Joaçaba	1.030	262	315
Joinville	1.139	289	428
Lages	1.908	324	441
Rio do Sul	932	82	126
São Miguel do Oeste	946	261	384
Total	10.380	2577	3789

Quadro 7 – Organizações, dirigentes e pessoas pesquisadas
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Foram pesquisadas 10.380 organizações sociais, destas 1.908 (18,38%) eram da região de Lages, 1.386 (13,35%) da região de Chapecó e 1.139 (10,97%) da região de Joinville. Um total de 2.577 dirigentes organizacionais foram pesquisados, destes 324 (12,57%) eram da região de Lages, 322 (12,50%) da região de Chapecó e 293 (11,37%) da região de Araranguá. Das 3.789 pessoas das comunidades pesquisadas, 503 (13,28%) eram da região de Chapecó, 441 (11,64%) da região de Lages e 428 (11,30%) da região de Joinville.

O questionário do tipo Q.01 foi aplicado junto aos dirigentes das organizações sociais e o questionário do tipo Q.02 foi aplicado junto a população-participante de cada comunidade identificada, ou seja, selecionada de acordo com uma amostra representativa.

O questionário Q.01 teve como objetivo levantar um conjunto de informações capazes de revelar a visão que os dirigentes das organizações têm sobre o capital social, a partir de suas dimensões. Com 31 perguntas, divididas em três blocos, abordando a organização interna e o seu funcionamento, o relacionamento com as demais organizações e as formas de relacionamento com a comunidade. Por meio desse instrumento verificou-se a intensidade das interações existentes entre as organizações formais das comunidades e, a partir de suas realizações, o estabelecimento da rede social e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e o bem comum da comunidade (MENEGASSO, 2006).

O questionário Q.02 teve como objetivo conhecer a imagem e o entendimento que as pessoas têm das organizações formais de sua região, bem como a confiança que depositam nas diversas instituições que a compõem (MENEGASSO, 2006).

Os resultados mostram o diagnóstico sobre o capital social no território das regiões pesquisadas, a partir da análise das seis dimensões: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; poder e ação política.

Entretanto, para fins desta pesquisa será analisada apenas a dimensão confiança. Isto porque, segundo Putnam (2000) e Fukuyama (1996) confiança é a base para o capital social.

Embora no trabalho de Putnam a relação entre confiança e desenvolvimento seja apenas sugerida, na medida em que ele não faz referência a esta relação, mas utiliza o conceito de capital social, é inegável que para o autor a confiança é o ponto fundamental, pois a análise das fontes de confiança permeia toda a sua pesquisa.

Para Fukuyama (1996) a relação entre confiança e desenvolvimento é central, tendo em vista que ele procura mostrar que “uma das lições mais importantes que podemos extrair de uma observação da vida econômica é a de que bem-estar de uma nação, bem como a sua capacidade de competir, são condicionados por uma única e sutil característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade em causa” (FUKUYAMA, 1996, p. 19).

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Kerlinger (1980) a análise é a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados. Seu objetivo é reduzir grandes quantidades de dados brutos passando-os para uma forma interpretável e manuseável de maneira que características de situações, acontecimentos e de pessoas possam ser descritas sucintamente e as relações entre as variáveis estudadas e interpretadas.

Baseando-se na exploração analítica dos dados quantitativos, obtidos nas pesquisas em fontes secundárias e na análise dos dados do relatório de pesquisa “Diagnóstico do Capital Social em dez regiões de Santa Catarina”, foram desenvolvidas tabelas que permitiram o cruzamento de informações.

Vencida esta etapa a análise dos dados recebeu tratamento qualitativo, utilizando-se da análise de conteúdo. A análise técnica de conteúdo, utilizada nesta pesquisa é, segundo Bardin (2004) um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não), que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

3.4 DEFINIÇÃO DOS TERMOS DE PESQUISA

Segundo Lakatos e Marconi (1991), o objetivo da definição dos termos de pesquisa é torná-los claros, compreensíveis, a fim de não deixar margem de erro no momento de interpretar os elementos. Para fins de pesquisa este tópico é fundamental por ser um referencial de orientação para todo o trabalho. Ela esclarece e delimita os conceitos utilizados, constitutivamente e operacionalmente (DELLAGNELO, 2000).

3.4.1 Definições constitutivas das variáveis

Para Vieira e Zouain (2004) a definição constitutiva refere-se ao conceito dado por algum autor da variável ou termo que se vai utilizar. Sendo assim, apresentam-se a seguir os principais termos mencionados na pesquisa:

Capital social - o capital social pode ser definido como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Espera-se que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência (FUKUYAMA, 2001).

Desenvolvimento - a idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a metamorfose social deriva dessa outra idéia simples de que é mediante as invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento (FURTADO, 1984).

Desenvolvimento sustentável - desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1988, p.46).

Desenvolvimento local - desenvolvimento local é entendido como uma proposta de desenvolvimento promovido a partir das bases, com a participação ativa da população na identificação das necessidades e priorização de ações, a fim de garantir resultados que demonstrem melhoria na qualidade de vida dessa população (FRANCO, 2000).

Desenvolvimento humano - O desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas das pessoas, através da expansão das funções e capacidades humanas. Deste modo, o desenvolvimento humano também reflete os resultados nestas funções e capacidades. Representa um processo, bem como um fim (PNUD, 2008).

Indicador - um indicador deve ser entendido como um parâmetro, ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa (OECD, 1993).

Indicador social - o indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (pesquisa acadêmica) ou programático (formulação de políticas públicas) (JANUZZI, 2001).

3.4.2 Definições operacionais das variáveis

Para ter-se efetivamente um trabalho científico não basta que as variáveis sejam definidas constitutivamente. É necessário operacionalizá-las, buscando atribuir-lhe um significado que especifique atividades ou operações necessárias para objetivá-las na prática (DELLAGNELO, 2000).

Neste sentido, torna-se necessária a operacionalização das duas definições importantes deste estudo: desenvolvimento humano e capital social.

Desenvolvimento humano: Para fins desta pesquisa a o desenvolvimento humano foi operacionalizado através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que embora procure medir os mesmos fenômenos que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), utiliza indicadores diferentes que são considerados mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

Capital social: Como forma de operacionalizar o capital social foi utilizada a dimensão confiança que, conforme abordado anteriormente, é vista como sendo a base para o capital social.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Os limites desta pesquisa se referem ao fato de nela serem tratados fenômenos complexos, sempre presentes na realidade política e social. Sendo assim, os resultados e conclusões dessa pesquisa são aplicáveis apenas ao contexto pesquisado.

Outro limite refere-se referencial teórico adotado e aos métodos e às técnicas predominantemente utilizados, pois estes influenciaram na abordagem adotada no estudo.

Além disso, o presente estudo limita-se aos dados informados no trabalho realizado pelo Grupo Politéia intitulado “Diagnóstico do Capital Social em dez regiões de Santa Catarina”, pois se utilizou destes como dados secundários.

Por fim, e igualmente importante, considerando a diversidade de conceitos de capital social e o caráter complexo e dinâmico dos sistemas sociais, o estudo não permite maiores inferências sobre outras formas de capital.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) foi o arquiteto do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990 (VEIGA, 2006). O RDH propõe uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano e reúnem tabelas estatísticas e informações sobre o assunto

Segundo Veiga (2006), os estudos de Mahbub ul Haq estavam voltados a criação de um indicador sintético capaz de fornecer a seus usuários uma espécie de hodômetro do desenvolvimento. Com a colaboração de Amartya Sen e de outros dez consultores internacionais, Mahbub ul Haq criou em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além de incluir o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também considera dois outros componentes: longevidade e educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países).

O IDH varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Atualmente o IDH é cálculo pelo PNUD para 177 países.

Transcreve-se a seguir o depoimento de Amartya Sen a respeito do IDH.

Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantá-lo) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas

olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano (Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998, no prefácio do RDH de 1999.)

Segundo PNUD (2007), simultaneamente ao processo de difusão do IDH nos anos 90, há uma nova ênfase em políticas sociais descentralizadas, focalizadas e que envolvem a participação de atores não governamentais. Isso reforça a demanda por diferentes tipos de indicadores ao nível nacional e local. Com o advento do IDH, há um crescimento significativo na produção de indicadores sintéticos para países, estados, municípios e até distritos ou bairros em diferentes países em desenvolvimento.

Uma vez que, com o avanço da descentralização, a mensuração do desenvolvimento tornou-se mais central para os governos locais e nacionais que pretendem introduzir políticas de desenvolvimento social e econômico no local. O principal motivo desse comportamento parece ser o fato de que os indicadores são vistos como poderosas ferramentas, não somente para o planejamento, mas também como formas dos governos democráticos se relacionarem com a opinião pública e a mídia e com as pressões vindas dos políticos tradicionais e demais forças locais (PNUD, 2007).

Apesar das limitações dos indicadores compostos, conforme discutido anteriormente, parece haver um consenso entre as organizações produtoras de dados quanto a possibilidade destes indicadores de transformar-se em mensagens fortes e, nesta condição, tornarem-se aliadas na criação de uma cultura de responsabilidade e na realização efetiva dos direitos humanos, ambos comportamentos indispensáveis para a construção de sociedades que anseiam por um desenvolvimento sustentável e com a democratização da sociedade do conhecimento

4.1.1 Índice de desenvolvimento humano do Brasil

De acordo com o RDH de 2007 que foi desenvolvido com base nos dados do ano de 2005, o Brasil entrou pela primeira vez no grupo dos países de Alto Desenvolvimento Humano. Desta forma, ao atingir o IDH de 0,800 o país passou a ocupar o 70º lugar no ranking de 177 países e territórios.

O progresso nos indicadores de desenvolvimento humano básico para o Brasil se deu de maneira consistente em todas as dimensões, ou seja, a melhora do IDH brasileiro, além de constante é harmônica, como ilustra a tabela a seguir.

Evolução dos indicadores de desenvolvimento humano do Brasil					
Ano	Expectativa de vida no nascimento	Taxa de alfabetização dos adultos (% com mais de 15 anos)	Taxa de matrícula combinada (%)	PIB per capita (2005 PPC US\$)	IDH
1990	66,1	82,0	67,3	7,219	0,723
1995	68,2	84,7	74,4	7,798	0,753
2000	70,3	86,9	90,2	8,085	0,789
2004	71,5	88,6	87,5	8,325	0,798
2005	71,7	88,6	87,5	8,402	0,800

*As estatísticas apresentadas em diferentes edições do RDH podem não ser comparáveis devido a revisões dos dados ou mudanças na metodologia. Os índices dos anos de 1990, 1995, 2000 e 2004 apresentados na tabela foram atualizados e não necessariamente são iguais aqueles publicados em RDH anteriores. Fonte: PNUD, 2007

Quadro 8 – Evolução dos indicadores de desenvolvimento humano do Brasil
Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Entre os anos de 1990 e 2005, a expectativa de vida cresceu em pouco mais de cinco anos e meio, o PIB per capita cresceu 16,39% e a taxa de alfabetização de adultos cresceu sete pontos percentuais. Contudo, o grande destaque está para a taxa de matrícula que registrou um crescimento de vinte pontos percentuais. É importante ressaltar que os dados da educação do Brasil de 2005 não foram disponibilizados pelo Instituto de Estatística da UNESCO, razão pela qual foram usados os dados de 2004 atualizados para 2005.

Apesar da importante conquista brasileira em 2005, o resultado do país foi inferior ao do conjunto de países latino-americanos. Países como a Argentina, o Chile, o Uruguai e o México apresentam, historicamente, indicadores de desenvolvimento humano melhores que os brasileiros.

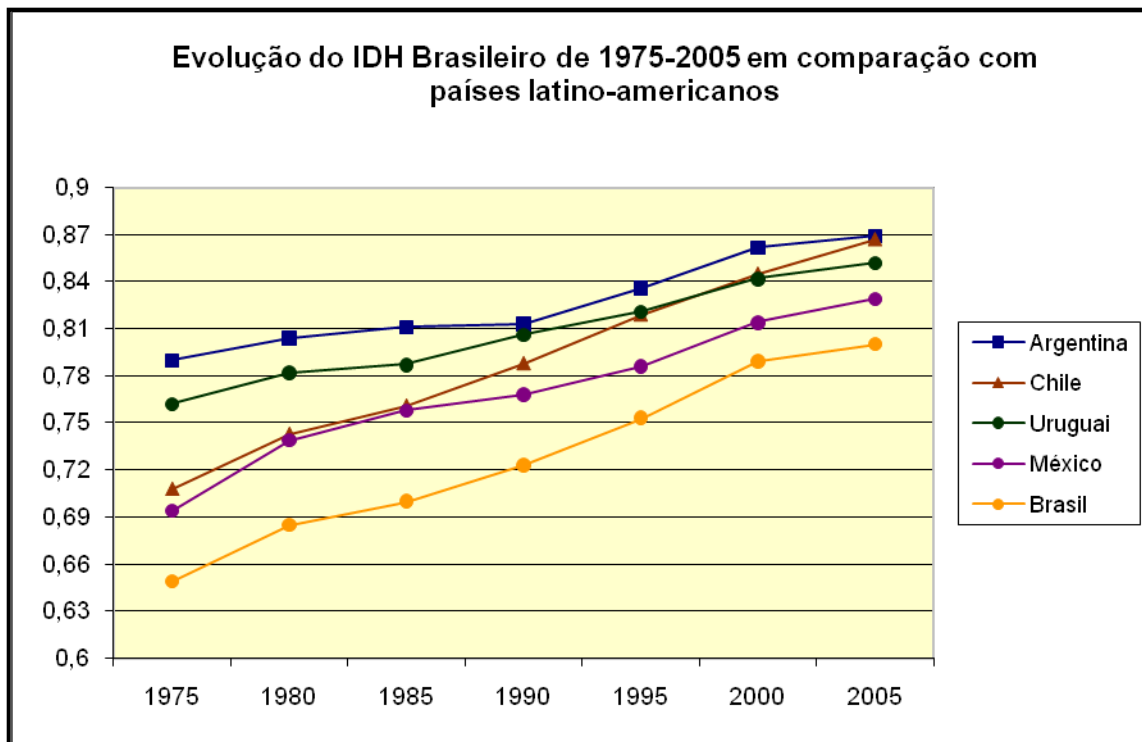


Gráfico 1 – Evolução do IDH Brasileiro de 1975-2005 em comparação com países latino-americanos
 Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Apesar de ter diminuído a distância dos demais países nos últimos 25 anos, o país permaneceu em 2005 com o IDH 0,029 pontos inferior ao do México, 0,052 pontos inferior ao do Uruguai, 0,067 inferior ao do Chile e 0,069 pontos inferior ao da Argentina.

Entrar, pela primeira vez, para o grupo de países com alto desenvolvimento humano foi um importante marco para a história brasileira. Contudo, cabe ressaltar que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para melhorar efetivamente as condições de vida de sua população.

4.1.2 Índice de desenvolvimento humano municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano em municípios, denominando-se IDH-Municipal ou IDHM. Para o cálculo do IDHM são utilizadas as mesmas dimensões – educação, longevidade e renda –, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os

indicadores levados em conta no IDH Municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

4.1.2.1 Educação

Segundo PNUD (2007) para medir o acesso à educação da população de uma localidade, o IDHM considera dois indicadores: a porcentagem de pessoas alfabetizadas entre os moradores com mais de 15 anos de idade daquele lugar (com peso dois no cálculo final) e a taxa de frequência bruta a salas de aula (peso um).

Para medir o acesso à educação em grandes sociedades, como um país, a taxa de matrícula nos diversos níveis do sistema educacional é um indicador suficientemente preciso. Quando o que se pretende medir está em núcleos sociais menores, como municípios, esse indicador é menos eficaz, pois os estudantes podem morar em uma cidade e estudar em outra, distorcendo as taxas de matrícula. Daí a opção pelo indicador de frequência à sala de aula, que é baseado em dados censitários. O que se pretende aferir é a parcela da população daquela cidade que vai à escola em comparação à população municipal em idade escolar (PNUD, 2007).

Até 2005, segundo o calendário do Ministério da Educação, o ensino fundamental ia da 1ª a 8ª série e era cursado por crianças entre 7 e 14 anos. A partir de 2006 com a inclusão de um ano no início do ciclo, o ensino fundamental passou a ter nove anos e a ser cursado por crianças de 6 a 14 anos. Para o ensino médio e superior não houve alteração. Os adolescentes entre 15 e 17 anos devem cursar o ensino médio e aos 22 anos, concluir o ensino superior.

Para avaliar o acesso das pessoas ao conhecimento, divide-se o total de alunos nos três níveis de ensino pela população total dessa faixa etária. A esse indicador se dá o nome de taxa bruta de frequência escolar.

O outro critério para a avaliação da educação de uma população é o percentual de alfabetizados maiores de 15 anos. Ele se baseia no direito constitucional de todos os brasileiros de terem acesso aos oito séries do ensino fundamental. Ao final desse período, que, pelo calendário normal se encerraria aos 14 anos de idade, espera-se que o indivíduo seja capaz de ler e escrever um bilhete simples. Daí a opção por se medir essa capacidade na população com 15

anos de idade ou mais. A taxa de alfabetização é obtida pela divisão do total de alfabetizados maiores de 15 anos pela população total de mais de 15 anos de idade do município pesquisado (PNUD, 2007).

Considerando que as taxas de alfabetização e de frequência já variam entre 0 e 1 (0% a 100%), não é necessário convertê-las em um índice, basta aplicar os pesos de cada indicador para se chegar a uma média. Por exemplo: se o município tem uma taxa bruta de frequência à escola igual a 80% e uma taxa de alfabetização de 86%, o cálculo será $[0,80 + (2 \times 0,86)] / 3 \Rightarrow (0,80 + 1,72) / 3 \Rightarrow 2,52 / 3 = 0,84$. Logo, o IDHM de Educação (IDHM-E) será 0,89.

4.1.2.2 Longevidade

Segundo PNUD (2007) para avaliar o desenvolvimento humano no que diz respeito à longevidade o IDH nacional e o IDHM usam a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra qual a média de anos que a população nascida naquela localidade no ano de referência deve viver - desde que as condições de mortalidade existentes se mantenham constantes. Quanto menor for a mortalidade registrada em um município, maior será a esperança de vida ao nascer. O indicador é uma boa forma de avaliar as condições sociais, de saúde e de salubridade por considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto as ocorridas em função de doenças quanto as provocadas por causas externas (violências e acidentes).

No Brasil os censos são a base de cálculo de todo o IDHM. Para se chegar ao número médio de anos que uma pessoa vive a partir de seu nascimento são utilizados os dados do questionário expandido dos censos. O resultado dessa amostra é expandido para o restante da população daquele município.

O cálculo da esperança de vida ao nascer é complexo e envolve várias fases. No caso da esperança de vida por município, as estatísticas do registro civil são inadequadas. Por isso, para o cálculo do IDHM opta-se por técnicas indiretas para se chegar às estimativas de mortalidade. A base são as perguntas dos censos sobre o número de filhos nascidos vivos e o número de filhos ainda vivos na data em que o censo foi feito. A partir daí são calculadas proporções de óbitos.

Aplica-se, então, uma equação que transforma essas proporções em probabilidade de morte. A próxima etapa é transformar essas probabilidades em tábuas de vida, de onde é extraída a esperança de vida ao nascer (PNUD, 2007).

Para transformar esse número de anos em um índice, usa-se como parâmetro máximo de longevidade, 85 anos, e, como parâmetro mínimo, 25 anos. Assim, por exemplo, se o município tem uma esperança de vida ao nascer de 65 anos, seu IDHM de Longevidade (IDHM-L) será $(65 - 25) / (85 - 25) \Rightarrow 40 / 60 \Rightarrow \text{IDHM-L} = 0,666$. Logo, o IDHM-L será 0,666.

4.1.2.3 Renda

O Produto Interno Bruto (PIB) de um país é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano dentro de suas fronteiras. O PIB per capita é a divisão desse valor pela população do país. Trata-se de um indicador eficaz para a avaliação da renda de um universo amplo, como países e unidades da Federação. Esse é o critério usado pelo PNUD mundialmente para o cálculo do IDH de Renda (IDH-R) dos países e dos Estados. (PNUD, 2007).

Na avaliação da renda dos habitantes de um município, o uso do PIB per capita torna-se inadequado. Por exemplo: nem toda a renda produzida dentro da área do município é apropriada pela população residente. A alternativa adotada é o cálculo da renda municipal per capita. Ela permite, por exemplo, uma desagregação por cor ou gênero da população, o que seria inviável de outra maneira.

A renda média municipal per capita indica a renda média dos indivíduos residentes no município expressa em reais, pela cotação do dia 1 agosto de 2000. Os valores são extraídos do questionário da amostra do Censo. A partir da pesquisa do IBGE soma-se todo tipo de renda obtida pelos moradores daquele município (inclusive salários, pensões, aposentadorias e transferências governamentais, entre outros). E a somatória é dividida pelo número total de habitantes do município. O resultado é a renda municipal per capita (PNUD, 2007).

Para transformar a renda municipal per capita em um índice é feito uma série de cálculos. Primeiro convertem-se os valores anuais máximo e mínimo expressos em dólar PPC (Paridade do

Poder de Compra), adotados nos relatórios internacionais do PNUD (US\$ PPC 40.000,00 e US\$ PPC 100,00, respectivamente), em valores mensais expressos em reais: R\$ 1.560,17 e R\$ 3,90.

Em seguida, são calculados os logaritmos da renda média municipal per capita e dos limites máximo e mínimo de referência. O logaritmo é usado porque ele expressa melhor o fato de que um acréscimo de renda para os mais pobres é proporcionalmente mais relevante do que para os mais ricos. Ou seja: R\$ 10,00 a mais por mês para quem ganha R\$ 100,00 proporciona um maior retorno em bem-estar do que R\$ 10,00 para quem ganha R\$ 10.000,00 (PNUD, 2007).

Por fim, para se chegar ao IDHM de Renda (IDHM-R) aplica-se a seguinte fórmula: $IDH-R = (\log \text{ de renda média municipal per capita} - \log \text{ do valor de referência mínimo}) / (\log \text{ do valor de referência máximo} - \log \text{ do valor de referência mínimo})$. Para um município com renda municipal per capita de R\$ 827,35, o cálculo será: $IDHM-R = (\log R\$ 827,35 - \log R\$ 3,90) / (\log R\$ 1.560,17 - \log R\$ 3,90) \Rightarrow IDHM-R = 0,894$.

Uma vez escolhidos os indicadores, são calculados os índices específicos de cada uma das três dimensões analisadas: IDHM-E, para educação; IDHM-L, para longevidade; IDHM-R, para renda. Para isso, são determinados os valores de referência mínimo e máximo de cada categoria, que serão equivalentes a 0 e 1, respectivamente, no cálculo do IDHM. Os sub-índices de cada município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de 1. O IDHM de cada município é fruto da média aritmética simples desses três sub-índices: somam-se os valores e divide-se o resultado por três ($IDHM-E + IDHM-L + IDHM-R / 3$). (PNUD, 2007).

4.1.3 Índice de desenvolvimento humano dos Estados da Federação

O IDHM no Brasil entre os anos 1991 e 2000 aumentou 10,06%, passando de 0,696 para 0,766. O IDHM-R aumentou 6,17% alcançando o índice de 0,723, o IDHM-L aumentou 9,82% passando para 0,727 e o IDHM-E aumentou 13,96% atingido 0,849. Em todas as Unidades da Federação a educação foi o indicador que mais registrou crescimento, no Estado do Maranhão, por exemplo, o aumento foi de 29,02%. A longevidade variou de um aumento de 3,42% no Distrito Federal até um aumento de 18,44% no Estado do Rio Grande do Norte. O indicador

relativo a renda foi o que mais apresentou variações entre os estados, de -2,01% em Roraima até 12,74% no Piauí.

Os estados brasileiros que no ano 2000 registraram o IDHM superior a 0,800, ou seja, que se enquadraram na faixa de alto desenvolvimento humano foram o Distrito Federal (0,844), Santa Catarina (0,822), São Paulo (0,820), Rio Grande do Sul (0,814) e Rio de Janeiro (0,807). Por outro lado os estados com os menores IDHM foram Maranhão (0,636), Alagoas (0,649), Piauí (0,656) e Paraíba (0,661).

Os estados que mais aumentaram o índice, entre 1991 e 2000, foram Alagoas (18,43%), Ceará (18,04%), Paraíba (17,83%), Maranhão (17,13%) e Rio Grande do Norte (16,72%). Já os estados em que houve menor crescimento foram São Paulo (5,40%), Distrito Federal (5,63%), Rio de Janeiro (7,17%), Amazonas (7,38%) e Roraima (7,80%).

4.1.4 Índice de desenvolvimento humano do Estado de Santa Catarina

De 1991 a 2000, o IDHM de Santa Catarina passou de 0,748 para 0,822, registrando um crescimento de 9,89%. Já o crescimento da população no mesmo período foi de 18%, alcançando mais de 5.300.000 habitantes e representando 3,15% da população brasileira.

A seguir são analisadas as três dimensões do IDHM do estado de Santa Catarina nos anos de 1991 e 2000.

a) IDHM-R;

O quadro a seguir apresenta a análise da dimensão renda do IDHM do Estado de Santa Catarina

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda de Santa Catarina								
IDHM	1991				2000			
	Municípios	%	População	%	Municípios	%	População	%
0,000 a 0,499	7	2,39%	26.312	0,58%	0	0,00%	0	0,00%
0,500 a 0,799	285	97,27%	4.257.341	93,73%	289	98,63%	4.906.747	91,61%
0,800 a 1,000	1	0,34%	258.383	5,69%	4	1,37%	449.613	8,39%
Total	293	100,00%	4.542.036	100,00%	293	100,00%	5.356.360	100,00%

Quadro 9 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda de Santa Catarina

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Em 1991, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda (IDHM Renda) do Brasil era 0,681 e o do Estado de Santa Catarina era 0,682. Dentre os municípios do Estado de Santa Catarina, o município com o melhor índice era Florianópolis, com 0,803, seguido por Balneário Camboriú com 0,782, Blumenau com 0,762, Joaçaba com 0,752 e por Jaraguá do Sul com 0,750. Os municípios com o piores índices eram Entre Rios com 0,468, Santa Terezinha do Progresso com 0,474, Cerro Negro com 0,479, São Bernardino com 0,482 e Bandeirante com 0,493.

Dos 293 municípios do Estado, 2,39% tinham o IDHM Renda considerado baixo, ou seja, entre 0,000 e 0,499. Com o IDHM Renda considerado médio, entre 0,500 e 0,799, haviam 285 municípios, ou seja, 97,27% do municípios do Estado. Apenas Florianópolis alcançava o IDHM Renda considerado alto, entre 0,800 e 1,000.

Em termos de população, 26.312 pessoas (0,58%) viviam em municípios com um IDHM Renda entre 0,000 e 0,499. A grande maioria da população, 4.257.341 pessoas (93,73%), viviam em municípios com IDHM Renda entre 0,500 e 0,799. Um total de 258.383 pessoas viviam na cidade de Florianópolis que tinha o melhor IDHM Renda do Estado.

Em 2000, o IDHM Renda do Brasil passou a ser 0,723, registrando uma melhora em 6,2% com relação a 1991, e o IDHM Renda do Estado de Santa Catarina passou a ser 0,750, registrando uma melhora de 9,9% em relação a 1991. Dentre os municípios do Estado de Santa Catarina, o município com o melhor valor era Florianópolis, com 0,867, seguido por Balneário Camboriú com 0,859, Luis Alves com 0,813, Itapema com 0,806 e por Blumenau com 0,797. Os

municípios com o piores índices eram Entre Rios com 0,554, Cerro Negro com 0,560, Calmon com 0,565, Timbó Grande com 0,752 e por Bela Vista do Toldo com 0,577.

Dos 293 municípios do Estado, nenhum tinha o IDHM Renda considerado baixo, ou seja, entre 0,000 e 0,499. Com o IDHM Renda considerado médio, entre 0,500 e 0,799, haviam 289 municípios, ou seja, 98,63% do municípios do Estado. As cidades de Florianópolis, Balneário Camboriú, Luiz Alves e Itapema alcançaram o IDHM Renda considerado alto, entre 0,800 e 1,000.

Em termos de população, 4.906.747 pessoas (91,61%) viviam em municípios com IDHM Renda entre 0,500 e 0,799. Além destas, 449.613 pessoas viviam nas cidades com IDHM Renda entre 0,800 e 1,000.

b) IDHM-L;

O quadro a seguir apresenta a análise da dimensão longevidade do IDHM do Estado de Santa Catarina

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade de Santa Catarina								
IDHM	1991				2000			
	Municípios	%	População	%	Municípios	%	População	%
0,000 a 0,499	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
0,500 a 0,799	278	94,88%	3.977.683	87,57%	178	60,75%	1.895.696	35,39%
0,800 a 1,000	15	5,12%	564.353	12,43%	115	39,25%	3.460.664	64,61%
Total	293	100,00%	4.542.036	100,00%	293	100,00%	5.356.360	100,00%

Quadro 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade de Santa Catarina

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Em 1991, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade (IDHM Longevidade) do Brasil era 0,662 e o do Estado de Santa Catarina era 0,753. Dentre os municípios do Estado de Santa Catarina, o município com o melhor índice era Biguaçu, com 0,816, seguido por Luzerna com 0,814, Joaçaba com 0,814, Iomerê com 0,814, Blumenau com 0,810 e por Guabiruba com 0,810. Os municípios com o piores índices eram Capão Alto com 0,642, Flor do Sertão com 0,645, Bela Vista do Toldo com 0,653, Timbó Grande com 0,653, Itaiópolis com 0,653 e Três Barras com 0,653.

Do total de municípios do Estado, nenhum tinha o IDHM Longevidade considerado baixo, entre 0,000 e 0,499. Com IDHM Longevidade considerado médio, ou seja, entre 0,000 e

0,499, haviam 278 municípios (94,88%). Com o IDHM Longevidade entre 0,800 e 1,000, considerado alto, haviam 15 municípios (5,12%).

Com relação a população, 3.977.683 pessoas (87,57%) viviam em municípios com um IDHM Longevidade entre 0,500 e 0,799. Um total de 564.353 pessoas viviam na nos municípios que tinham o melhor IDHM Longevidade do Estado, entre 0,800 e 1,000.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade (IDHM Longevidade) do Brasil passou a ser 0,727 registrando uma melhora em 9,8% com relação a 1991, e o do Estado de Santa Catarina passou a ser 0,811 registrando uma melhora de 7,7% em relação a 1991. Dentre os municípios do Estado de Santa Catarina, o município com o melhor índice era Antônio Carlos, com 0,882, seguido por Massaranduba com 0,880, Planalto Alegre com 0,880, Luzerna com 0,879 e por Cunhataí com 0,879. Os municípios com o piores índices eram Bela Vista do Toldo com 0,682, Timbó Grande com 0,682, Capão Alto com 0,700, Campo Belo do Sul com 0,700 e Bom Retiro com 0,717.

Do total de municípios do Estado, nenhum tinha o IDHM Longevidade considerado baixo, entre 0,000 e 0,499. Com IDHM Longevidade considerado médio, ou seja, entre 0,000 e 0,499, haviam 178 municípios (60,75%). Com o IDHM Longevidade entre 0,800 e 1,000, considerado alto, haviam 115 municípios (39,25%).

Com relação a população, 1.895.696 pessoas (35,39%) viviam em municípios com um IDHM Longevidade entre 0,500 e 0,799. Um total de 3.460.664 pessoas viviam na nos municípios que tinham o melhor IDHM Longevidade do Estado, entre 0,800 e 1,000.

c) IDHM-E;

O quadro a seguir apresenta a análise da dimensão educação do IDHM do Estado de Santa Catarina

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação de Santa Catarina								
IDHM	1991				2000			
	Municípios	%	População	%	Municípios	%	População	%
0,200 a 0,499	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
0,500 a 0,799	225	76,79%	1.854.104	40,82%	6	2,05%	27.954	0,52%
0,800 a 1,000	68	23,21%	2.687.932	59,18%	287	97,95%	5.328.406	99,48%
Total	293	100,00%	4542036	100,00%	293	100,00%	5356360	100,00%

Quadro 11 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação de Santa Catarina
Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Em 1991, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação (IDHM Educação) do Brasil era 0,745 e o do Estado de Santa Catarina era 0,808. Dentre os municípios do Estado de Santa Catarina, o município com o melhor índice era Florianópolis, com 0,898, seguido por Joaçaba com 0,881, Blumenau com 0,867, São José com 0,863, São João do Oeste com 0,860 e por Jaraguá do Sul com 0,860. Os municípios com o piores índices eram Entre Rios com 0,615, Cerro Negro com 0,625, Brunópolis com 0,631, Timbó Grande com 0,642 e por Campo Belo do Sul com 0,656.

Do total de municípios do Estado, nenhum tinha o IDHM Educação considerado baixo, entre 0,000 e 0,499. Com IDHM Educação considerado médio, ou seja, entre 0,500 e 0,799, haviam 225 municípios (76,79%). Com o IDHM Educação entre 0,800 e 1,000, considerado alto, haviam 68 municípios (23,21%).

Em termos de população, 1.854.104 pessoas (40,82%) viviam em municípios com IDHM Renda entre 0,500 e 0,799. Além destas, 2.687.932 pessoas viviam nas cidades com IDHM Renda entre 0,800 e 1,000.

Em 2000, o IDHM Educação do Brasil passou a ser 0,849, registrando uma melhora em 13,9% com relação a 1991, e o IDHM Educação do Estado de Santa Catarina passou a ser 0,906, registrando uma melhora de 12,2% em relação a 1991. Dentre os municípios do Estado de Santa Catarina, o município com o melhor valor era Santo Amaro da Imperatriz, com 0,978, seguido por Florianópolis com 0,960, Timbó com 0,953, Jaraguá do Sul com 0,952 e por Pomerode com 0,952. Os municípios com o piores índices eram Cerro Negro com 0,740, Entre Rios com 0,767, Campo Belo do Sul com 0,769, Timbó Grande com 0,787 e por Calmon com 0,790.

Dos 293 municípios do Estado, nenhum tinha o IDHM Educação considerado baixo, ou seja, entre 0,000 e 0,499. Com o IDHM Educação considerado médio, entre 0,500 e 0,799, haviam 6 municípios, ou seja, 2,05% dos municípios do Estado. Foram 287 municípios (97,95%) que alcançaram o IDHM Educação considerado alto, entre 0,800 e 1,000.

Em termos de população, 27.954 pessoas (0,52%), viviam em municípios com IDHM Educação entre 0,500 e 0,799. Um total de 5.328.406 pessoas (99,48%) em municípios que tinham o IDHM Educação considerado alto, entre 0,800 e 1,000.

4.1.5 Índice de desenvolvimento humano das regiões de estudo

Pretende-se aqui analisar o IDHM dos municípios que compõem as regiões do Estado de Santa Catarina objeto do presente estudo. Considerou-se como o IDHM das regiões é a média do IDHM dos municípios que a compõem.

a) Região de Araranguá;

IDHM 2000 dos municípios da região de Araranguá					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Araranguá	54.706	0,814	0,894	0,829	0,719
Balneário Arroio Silva	6.043	0,794	0,908	0,767	0,706
Balneário Barra do Sul	6.045	0,786	0,877	0,806	0,676
Ermo	2.057	0,769	0,854	0,767	0,687
Jacinto Machado	10.923	0,757	0,854	0,767	0,649
Maracajá	5.541	0,813	0,868	0,828	0,742
Meleiro	7.080	0,793	0,872	0,748	0,759
Morro Grande	2.917	0,790	0,849	0,856	0,665
Passo de Torres	4.400	0,789	0,877	0,816	0,673
Praia Grande	7.286	0,763	0,850	0,767	0,673
Santa Rosa do Sul	7.810	0,762	0,859	0,767	0,661
São João do Sul	6.784	0,758	0,849	0,767	0,658
Sombrio	22.962	0,804	0,876	0,829	0,707
Timbé do Sul	5.323	0,773	0,844	0,767	0,708
Turvo	10.887	0,821	0,889	0,821	0,753
Média	10.718	0,786	0,868	0,793	0,696

Quadro 12 – IDHM 2000 dos municípios da região de Araranguá
Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Com 10.887 habitantes a cidade de Turvo é a com maior IDHM (0,821) da região de Araranguá. A cidade de Araranguá é a com o segundo maior IDHM (0,814), sendo também a cidade com maior número de habitantes desta região. Maracajá, com 5.541 habitantes é a cidade com o terceiro maior IDHM (0,813) da região. Balneário Arroio do Silva é a cidade com maior

IDHM-E (0,908), Morro Grande é a cidade com maior IDHM-L (0,856) e Meleiro é a cidade com maior IDHM-R (0,759).

A cidade de Jacinto Machado, com 10,923 habitantes, é a cidade com menor IDHM (0,757) e menor IDHM-R (0,649) da região. São João do Sul, com 6,784 habitantes, é a cidade com o segundo menor IDHM (0,758) da região. Com 7.810 habitantes a cidade de Santa Rosa do Sul é a cidade com o terceiro menor IDHM (0,762) da região. Timbé do Sul é a cidade com menor IDHM-E (0,844) e Meleiro é a cidade com menor IDHM-L (0,748).

Com um total de 15 municípios e 160.764 habitantes a região Araranguá tem o IDHM de 0,786 que é considerado de médio desenvolvimento humano.

b) Região de Brusque;

IDHM 2000 dos municípios da região de Brusque					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Botuverá	3.756	0,795	0,866	0,824	0,695
Brusque	76.058	0,842	0,912	0,833	0,780
Canelinha	9.004	0,795	0,834	0,851	0,701
Guabiruba	12.976	0,829	0,897	0,850	0,741
Major Gercino	3.143	0,799	0,850	0,851	0,696
Nova Trento	9.852	0,815	0,877	0,851	0,716
São João Batista	14.861	0,819	0,887	0,845	0,725
Tijucas	23.499	0,835	0,892	0,845	0,769
Média	19.144	0,816	0,877	0,844	0,728

Quadro 13 – IDHM 2000 dos municípios da região de Brusque

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

A cidade com o maior IDHM (0,842) da região de Brusque é a própria cidade de Brusque. Com 76,058 habitantes a cidade de Brusque também é a que tem o maior IDHM-E (0,912) e IDHM-R (0,780). Com 23.499 habitantes a cidade de Tijucas é a com o segundo maior IDHM (0,835) da região. Guabiruba é a cidade com o terceiro maior IDHM (0,829) da região de Brusque. As cidade com maior IDHM-L (0,851) são Canelinha, Nova Trento e Major Gercino.

Botuverá e Canelinha são as cidades com o menor IDHM (0,795) da região. Ainda, Botuverá é a que tem o menor IDHM-L (0,824) e IDHM-R (0,695), e Canelinha é a que tem o

menor IDHM-E (0,834). Com 3,143 habitantes Major Gercino é a terceira cidade com menor IDHM (0,799).

Com um total de 8 municípios e 153.149 habitantes a região Brusque tem o IDHM de 0,816 que é considerado de alto desenvolvimento humano.

c) Região de Chapecó;

IDHM 2000 dos municípios da região de Chapecó					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Águas Frias	2.525	0,799	0,903	0,785	0,708
Caxambu do Sul	5.263	0,738	0,851	0,718	0,645
Chapecó	146.967	0,848	0,943	0,855	0,747
Cordilheira Alta	3.093	0,826	0,888	0,855	0,734
Coronel Freitas	10.535	0,811	0,887	0,855	0,690
Guatambu	4.702	0,737	0,851	0,757	0,604
Nova Erechim	3.543	0,810	0,898	0,796	0,735
Nova Itaberaba	4.256	0,759	0,849	0,747	0,681
Planalto Alegre	2.452	0,817	0,872	0,880	0,700
Serra Alta	3.330	0,810	0,895	0,855	0,679
Sul Brasil	3.116	0,771	0,856	0,830	0,627
Média	17.253	0,793	0,881	0,812	0,686

Quadro 14 – IDHM 2000 dos municípios da região de Chapecó

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Da região de Chapecó a própria cidade de Chapecó, com 146.967 habitantes, é a que tem o maior IDHM (0,848), maior IDHM-E (0,943), maior IDHM-R (0,747) e uma das que tem maior IDHM-L (0,855). A cidade de Cordilheira Alta é a segunda com maior IDHM (0,826) e a cidade de Planalto Alegre, a menor cidade da região, é a terceira com maior IDHM (0,817). Além de Chapecó, as cidades que tem maior índice de IDHM-L (0,855) são Serra Alta, Coronel Freitas e Cordilheira Alta.

Guatambu é a cidade com menor IDHM (0,737) e menor IDHM-R (0,604) da região de Chapecó. A cidade de Caxambu do Sul é a que tem o segundo menor IDHM (0,738) e também a que tem o menor IDHM-L (0,718). Nova Itaberaba é a que tem o terceiro menor IDH (0,759) e o menor IDHM-E (0,849).

Com um total de 11 municípios e 189.782 habitantes a região Chapecó tem o IDHM de 0,793 que é considerado de médio desenvolvimento humano.

d) Região de Dionísio Cerqueira;

IDHM 2000 dos municípios da região de Dionísio Cerqueira					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Anchieta	7.133	0,769	0,867	0,829	0,611
Dionísio Cerqueira	14.250	0,747	0,830	0,762	0,650
Guarujá do Sul	4.696	0,803	0,870	0,829	0,711
Palma Sola	8.206	0,757	0,855	0,769	0,648
Princesa	2.613	0,751	0,845	0,762	0,646
São José do Cedro	13.678	0,804	0,873	0,849	0,691
Média	8.429	0,772	0,857	0,800	0,660

Quadro 15 – IDHM 2000 dos municípios da região de Dionísio Cerqueira
Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Na região de Dionísio Cerqueira a cidade de São José do Cedro é a que tem o maior IDHM (0,804), também é a que tem o maior IDHM-E (0,873) e maior IDHM-L (0,849). Guarujá do Sul é a cidade com o segundo maior IDHM (0,803) e com o maior IDHM-R (0,711) desta região. A cidade de Anchieta é a que tem o terceiro maior IDHM (0,769) e também a que tem o menor IDHM-R (0,611).

A cidade de Dionísio Cerqueira, com 14.250 habitantes, é a que tem o menor IDHM (0,747), o menor IDHM-E (0,830) e uma das que em menor IDHM-L (0,762). Princesa é a segunda cidade com menor IDHM (0,751), além de ter também o menor IDHM-L (0,762). Palma Sola é a terceira cidade com menor IDHM (0,757).

Com um total de 6 municípios e 50.576 habitantes a região Dionísio Cerqueira tem o IDHM de 0,772 que é considerado de médio desenvolvimento humano.

e) Região de Itajaí;

IDHM 2000 dos municípios da região de Itajaí					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Balneário Gaivota	5.450	0,867	0,940	0,803	0,859
Bombinhas	8.716	0,809	0,889	0,808	0,731
Camboriú	41.455	0,764	0,841	0,765	0,686
Ilhota	10.574	0,795	0,873	0,816	0,696
Itajaí	147.494	0,825	0,906	0,803	0,767
Itapema	25.869	0,835	0,906	0,794	0,806
Luis Alves	7.974	0,840	0,884	0,824	0,813
Navegantes	39.317	0,774	0,862	0,774	0,685
Penha	17.678	0,791	0,861	0,808	0,703
Piçarras	10.911	0,799	0,887	0,774	0,737
Porto Belo	10.704	0,803	0,859	0,816	0,734
Média	29.649	0,809	0,883	0,799	0,747

Quadro 16 – IDHM 2000 dos municípios da região de Itajaí

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Balneário Gaivota é a cidade com maior IDHM (0,867), maior IDHM-E (0,940) e maior IDHM-R (0,859) da região de Itajaí. A cidade de Luis Alves, com 7.974 habitantes, é a que tem o segundo maior IDHM (0,840) é, que também tem o maior IDHM-L (0,824). Itapema é a cidade com o terceiro maior IDHM (0,835) da região.

Da região de Itajaí a cidade com menor IDHM (0,764), menor IDHM-E (0,841) e menor IDHM-L (0,765) é Camboriú. Navegantes é a cidade com o segundo menor IDHM (0,774) e menor IDHM-R (0,685) da região. A cidade de Penha é a que tem o terceiro menor IDHM (0,791).

Com um total de 11 municípios e 326.142 habitantes a região Itajaí tem o IDHM de 0,809 que é considerado de alto desenvolvimento humano.

f) Região de Joaçaba;

IDHM 2000 dos municípios da região de Joaçaba					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Água Doce	6.843	0,809	0,886	0,832	0,709
Capinzal	19.955	0,813	0,925	0,812	0,703
Catanduvas	8.291	0,790	0,884	0,777	0,708
Erval Velho	4.269	0,794	0,876	0,818	0,688
Herval do Oeste	20.044	0,798	0,909	0,788	0,697
Ibicaré	3.587	0,804	0,899	0,818	0,696
Joaçaba	24.066	0,866	0,949	0,856	0,793
Lacerdópolis	2.173	0,854	0,909	0,856	0,796
Luzerna	5.572	0,855	0,943	0,879	0,742
Ouro	7.419	0,828	0,923	0,812	0,750
Treze Tílias	4.840	0,813	0,899	0,813	0,727
Vargem Bonita	5.158	0,791	0,908	0,797	0,667
Média	9.351	0,818	0,909	0,822	0,723

Quadro 17 – IDHM 2000 dos municípios da região de Joaçaba

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

A cidade de Joaçaba, com 24.066 habitantes, é a que tem o maior IDHM (0,866) e o maior IDHM-E (0,949) da região. Luzerna é a cidade com o segundo maior IDHM (0,855) e o maior IDHM-L (0,879). Com o terceiro maior IDHM (0,854) está a cidade de Lacerdópolis, que também tem o maior IDHM-R (0,796).

Catanduvas é a cidade com menor IDHM (0,790) e menor IDHM-L (0,777) da região de Joaçaba. A cidade de Vargem Bonita é a que tem o segundo menor IDHM (0,791) e o menor IDHM-R (0,667). Erval Velho é a cidade com o terceiro menor IDHM (0,794) e com o menor IDHM-E (0,876).

Com um total de 12 municípios e 112.217 habitantes a região Joaçaba tem o IDHM de 0,818 que é considerado de alto desenvolvimento humano.

g) Região de Joinville;

IDHM 2000 dos municípios da região de Joinville					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Araquari	23.645	0,767	0,874	0,784	0,644
Balneário Camboriú	73.455	0,807	0,900	0,824	0,698
Barra Velha	15.530	0,792	0,876	0,791	0,709
Garuva	11.378	0,787	0,860	0,813	0,687
Itapoá	8.839	0,793	0,887	0,765	0,728
Joinville	429.604	0,857	0,936	0,859	0,776
São Francisco do Sul	32.301	0,820	0,907	0,811	0,743
São João do Itaperiú	3.161	0,787	0,859	0,808	0,694
Média	74.739	0,801	0,887	0,807	0,710

Quadro 18 – IDHM 2000 dos municípios da região de Joinville

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

A cidade com o maiores IDHM (0,857), IDHM-E (0,936), IDHM-L (0,859) e IDHM-R (0,776) é Joinville, que também é a maior cidade da região com 429.604 habitantes. Com o segundo maior IDHM está a cidade de São Francisco do Sul (0,820) e com o terceiro maior IDHM está a cidade de Balneário Camboriú (0,807).

Com o menor IDHM (0,767) da região de Joinville está a cidade de Araquari, que também tem o menor IDHM-R (0,644). A cidade de Garuva é a que tem o segundo menor IDHM (0,787). São João do Itaperiú é a cidade com o terceiro menor IDHM (0,787) e com o menor IDHM-E (0,859). A cidade com o menor IDHM-L (0,765) da região de Joinville é Itapoá.

Com um total de 8 municípios e 597.913 habitantes a região Joinville tem o IDHM de 0,801 que é considerado de alto desenvolvimento humano.

h) Região de Lages;

IDHM 2000 dos municípios da região de Lages					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Anita Garibaldi	10.273	0,750	0,825	0,806	0,618
Bocaina do Sul	2.980	0,716	0,793	0,733	0,621
Campo Belo do Sul	8.051	0,694	0,769	0,700	0,614
Capão Alto	3.020	0,725	0,838	0,700	0,638
Cerro Negro	4.098	0,686	0,740	0,759	0,560
Correia Pinto	17.026	0,772	0,871	0,782	0,663
Lages	157.682	0,813	0,914	0,782	0,744
Otacílio Costa	13.993	0,804	0,882	0,826	0,703
Painel	2.384	0,753	0,819	0,782	0,659
Palmeira	2.133	0,755	0,813	0,799	0,653
Ponte Alta	5.168	0,727	0,810	0,730	0,641
São José do Cerrito	13.678	0,731	0,802	0,777	0,615
Média	20.041	0,744	0,823	0,765	0,644

Quadro 19 – IDHM 2000 dos municípios da região de Lages

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Lages, a maior cidade da região com 157.682 habitantes, é a cidade com o maior IDHM (0,813), com o maior IDHM-E (0,914) e maior IDHM-R (0,744). Com o segundo maior IDHM (0,804) está a cidade de Otacílio Costa, que também em o maior IDHM-L (0,826). Correia Pinto é a cidade com o terceiro maior IDHM (0,772).

Da região de Lages a cidade com o menor IDHM (0,686), menor IDHM-E (0,740) e menor IDHM-R (0,560) é Cerro Negro. A cidade de Campo Belo' do Sul tem o segundo menor IDHM (0,694) e a cidade de Bocaina do Sul tem o terceiro menor IDHM (0,716), as duas cidades têm o mesmo IDHM-L (0,700) que é o menor da região.

Com um total de 12 municípios e 240.486 habitantes a região Lages tem o IDHM de 0,744 que é considerado de alto desenvolvimento humano.

i) Região de Rio do Sul;

IDHM 2000 dos municípios da região de Rio do Sul					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Agronômica	4.257	0,811	0,878	0,850	0,706
Braço do Trombudo	3.187	0,799	0,868	0,844	0,686
Laurentino	5.062	0,825	0,887	0,850	0,738
Mirim Doce	2.753	0,790	0,855	0,796	0,718
Pouso Redondo	12.203	0,786	0,851	0,824	0,683
Rio do Campo	6.522	0,797	0,863	0,850	0,677
Rio do Oeste	6.730	0,827	0,915	0,798	0,769
Rio do Sul	51.650	0,799	0,880	0,805	0,713
Salete	7.163	0,800	0,881	0,837	0,683
Santa Terezinha	8.840	0,738	0,837	0,761	0,617
Taió	16.257	0,809	0,894	0,813	0,719
Trombudo Central	5.795	0,818	0,892	0,850	0,711
Média	10.868	0,800	0,875	0,823	0,702

Quadro 20 – IDHM 2000 dos municípios da região de Rio do Sul

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Da região de Rio do Sul a cidade com o maior IDHM (0,827) é Rio do Oeste, que também tem o maior IDHM-E (0,915) e maior IDHM-R (0,769). A cidade de Laurentino é a que tem o segundo maior IDHM (0,825) e a cidade de Trombudo Central é a que tem o terceiro maior IDHM (0,818). Além disso, Rio do Campo, Agronômica, Trombudo Central e Laurentino registram juntas o maior IDHM-L (0,850) região de Rio do Sul.

A cidade com o menor IDHM (0,738), menor IDHM-E (0,837), menor IDHM-L (0,761) e menor IDHM-R (0,617) é Santa Terezinha. Com o segundo menor IDHM (0,786) está a cidade de Pouso Redondo e com o terceiro menor IDHM (0,790) está a cidade de Mirim Doce, que é a menor cidade da região com 2.753 habitantes.

Com um total de 12 municípios e 130.419 habitantes a região Rio do Sul tem o IDHM de 0,800 que é considerado de alto desenvolvimento humano.

j) Região de São Miguel do Oeste;

IDHM 2000 dos municípios da região de São Miguel do Oeste					
Município	População	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Bandeirante	3.177	0,765	0,845	0,829	0,621
Barra Bonita	2.118	0,743	0,845	0,775	0,609
Belmonte	2.588	0,759	0,869	0,775	0,633
Descanso	9.129	0,796	0,894	0,823	0,671
Guaraciaba	11.038	0,785	0,888	0,801	0,667
Iporã do Oeste	7.877	0,780	0,922	0,762	0,655
Itapiranga	13.998	0,832	0,938	0,846	0,711
Paraíso	4.796	0,773	0,847	0,829	0,642
Santa Helena	2.588	0,787	0,871	0,829	0,661
São João do Oeste	5.789	0,811	0,949	0,823	0,661
São Miguel do Oeste	32.324	0,838	0,908	0,878	0,727
Tunápolis	4.777	0,821	0,926	0,874	0,662
Média	8.350	0,791	0,892	0,820	0,660

Quadro 21 – IDHM 2000 dos municípios da região de São Miguel do Oeste

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

São Miguel do Oeste é a cidade com o maior IDHM (0,838), o maior IDHM-L (0,878) e IDHM-R (0,727) da região. A cidade de Itapiranga é a que tem o segundo maior IDHM (0,832) e a cidade de Tunápolis é a que tem o terceiro maior IDHM (0,821). São João do Oeste é a cidade que tem o maior IDHM-E (0,949) da região.

Da região de São Miguel do Oeste a cidade com o menor IDHM (0,743) é Barra Bonita, que também tem o menor IDHM-E (0,845) juntamente com a cidade de Bandeirante. Belmonte é a cidade com o segundo menor IDHM (0,759) e Bandeirante é a cidade com o terceiro menor IDHM (0,765). A cidade de Iporã do Oeste é a que tem o menor IDHM-L (0,762) da região.

Com um total de 12 municípios e 100.199 habitantes a região São Miguel do Oeste tem o IDHM de 0,791 que é considerado de médio desenvolvimento humano.

Com o objetivo de analisar o IDHM das regiões elaborou-se o quadro e a figura a seguir.

IDHM das regiões de estudo					
Região	Quantidade de municípios	IDHM 2000	IDHM-E, 2000	IDHM-L, 2000	IDHM-R, 2000
Araranguá	15	0,786	0,868	0,793	0,696
Brusque	8	0,816	0,877	0,844	0,728
Chapecó	11	0,793	0,881	0,812	0,686
Dionísio Cerqueira	6	0,772	0,857	0,800	0,659
Itajaí	11	0,809	0,883	0,799	0,747
Joaçaba	12	0,818	0,909	0,822	0,723
Joinville	8	0,801	0,887	0,807	0,710
Lages	12	0,744	0,823	0,765	0,644
Rio do Sul	12	0,800	0,875	0,823	0,702
São Miguel do Oeste	12	0,791	0,892	0,820	0,660
Total	107	0,793	0,875	0,808	0,695

Quadro 22 – IDHM das regiões de estudo

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

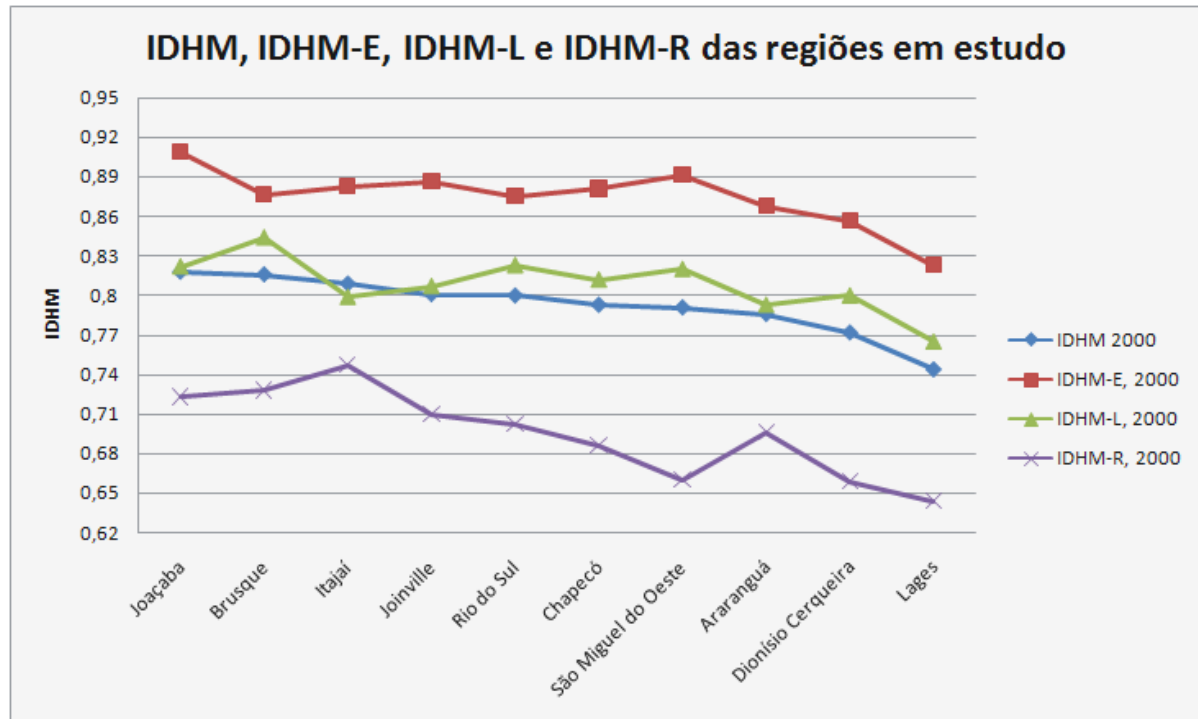


Gráfico 2 – IDHM, IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R das regiões de estudo

Fonte: Adaptado de PNUD (2007)

Composta por 12 municípios a região de Joaçaba foi a que apresentou o maior IDHM (0,818), bem como o maior IDHM-E (0,909). A região de Brusque apresentou o segundo maior IDHM (0,816) e o maior IDHM-L (0,844). A região de Itajaí apresentou o maior IDHM-R (0,747) e foi a terceira região com melhor IDHM (0,809).

Por outro lado a região de Lages foi a que apresentou o menor IDHM (0,744) e também o menor IDHM-E (0,823), o menor IDHM-L (0,765) e o menor IDHM-R (0,644). A região de Dionísio Cerqueira foi a segunda região com o menor IDHM (0,772) e a terceira região com menor IDHM (0,786) foi Araranguá.

4.2 CAPITAL SOCIAL

Neste tópico são apresentados os dados da pesquisa realizada pelo Grupo Politéia intitulada “Diagnóstico do Capital Social em dez regiões de Santa Catarina” referentes ao nível de confiança expresso pelas dirigentes das organizações sociais entrevistadas e pelas pessoas da comunidade.

É importante destacar que, segundo o Grupo Politéia, deve-se considerar o caráter sistêmico das dimensões do capital social e que a análise precisa ser feita sob a perspectiva do todo, dentro de uma abordagem política, sociológica e econômica, ou seja, dentro de uma abordagem multidisciplinar.

Destaca-se também que na pesquisa realizada em Rio do Sul há limites quanto a inferência a partir dos dados obtidos. A equipe teve dificuldades para a aplicação dos questionários durante a pesquisa de campo, visto que tanto os dirigentes como os participantes se negaram a participar da pesquisa, impossibilitando dessa maneira a completa realização da amostra prevista; apenas 31,90% do total previsto da pesquisa foram realizados. Esse fato inusitado precisa ser mais bem compreendido, já que em nenhuma outra região do Estado a rejeição à pesquisa foi tão forte quanto na Região de Rio do Sul. Negar-se a responder a uma pesquisa não é prática ou comportamento recomendável para organizações que procuram ajudar resolver problemas comunitários (MENEGASSO, 2006).

São apresentadas, primeiramente, o nível de confiança por região; em seguida, são estudados os níveis de confiança por tipo de público estudado e, por fim, são analisadas as possíveis relações entre o IDHM e o do nível de confiança das regiões analisadas.

4.2.1 Nível de confiança por região

São apresentados aqui os níveis de confiança nos diferentes agentes institucionais demonstrados nas regiões analisadas.

a) Araranguá;

O quadro a seguir apresenta o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de Araranguá nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE ARARANGUÁ				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	12,97%	59,04%	20,82%	7,17%
Câmara de Vereadores	11,95%	57,68%	24,23%	6,14%
Diretoria da entidade	1,71%	7,85%	82,93%	7,51%
Dirigentes entidades parceiras	2,39%	30,38%	49,83%	17,40%
Empresas privadas	5,12%	54,94%	30,71%	9,23%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	3,75%	34,47%	54,26%	7,52%
Entidades de financiamento	4,44%	50,17%	23,55%	21,84%
Escolas públicas	3,41%	34,13%	54,95%	7,51%
Governo do Estado	6,83%	55,63%	30,04%	7,50%
Igrejas	5,80%	37,20%	50,52%	6,48%
Judiciário	6,14%	50,17%	37,20%	6,49%
Médicos dos hospitais da região	4,78%	47,44%	40,27%	7,51%
Médicos em geral	5,80%	42,66%	42,66%	8,88%
Padres e pastores	2,39%	38,91%	52,22%	6,48%
Pessoas da minha entidade	0,68%	8,88%	80,21%	10,23%
Polícia Civil	5,12%	53,58%	34,81%	6,49%
Polícia Militar	5,46%	50,51%	37,20%	6,83%
Política local	10,92%	57,34%	25,94%	5,80%
Prefeitura Municipal	3,75%	48,46%	41,64%	6,15%
Professores de escolas públicas	1,02%	22,18%	69,62%	7,18%
Técnicos em auditorias	4,44%	41,30%	32,43%	21,83%
Técnicos governamentais	3,07%	51,20%	29,35%	16,38%
Voluntários da entidade	1,02%	9,21%	79,18%	10,59%
MÉDIA	4,91%	41,01%	44,55%	9,53%

Quadro 23 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Araranguá

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Nota-se que os dirigentes das organizações sociais tem uma percepção altamente favorável de si mesmos e das pessoas com quem trabalham na organização, além das escolas públicas e seus professores e dos enfermeiros e atendentes do posto da saúde da comunidade. Por outro lado, esses dirigentes têm uma percepção desfavorável dos agentes formais mais distantes deles como a Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Governo do Estado e política local. Cabe salientar o alto índice de não resposta que receberam as entidades de financiamento, os técnicos em auditoria e os técnicos governamentais.

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de Araranguá nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE ARARANGUÁ				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	10,43%	69,47%	16,79%	3,31%
Câmara de Vereadores	12,98%	67,68%	18,32%	1,02%
Diretoria da entidade	1,53%	14,75%	81,68%	2,04%
Empresas Privadas	6,11%	56,99%	33,59%	3,31%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	4,07%	40,20%	54,70%	1,03%
Governo do Estado	7,12%	61,07%	28,75%	3,06%
Igrejas	3,31%	34,60%	61,06%	1,03%
Judiciário	6,87%	58,27%	32,82%	2,04%
Médicos dos hospitais da região	1,78%	39,95%	55,98%	2,29%
Médicos em geral	2,29%	41,47%	53,18%	3,06%
Pessoas da minha entidade	0,76%	16,79%	78,37%	4,08%
Prefeitura Municipal	5,09%	57,25%	36,90%	0,76%
Professores de escolas públicas	2,29%	33,08%	62,85%	1,78%
Técnicos governamentais	3,82%	57,00%	32,83%	6,35%
Voluntários da entidade	0,51%	21,12%	73,79%	4,58%
MÉDIA	4,60%	44,65%	48,11%	2,65%

Quadro 24 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de Araranguá

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Verifica-se que as pessoas da comunidade avaliam de forma altamente favorável os dirigentes, os voluntários e os demais participantes das organizações sociais, assim como as igrejas e os professores de escolas públicas. No outro extremo, elas avaliam de forma altamente desfavorável a Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Governo do Estado, o judiciário e os técnicos governamentais.

b) Brusque

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de Brusque nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE BRUSQUE				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	19,70%	52,04%	26,39%	1,87%
Câmara de Vereadores	21,19%	49,44%	28,63%	0,74%
Diretoria da entidade	1,12%	7,07%	90,34%	1,47%
Dirigentes entidades parceiras	2,60%	22,30%	56,51%	18,59%
Empresas privadas	2,97%	46,47%	47,58%	2,98%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	3,72%	37,92%	56,50%	1,86%
Entidades de financiamento	8,18%	50,93%	33,45%	7,44%
Escolas públicas	2,97%	31,97%	63,94%	1,12%
Governo do Estado	8,55%	46,47%	43,87%	1,11%
Igrejas	4,83%	28,63%	65,42%	1,12%
Judiciário	9,67%	50,19%	38,29%	1,85%
Médicos dos hospitais da região	5,95%	46,47%	45,72%	1,86%
Médicos em geral	7,06%	42,00%	48,70%	2,24%
Padres e pastores	5,58%	30,48%	62,83%	1,11%
Pessoas da minha entidade	1,12%	6,32%	85,50%	7,06%
Polícia Civil	6,32%	52,42%	40,52%	0,74%
Polícia Militar	5,95%	49,44%	43,87%	0,74%
Política local	18,59%	51,30%	28,62%	1,49%
Prefeitura Municipal	14,50%	39,41%	44,98%	1,11%
Professores	1,49%	16,36%	80,67%	1,48%
Técnicos em auditorias	8,92%	41,64%	40,52%	8,92%
Técnicos governamentais	6,69%	49,44%	37,55%	6,32%
Voluntários da entidade	1,12%	5,58%	84,75%	8,55%
MÉDIA	7,34%	37,14%	51,96%	3,56%

Quadro 25 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Brusque

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Observa-se que os dirigentes das organizações sociais tem uma percepção altamente favorável de si mesmos, dos voluntários e das pessoas com quem trabalham na organização, além dos professores das escolas públicas e das igrejas. Entretanto, esses dirigentes têm uma percepção desfavorável da Assembléia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do judiciário, da política local e das entidades de financiamento.

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de Brusque nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE BRUSQUE				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	18,87%	65,33%	14,15%	1,65%
Câmara de Vereadores	17,69%	62,03%	18,16%	2,12%
Diretoria da entidade	1,89%	12,98%	82,31%	2,82%
Empresas Privadas	4,48%	50,48%	42,69%	2,35%
Enfermeiros e atendentes do posto da comunidade	3,07%	35,61%	60,14%	1,18%
Governo do Estado	7,55%	53,06%	38,68%	0,71%
Igrejas	3,07%	28,54%	68,16%	0,23%
Judiciário	13,21%	58,49%	26,89%	1,41%
Médicos dos hospitais da região	4,48%	43,63%	50,00%	1,89%
Médicos em geral	6,60%	38,92%	52,12%	2,36%
Pessoas da minha entidade	0,94%	14,39%	82,55%	2,12%
Prefeitura Municipal	12,74%	48,59%	37,50%	1,17%
Professores de escolas públicas	1,42%	31,60%	65,09%	1,89%
Técnicos governamentais	5,19%	56,84%	33,02%	4,95%
Voluntários da entidade	0,94%	16,04%	80,42%	2,60%
MÉDIA	6,81%	41,10%	50,13%	1,96%

Quadro 26 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de Brusque

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Percebe-se que as pessoas da comunidade avaliam de forma altamente favorável os dirigentes, os voluntários e os demais participantes das organizações sociais, assim como as igrejas e os professores de escolas públicas. No outro extremo, elas avaliam de forma altamente

desfavorável a Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Governo do Estado, o judiciário e a prefeitura municipal.

c) Chapecó

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de Chapecó nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE CHAPECÓ				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	20,81%	60,87%	14,60%	3,72%
Câmara de Vereadores	15,53%	60,87%	21,74%	1,86%
Diretoria da entidade	1,24%	12,12%	83,85%	2,79%
Dirigentes entidades parceiras	2,17%	33,23%	50,93%	13,67%
Empresas privadas	4,97%	55,90%	33,85%	5,28%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	2,17%	35,71%	59,31%	2,81%
Entidades de financiamento	10,56%	62,42%	21,12%	5,90%
Escolas públicas	2,17%	35,71%	57,77%	4,35%
Governo do Estado	13,66%	59,94%	23,60%	2,80%
Igrejas	5,90%	42,54%	48,13%	3,43%
Judiciário	13,66%	59,93%	23,29%	3,12%
Médicos dos hospitais da região	4,04%	41,30%	50,62%	4,04%
Médicos em geral	4,35%	37,89%	54,66%	3,10%
Padres e pastores	11,18%	39,13%	46,27%	3,42%
Pessoas da minha entidade	0,93%	13,04%	80,75%	5,28%
Polícia Civil	12,73%	55,59%	28,57%	3,11%
Polícia Militar	8,39%	55,59%	32,92%	3,10%
Política local	10,56%	57,76%	29,81%	1,87%
Prefeitura Municipal	9,63%	46,27%	41,00%	3,10%
Professores de escolas públicas	0,62%	22,98%	72,36%	4,04%
Técnicos em auditorias	2,80%	58,08%	27,95%	11,17%
Técnicos governamentais	4,35%	63,05%	25,46%	7,14%
Voluntários da entidade	1,24%	14,90%	73,61%	10,25%
MÉDIA	7,12%	44,56%	43,57%	4,75%

Quadro 27 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Chapecó
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Nota-se que os dirigentes das organizações sociais têm uma percepção altamente favorável dos professores das escolas públicas e dos enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade, além de confiarem nas pessoas que trabalham com eles nas organizações sociais. Contudo, esses dirigentes têm uma percepção desfavorável da Assembléia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do judiciário, do Governo do Estado e das entidades de financiamento.

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de Chapecó nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE CHAPECÓ				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	21,27%	60,23%	15,90%	2,60%
Câmara de Vereadores	12,92%	60,84%	25,25%	0,99%
Diretoria da entidade	1,79%	15,31%	81,12%	1,78%
Empresas Privadas	8,35%	60,24%	29,42%	1,99%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	1,79%	36,78%	60,04%	1,39%
Governo do Estado	11,33%	58,85%	27,24%	2,58%
Igrejas	7,16%	38,37%	52,88%	1,59%
Judiciário	11,33%	60,24%	25,64%	2,79%
Médicos dos hospitais da região	3,38%	42,35%	52,69%	1,58%
Médicos em geral da minha comunidade	3,78%	45,53%	49,31%	1,38%
Pessoas da minha entidade	1,19%	13,72%	84,30%	0,79%
Prefeitura Municipal	10,34%	51,49%	36,78%	1,39%
Professores de escolas públicas	3,18%	34,19%	61,04%	1,59%
Técnicos governamentais	7,16%	61,43%	27,44%	3,97%
Voluntários da entidade	1,39%	20,08%	73,96%	4,57%
MÉDIA	7,09%	43,98%	46,87%	2,07%

Quadro 28 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de Chapecó
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Verifica-se que cinco grupos de agentes institucionais receberam votos de confiança elevada ou máxima das pessoas da comunidade: as pessoas da entidade, os dirigentes da entidade, os voluntários da entidade, os professores de escolas públicas e os enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade. Por outro lado, segundo a opinião dos participantes os seguintes

agentes públicos e privados merecem pouca confiança: Assembléia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do judiciário, do Governo do Estado e técnicos governamentais.

d) Dionísio Cerqueira

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de Dionísio Cerqueira nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE DIONÍSIO CERQUEIRA				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	30,58%	57,77%	9,71%	1,94%
Câmara de Vereadores	13,59%	58,25%	26,70%	1,46%
Diretoria da entidade	1,46%	8,74%	88,35%	1,45%
Dirigentes entidades parceiras	1,94%	26,22%	60,68%	11,16%
Empresas privadas	3,40%	51,46%	42,72%	2,42%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	3,40%	42,24%	53,40%	0,96%
Entidades de financiamento	7,28%	51,94%	33,50%	7,28%
Escolas públicas	2,43%	35,44%	60,68%	1,45%
Governo do Estado	17,48%	64,57%	16,99%	0,96%
Igrejas	2,43%	32,53%	65,05%	-0,01%
Judiciário	13,11%	53,39%	32,52%	0,98%
Médicos dos hospitais da região	2,43%	41,75%	54,86%	0,96%
Médicos em geral	Não pesquisado			
Padres e pastores	5,83%	38,35%	55,83%	-0,01%
Pessoas da minha entidade	0,49%	12,62%	83,01%	3,88%
Polícia Civil	7,77%	42,72%	49,03%	0,48%
Polícia Militar	8,25%	39,81%	50,97%	0,97%
Política local	17,48%	53,88%	27,67%	0,97%
Prefeitura Municipal	11,65%	50,97%	36,89%	0,49%
Professores de escolas públicas	2,43%	24,28%	73,30%	-0,01%
Técnicos em auditorias	8,25%	43,20%	30,10%	18,45%
Técnicos governamentais	5,83%	50,97%	32,53%	10,67%
Voluntários da entidade	0,49%	15,05%	80,10%	4,36%
MÉDIA	7,64%	40,73%	48,39%	3,24%

Quadro 29 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Dionísio Cerqueira
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Observa-se que dentre os agentes listados os que merecem maior confiança, de acordo com a opinião dos dirigentes das organizações sociais analisadas, são: as pessoas da entidade, os dirigentes da entidade, os voluntários da entidade, os professores de escolas públicas e as igrejas. Ainda, é possível verificar que os dirigentes expressaram pouca confiança nos seguintes agentes: Assembléia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do Governo do Estado, política local e técnicos em auditorias.

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de Dionísio Cerqueira nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE DIONÍSIO CERQUEIRA				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	27,76%	57,29%	13,11%	1,84%
Câmara de Vereadores	13,37%	62,47%	22,62%	1,54%
Diretoria da entidade	1,03%	19,28%	78,66%	1,03%
Empresas Privadas	5,66%	51,67%	39,85%	2,82%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	4,63%	34,71%	59,12%	1,54%
Governo do Estado	11,83%	61,96%	24,17%	2,04%
Igrejas	3,60%	32,90%	62,21%	1,29%
Judiciário	13,37%	56,81%	27,77%	2,05%
Médicos dos hospitais da região	1,80%	35,22%	61,18%	1,80%
Médicos em geral da minha comunidade	6,94%	44,98%	46,02%	2,06%
Pessoas da minha entidade	0,77%	18,00%	80,46%	0,77%
Prefeitura Municipal	9,00%	52,44%	37,28%	1,28%
Professores de escolas públicas	2,83%	30,07%	65,55%	1,55%
Técnicos governamentais	2,57%	45,76%	43,70%	7,97%
Voluntários da entidade	0,00%	19,80%	75,58%	4,62%
MÉDIA	7,01%	41,56%	49,15%	2,28%

Quadro 30 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de Dionísio Cerqueira
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Segundo a opinião das pessoas da comunidade as pessoas da entidade, os dirigentes da entidade, os voluntários da entidade, os professores de escolas públicas e as igrejas merecem alta confiança. Por outro lado, os agentes que foram apontados como pouco confiáveis foram:

Assembléia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do Governo do Estado, o judiciário e a prefeitura municipal.

e) Itajaí

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de Itajaí nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE ITAJAÍ				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	18,77%	57,04%	20,94%	3,25%
Câmara de Vereadores	19,49%	55,60%	23,10%	1,81%
Diretoria da entidade	0,36%	7,94%	89,89%	1,81%
Dirigentes entidades parceiras	1,08%	15,17%	36,46%	47,29%
Empresas privadas	3,25%	53,07%	39,72%	3,97%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	3,97%	33,21%	59,20%	3,61%
Entidades de financiamento	6,14%	26,71%	24,19%	42,96%
Escolas públicas	3,25%	37,54%	56,31%	2,89%
Governo do Estado	15,52%	55,96%	25,63%	2,89%
Igrejas	8,66%	35,02%	53,79%	2,53%
Judiciário	11,91%	49,10%	37,19%	1,81%
Médicos dos hospitais da região	6,14%	34,30%	54,51%	5,05%
Médicos em geral	4,33%	32,13%	61,01%	2,53%
Padres e pastores	9,75%	37,91%	48,73%	3,61%
Pessoas da minha entidade	0,36%	5,41%	91,33%	2,89%
Polícia Civil	11,91%	51,99%	32,85%	3,25%
Polícia Militar	10,47%	48,74%	38,99%	1,81%
Política local	18,05%	56,68%	23,46%	1,81%
Prefeitura Municipal	15,88%	47,29%	36,10%	0,72%
Professores de escolas públicas	1,08%	21,66%	73,65%	3,61%
Técnicos em auditorias	2,89%	36,10%	27,80%	33,21%
Técnicos governamentais	5,42%	46,21%	29,60%	18,77%
Voluntários da entidade	0,36%	7,22%	76,53%	15,88%
MÉDIA	7,78%	37,04%	46,13%	9,04%

Quadro 31 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Itajaí
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Verifica-se que os dirigentes das organizações sociais tem uma percepção altamente favorável de si mesmos, dos voluntários e das pessoas com quem trabalham na organização, além dos professores das escolas públicas e dos médicos em geral. Contudo, esses dirigentes têm uma percepção desfavorável da Assembléia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do Governo do Estado, da política local e das empresas privadas.

Cabe destacar que por algum motivo não esclarecido pouco menos da metade dos dirigentes não expressou seu grau de confiança nos dirigentes das entidades parceiras. O mesmo fato ocorreu, embora com um percentual menor, com as entidades de financiamento, os técnicos em auditorias, e os técnicos governamentais.

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de Itajaí nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE ITAJAÍ				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	13,77%	65,98%	17,14%	3,11%
Câmara de Vereadores	16,10%	63,12%	19,22%	1,56%
Diretoria da entidade	0,78%	15,33%	82,33%	1,56%
Empresas Privadas	3,64%	52,21%	43,12%	1,03%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	2,86%	30,65%	65,72%	0,77%
Governo do Estado	9,35%	62,60%	27,28%	0,77%
Igrejas	11,17%	37,14%	51,43%	0,26%
Judiciário	10,39%	58,71%	29,09%	1,81%
Médicos dos hospitais da região	1,82%	32,99%	63,12%	2,07%
Médicos em geral da minha comunidade	3,38%	33,24%	62,34%	1,04%
Pessoas da minha entidade	0,26%	16,10%	82,59%	1,05%
Prefeitura Municipal	10,91%	59,74%	29,09%	0,26%
Professores de escolas públicas	0,78%	28,31%	69,35%	1,56%
Técnicos governamentais	5,19%	48,83%	35,07%	10,91%
Voluntários da entidade	0,26%	12,73%	76,37%	10,64%
MÉDIA	6,04%	41,18%	50,22%	2,56%

Quadro 32 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de Itajaí
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Percebe-se que as pessoas da comunidade avaliam de forma altamente favorável os dirigentes, os voluntários e os demais participantes das organizações sociais, assim como os enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade e os professores de escolas públicas. Pro outro lado, elas avaliam de forma altamente desfavorável a Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Governo do Estado, o judiciário e a prefeitura municipal.

f) Joaçaba

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de Joaçaba nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE JOAÇABA				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	12,60%	54,96%	27,86%	4,58%
Câmara de Vereadores	9,92%	51,91%	35,88%	2,29%
Diretoria da entidade	0,00%	11,84%	83,97%	4,19%
Dirigentes entidades parceiras	0,38%	17,56%	46,18%	35,88%
Empresas privadas	4,20%	39,31%	52,29%	4,20%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	1,15%	27,48%	65,65%	5,72%
Entidades de financiamento	2,67%	46,95%	32,06%	18,32%
Escolas públicas	1,53%	29,39%	66,03%	3,05%
Governo do Estado	9,54%	54,96%	33,59%	1,91%
Igrejas	3,82%	34,73%	59,16%	2,29%
Judiciário	4,58%	54,19%	35,88%	5,35%
Médicos dos hospitais da região	2,29%	37,78%	56,49%	3,44%
Médicos em geral	3,82%	37,02%	54,20%	4,96%
Padres e pastores	4,58%	35,88%	53,81%	5,73%
Pessoas da minha entidade	0,00%	13,36%	82,06%	4,58%
Polícia Civil	2,29%	38,94%	55,34%	3,43%
Polícia Militar	2,29%	37,78%	56,87%	3,06%
Política local	7,63%	51,53%	38,55%	2,29%
Prefeitura Municipal	4,96%	46,18%	46,95%	1,91%
Professores de escolas públicas	1,53%	20,23%	73,66%	4,58%
Técnicos em auditorias	1,15%	29,77%	33,97%	35,11%
Técnicos governamentais	2,29%	45,04%	37,02%	15,65%
Voluntários da entidade	0,38%	10,30%	68,70%	20,62%
MÉDIA	3,63%	35,96%	52,01%	8,40%

Quadro 33 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Joaçaba

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Nota-se que dentre os agentes listados os que merecem maior confiança, de acordo com a opinião dos dirigentes das organizações sociais analisadas, são: as pessoas da entidade, os dirigentes da entidade, os voluntários da entidade, as escolas públicas e seu os professores. Ainda, é possível verificar que os dirigentes expressaram pouca confiança nos seguintes agentes:

Assembléia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do Governo do Estado e política local técnicos em auditorias.

Ressalta-se que por algum motivo não esclarecido um percentual significativo de dirigentes não expressou seu grau de confiança nos seguintes agentes: diretoria de entidades parceiras, entidades de financiamento, os técnicos em auditorias, e os técnicos governamentais.

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de Joaçaba nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE JOAÇABA				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	10,16%	65,72%	19,36%	4,76%
Câmara de Vereadores	8,57%	60,96%	27,62%	2,85%
Diretoria da entidade	0,32%	10,80%	86,66%	2,22%
Empresas Privadas	3,49%	46,67%	46,04%	3,80%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	1,59%	28,57%	68,26%	1,58%
Governo do Estado	8,89%	54,28%	34,28%	2,55%
Igrejas	1,59%	32,06%	65,40%	0,95%
Judiciário	6,35%	57,15%	31,11%	5,39%
Médicos dos hospitais da região	0,95%	32,38%	63,81%	2,86%
Médicos em geral da minha comunidade	2,22%	31,43%	64,44%	1,91%
Pessoas da minha entidade	0,00%	12,38%	85,71%	1,91%
Prefeitura Municipal	7,62%	53,01%	37,14%	2,23%
Professores de escolas públicas	1,59%	25,40%	69,84%	3,17%
Técnicos governamentais	2,54%	47,62%	34,60%	15,24%
Voluntários da entidade	0,63%	9,20%	77,46%	12,71%
MÉDIA	3,77%	37,84%	54,12%	4,28%

Quadro 34 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de Joaçaba

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Segundo a opinião das pessoas da comunidade as pessoas da entidade, os dirigentes da entidade, os voluntários da entidade, os professores de escolas públicas e os enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade merecem alta confiança. Por outro lado, os agentes

que foram apontados como pouco confiáveis foram: Assembleia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do Governo do Estado e os técnicos governamentais.

g) Joinville

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de Joinville nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE JOINVILLE				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembleia Legislativa	19,38%	56,75%	17,64%	6,23%
Câmara de Vereadores	16,26%	60,90%	20,07%	2,77%
Diretoria da entidade	0,35%	7,26%	88,92%	3,46%
Dirigentes entidades parceiras	2,08%	14,88%	54,67%	28,37%
Empresas privadas	3,11%	41,87%	49,48%	5,54%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	4,15%	37,37%	53,97%	4,50%
Entidades de financiamento	9,00%	47,75%	28,37%	14,88%
Escolas públicas	4,84%	26,99%	62,28%	5,88%
Governo do Estado	12,46%	51,56%	31,48%	4,50%
Igrejas	4,50%	34,26%	56,75%	4,50%
Judiciário	11,76%	49,13%	31,49%	7,61%
Médicos dos hospitais da região	4,50%	41,53%	46,02%	7,96%
Médicos em geral	5,54%	38,76%	49,48%	6,23%
Padres e pastores	4,50%	39,10%	51,90%	4,50%
Pessoas da minha entidade	0,00%	5,19%	84,09%	10,73%
Polícia Civil	8,65%	45,32%	43,25%	2,77%
Polícia Militar	6,23%	43,25%	46,72%	3,81%
Política local	14,19%	55,01%	27,34%	3,46%
Prefeitura Municipal	11,07%	53,63%	31,83%	3,46%
Professores de escolas públicas	1,04%	16,61%	76,47%	5,88%
Técnicos em auditorias	2,42%	43,25%	31,49%	22,84%
Técnicos governamentais	3,81%	48,79%	31,83%	15,57%
Voluntários da entidade	0,00%	9,34%	82,01%	8,65%
MÉDIA	6,51%	37,76%	47,72%	8,00%

Quadro 35 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Joinville
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Observa-se que os dirigentes das organizações sociais têm uma percepção altamente favorável das escolas públicas e seus professores, além de confiarem nas pessoas que trabalham com eles nas organizações sociais. Contudo, esses dirigentes têm uma percepção desfavorável da Assembléia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do Governo do Estado e da política local.

Cabe ressaltar que por algum motivo não esclarecido um percentual significativo de dirigentes não expressou seu grau de confiança nos seguintes agentes: diretoria de entidades parceiras, entidades de financiamento, os técnicos em auditorias, e os técnicos governamentais.

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de Joinville nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE JOINVILLE				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	28,50%	60,28%	6,77%	4,45%
Câmara de Vereadores	26,40%	60,75%	9,57%	3,28%
Diretoria da entidade	1,40%	17,06%	78,74%	2,80%
Empresas Privadas	3,97%	61,68%	32,24%	2,11%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	5,14%	38,08%	55,84%	0,94%
Governo do Estado	16,59%	65,88%	15,19%	2,34%
Igrejas	9,35%	36,22%	53,28%	1,15%
Judiciário	15,19%	64,95%	15,16%	4,70%
Médicos dos hospitais da região	3,97%	35,98%	56,78%	3,27%
Médicos em geral da minha comunidade	6,07%	39,96%	51,41%	2,56%
Pessoas da minha entidade	0,93%	16,82%	76,87%	5,38%
Prefeitura Municipal	14,72%	70,33%	13,32%	1,63%
Professores de escolas públicas	0,47%	32,01%	66,12%	1,40%
Técnicos governamentais	10,28%	63,55%	12,61%	13,56%
Voluntários da entidade	0,70%	17,29%	77,11%	4,90%
MÉDIA	9,58%	45,39%	41,40%	3,63%

Quadro 36 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de Joinville

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Nota-se que cinco grupos de agentes institucionais receberam votos de confiança elevada ou máxima das pessoas da comunidade: as pessoas da entidade, os dirigentes da entidade, os

voluntários da entidade, os professores de escolas públicas e os médicos dos hospitais da região. No outro extremo, segundo a opinião dos participantes os seguintes agentes públicos e privados merecem pouca confiança: Assembleia Legislativa, da Câmara de Vereadores, do judiciário, do Governo do Estado, técnicos governamentais e prefeitura municipal.

h) Lages

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de Lages nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE LAGES				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	17,28%	61,11%	19,75%	1,86%
Câmara de Vereadores	17,28%	61,11%	19,13%	2,48%
Diretoria da entidade	0,93%	13,27%	83,95%	1,85%
Dirigentes entidades parceiras	1,54%	18,21%	41,66%	38,59%
Empresas privadas	2,47%	53,09%	41,67%	2,77%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	6,17%	36,11%	54,32%	3,40%
Entidades de financiamento	4,32%	46,91%	25,31%	23,46%
Escolas públicas	3,09%	44,45%	50,31%	2,15%
Governo do Estado	10,49%	59,57%	28,71%	1,23%
Igrejas	8,33%	50,30%	39,51%	1,86%
Judiciário	8,95%	54,01%	33,03%	4,01%
Médicos dos hospitais da região	4,63%	45,07%	48,77%	1,53%
Médicos em geral	6,79%	44,14%	46,91%	2,16%
Padres e pastores	13,58%	44,14%	41,05%	1,23%
Pessoas da minha entidade	0,31%	8,95%	86,73%	4,01%
Polícia Civil	9,57%	57,40%	31,48%	1,55%
Polícia Militar	9,26%	57,40%	31,17%	2,17%
Política local	16,98%	60,80%	20,37%	1,85%
Prefeitura Municipal	8,33%	51,54%	39,20%	0,93%
Professores de escolas públicas	0,62%	30,25%	66,36%	2,77%
Técnicos em auditorias	4,94%	34,87%	32,41%	27,78%
Técnicos governamentais	6,17%	52,16%	31,18%	10,49%
Voluntários da entidade	0,62%	10,80%	71,91%	16,67%
MÉDIA	7,07%	43,29%	42,82%	6,82%

Quadro 37 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Lages

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Observa-se que os dirigentes das organizações sociais têm uma percepção altamente favorável de si mesmos, dos voluntários e das pessoas com quem trabalham na organização, além dos professores das escolas públicas e dos enfermeiros e atendentes do posto da saúde da comunidade. Entretanto, esses dirigentes têm uma percepção desfavorável da Assembléia

Legislativa, da Câmara de Vereadores, do judiciário, do Governo do Estado, da política local e das entidades de financiamento.

Destaca-se ainda que por algum motivo não esclarecido um percentual significativo de dirigentes não expressou seu grau de confiança nos seguintes agentes: diretoria de entidades parceiras, entidades de financiamento e os técnicos em auditorias.

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de Lages nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE LAGES				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	15,42%	65,08%	2,72%	16,78%
Câmara de Vereadores	17,69%	61,90%	4,31%	16,10%
Diretoria da entidade	1,59%	16,78%	37,41%	44,22%
Empresas Privadas	3,17%	54,20%	7,48%	35,15%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	3,17%	46,26%	13,83%	36,74%
Governo do Estado	9,07%	61,68%	5,67%	23,58%
Igrejas	12,24%	45,80%	18,59%	23,37%
Judiciário	11,11%	59,41%	6,58%	22,90%
Médicos dos hospitais da região	3,40%	51,02%	9,52%	36,06%
Médicos em geral da minha comunidade	3,63%	46,26%	14,06%	36,05%
Pessoas da minha entidade	1,36%	16,33%	34,01%	48,30%
Prefeitura Municipal	7,71%	55,78%	10,20%	26,31%
Professores de escolas públicas	3,40%	44,21%	13,15%	39,24%
Técnicos governamentais	5,22%	61,68%	6,35%	26,75%
Voluntários da entidade	1,59%	16,55%	27,21%	54,65%
MÉDIA	6,65%	46,86%	14,07%	32,41%

Quadro 38 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de Lages

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Percebe-se que as pessoas da comunidade avaliam de forma altamente favorável os dirigentes, os voluntários e os demais participantes das organizações sociais, assim como dos médicos em geral da minha comunidade e igrejas. Pro outro lado, elas avaliam de forma

altamente desfavorável a Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Governo do Estado, o judiciário e técnicos governamentais.

i) Rio do Sul

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de Rio do Sul nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE RIO DO SUL				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	9,76%	56,10%	23,17%	10,97%
Câmara de Vereadores	9,76%	57,32%	23,17%	9,75%
Diretoria da entidade	0,00%	13,41%	71,96%	14,63%
Dirigentes entidades parceiras	1,22%	31,71%	51,22%	15,85%
Empresas privadas	2,44%	39,03%	47,56%	10,97%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	1,22%	32,93%	57,32%	8,53%
Entidades de financiamento	3,66%	58,53%	20,73%	17,08%
Escolas públicas	3,66%	28,05%	56,09%	12,20%
Governo do Estado	9,76%	48,78%	32,93%	8,53%
Igrejas	6,10%	36,58%	50,00%	7,32%
Judiciário	7,32%	52,43%	30,49%	9,76%
Médicos dos hospitais da região	1,22%	45,12%	41,47%	12,19%
Médicos em geral	1,22%	53,66%	36,59%	8,53%
Padres e pastores	8,54%	30,49%	52,44%	8,53%
Pessoas da minha entidade	0,00%	10,98%	74,39%	14,63%
Polícia Civil	9,76%	46,34%	35,37%	8,53%
Polícia Militar	8,54%	40,24%	39,03%	12,19%
Política local	14,63%	48,78%	28,05%	8,54%
Prefeitura Municipal	1,22%	58,53%	34,14%	6,11%
Professores de escolas públicas	1,22%	34,15%	54,88%	9,75%
Técnicos em auditorias	1,22%	47,56%	34,15%	17,07%
Técnicos governamentais	4,88%	50,00%	31,71%	13,41%
Voluntários da entidade	0,00%	10,98%	73,17%	15,85%
MÉDIA	4,67%	40,51%	43,48%	11,34%

Quadro 39 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de Rio do Sul

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Observa-se que dentre os agentes listados os que merecem maior confiança, de acordo com a opinião dos dirigentes das organizações sociais analisadas, são: as pessoas da entidade, os dirigentes da entidade, os voluntários da entidade, dos enfermeiros e atendentes do posto da saúde da comunidade e as escolas públicas. Ainda, é possível verificar que os dirigentes expressaram pouca confiança nos seguintes agentes: Assembléia Legislativa, da Câmara de Vereadores, judiciário, entidades de financiamento e política local.

O quadro a seguir apresenta o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de Rio do Sul nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE RIO DO SUL				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	6,35%	74,61%	18,26%	0,78%
Câmara de Vereadores	7,94%	71,43%	20,63%	0,00%
Diretoria da entidade	1,59%	20,63%	74,60%	3,18%
Empresas Privadas	1,59%	56,35%	40,47%	1,59%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	3,97%	48,41%	46,82%	0,80%
Governo do Estado	3,17%	61,91%	34,93%	0,00%
Igrejas	3,17%	39,68%	57,15%	0,00%
Judiciário	4,76%	65,08%	27,78%	2,38%
Médicos dos hospitais da região	1,59%	57,14%	41,27%	0,00%
Médicos em geral da minha comunidade	1,59%	52,38%	44,44%	1,59%
Pessoas da minha entidade	1,59%	17,46%	77,78%	3,17%
Prefeitura Municipal	4,76%	53,17%	41,27%	0,80%
Professores de escolas públicas	2,38%	41,27%	55,56%	0,79%
Técnicos governamentais	2,38%	61,11%	34,92%	1,59%
Voluntários da entidade	1,59%	27,78%	66,67%	3,96%
MÉDIA	3,23%	49,89%	45,50%	1,37%

Quadro 40 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de Rio do Sul
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Segundo a opinião das pessoas da comunidade as pessoas da entidade, os dirigentes da entidade, os voluntários da entidade, os professores de escolas públicas e as igrejas merecem alta confiança. Por outro lado, os agentes que foram apontados como pouco confiáveis foram:

Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, Governo do Estado, o judiciário e os técnicos governamentais.

j) São Miguel do Oeste

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelos dirigentes da região de São Miguel do Oeste nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembleia Legislativa	13,03%	29,89%	13,03%	44,05%
Câmara de Vereadores	9,58%	24,90%	29,12%	36,40%
Diretoria da entidade	0,77%	1,53%	86,21%	11,49%
Dirigentes entidades parceiras	1,53%	6,51%	55,94%	36,02%
Empresas privadas	2,68%	16,09%	31,80%	49,43%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	1,15%	7,66%	63,98%	27,21%
Entidades de financiamento	4,21%	20,69%	27,59%	47,51%
Escolas públicas	1,92%	6,51%	64,76%	26,81%
Governo do Estado	11,88%	22,99%	21,08%	44,05%
Igrejas	2,68%	13,41%	48,66%	35,25%
Judiciário	9,58%	22,61%	24,91%	42,90%
Médicos dos hospitais da região	1,53%	7,66%	54,02%	36,79%
Médicos em geral	2,68%	10,73%	55,17%	31,42%
Padres e pastores	5,75%	9,20%	46,36%	38,69%
Pessoas da minha entidade	1,15%	1,53%	84,29%	13,03%
Polícia Civil	2,68%	16,86%	40,61%	39,85%
Polícia Militar	3,83%	13,03%	44,83%	38,31%
Política local	8,43%	22,99%	27,21%	41,37%
Prefeitura Municipal	5,36%	15,33%	41,00%	38,31%
Professores de escolas públicas	0,00%	3,83%	72,80%	23,37%
Técnicos em auditorias	2,30%	10,34%	32,19%	55,17%
Técnicos governamentais	6,51%	14,56%	32,95%	45,98%
Voluntários da entidade	0,77%	2,30%	75,48%	21,45%
MÉDIA	4,35%	13,09%	46,70%	35,86%

Quadro 41 – Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais da região de São Miguel do Oeste
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Nota-se que os dirigentes das organizações sociais têm uma percepção altamente favorável de si mesmos e das pessoas com quem trabalham na organização, além das escolas públicas e seus professores. Por outro lado, esses dirigentes têm uma percepção desfavorável dos agentes formais mais distantes deles como a Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Governo do Estado, judiciário e política local. Cabe salientar o alto índice de não resposta que receberam as entidades de financiamento, os técnicos em auditoria, as empresas privadas e os técnicos governamentais.

O quadro a seguir apresenta a o nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade da região de São Miguel do Oeste nos diferentes agentes institucionais.

NÍVEL DE CONFIANÇA DAS PESSOAS DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE				
AGENTES INSTITUCIONAIS	CONFIANÇA			
	Não confia	Confia pouco	Confia muito/ totalmente	Sem resposta
Assembléia Legislativa	13,28%	33,85%	10,64%	42,23%
Câmara de Vereadores	11,46%	25,26%	23,87%	39,41%
Diretoria da entidade	0,52%	2,86%	82,30%	14,32%
Empresas Privadas	4,95%	21,88%	23,18%	49,99%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	2,08%	9,38%	55,73%	32,81%
Governo do Estado	8,59%	30,21%	12,76%	48,44%
Igrejas	4,17%	14,58%	49,48%	31,77%
Judiciário	12,76%	26,30%	16,92%	44,02%
Médicos dos hospitais da região	1,04%	7,03%	54,16%	37,77%
Médicos em geral da minha comunidade	3,91%	10,42%	51,82%	33,85%
Pessoas da minha entidade	0,78%	1,56%	82,29%	15,37%
Prefeitura Municipal	7,03%	21,35%	31,25%	40,37%
Professores de escolas públicas	1,56%	5,21%	56,77%	36,46%
Técnicos governamentais	2,86%	23,96%	19,54%	53,64%
Voluntários da entidade	0,52%	3,65%	70,58%	25,25%
MÉDIA	5,03%	15,83%	42,75%	36,38%

Quadro 42 – Nível de confiança das pessoas das comunidades da região de São Miguel do Oeste
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Verifica-se que as pessoas da comunidade avaliam de forma altamente favorável os dirigentes, os voluntários e os demais participantes das organizações sociais, assim como os enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade e os professores de escolas públicas. No outro extremo, elas avaliam de forma altamente desfavorável a Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, Governo do Estado, o judiciário e os técnicos governamentais.

4.2.2 Nível de confiança das regiões por tipo de público pesquisado

Para que fosse possível analisar de forma mais consistente o nível de confiança das dez regiões do Estado de Santa Catarina as respostas dos dirigentes organizações e das pessoas da comunidade foram divididas pelos três diferentes tipos de respostas possíveis: Não confia, Confia pouco e Confia muito/totalmente.

a) Dirigentes organizacionais;

O quadro a seguir mostra o percentual de dirigentes organizacionais por região do Estado de Santa Catarina que não confiam nos agentes institucionais apresentados.

Percentual de não confiança nos agentes institucionais na percepção dos dirigentes das organizações sociais											
AGENTES INSTITUCIONAIS	REGIÕES										Média
	Araranguá	Brusque	Chapecó	Dionísio Cerqueira	Itajaí	Joaçaba	Joinville	Lages	Rio do Sul	São Miguel do Oeste	
Assembleia Legislativa	12,97%	19,70%	20,81%	30,58%	18,77%	12,60%	19,38%	17,28%	9,76%	13,03%	17,49%
Câmara de Vereadores	11,95%	21,19%	15,53%	13,59%	19,49%	9,92%	16,26%	17,28%	9,76%	9,58%	14,46%
Diretoria da entidade	1,71%	1,12%	1,24%	1,46%	0,36%	0,00%	0,35%	0,93%	0,00%	0,77%	0,79%
Dirigentes entidades parceiras	2,39%	2,60%	2,17%	1,94%	1,08%	0,38%	2,08%	1,54%	1,22%	1,53%	1,69%
Empresas privadas	5,12%	2,97%	4,97%	3,40%	3,25%	4,20%	3,11%	2,47%	2,44%	2,68%	3,46%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	3,75%	3,72%	2,17%	3,40%	3,97%	1,15%	4,15%	6,17%	1,22%	1,15%	3,09%
Entidades de financiamento	4,44%	8,18%	10,56%	7,28%	6,14%	2,67%	9,00%	4,32%	3,66%	4,21%	6,05%
Escolas públicas	3,41%	2,97%	2,17%	2,43%	3,25%	1,53%	4,84%	3,09%	3,66%	1,92%	2,93%
Governo do Estado	6,83%	8,55%	13,66%	17,48%	15,52%	9,54%	12,46%	10,49%	9,76%	11,88%	11,62%
Igrejas	5,80%	4,83%	5,90%	2,43%	8,66%	3,82%	4,50%	8,33%	6,10%	2,68%	5,31%
Judiciário	6,14%	9,67%	13,66%	13,11%	11,91%	4,58%	11,76%	8,95%	7,32%	9,58%	9,67%
Médicos dos hospitais da região	4,78%	5,95%	4,04%	2,43%	6,14%	2,29%	4,50%	4,63%	1,22%	1,53%	3,75%
Médicos em geral	5,80%	7,06%	4,35%	Não pesquisado	4,33%	3,82%	5,54%	6,79%	1,22%	2,68%	4,62%
Padres e pastores	2,39%	5,58%	11,18%	5,83%	9,75%	4,58%	4,50%	13,58%	8,54%	5,75%	7,17%
Pessoas da minha entidade	0,68%	1,12%	0,93%	0,49%	0,36%	0,00%	0,00%	0,31%	0,00%	1,15%	0,50%
Polícia Civil	5,12%	6,32%	12,73%	7,77%	11,91%	2,29%	8,65%	9,57%	9,76%	2,68%	7,68%
Polícia Militar	5,46%	5,95%	8,39%	8,25%	10,47%	2,29%	6,23%	9,26%	8,54%	3,83%	6,87%
Política local	10,92%	18,59%	10,56%	17,48%	18,05%	7,63%	14,19%	16,98%	14,63%	8,43%	13,75%
Prefeitura Municipal	3,75%	14,50%	9,63%	11,65%	15,88%	4,96%	11,07%	8,33%	1,22%	5,36%	8,64%
Professores de escolas públicas	1,02%	1,49%	0,62%	2,43%	1,08%	1,53%	1,04%	0,62%	1,22%	0,00%	1,11%
Técnicos em auditorias	4,44%	8,92%	2,80%	8,25%	2,89%	1,15%	2,42%	4,94%	1,22%	2,30%	3,93%
Técnicos governamentais	3,07%	6,69%	4,35%	5,83%	5,42%	2,29%	3,81%	6,17%	4,88%	6,51%	4,90%
Voluntários da entidade	1,02%	1,12%	1,24%	0,49%	0,36%	0,38%	0,00%	0,62%	0,00%	0,77%	0,60%
MÉDIA	4,91%	7,34%	7,12%	7,64%	7,78%	3,63%	6,51%	7,07%	4,67%	4,35%	

Quadro 43 – Percentual de não confiança nos agentes institucionais na percepção dos dirigentes das organizações sociais

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Observa-se que dos agentes institucionais apresentados os que são tidos como não confiáveis pelos dirigentes das organizações sociais, de acordo com a média das regiões, a Assembleia Legislativa, a Câmara de Vereadores, a Política Local, o Governo do Estado, o Judiciário e a Prefeitura Municipal.

Referente as regiões estudadas, nota-se que a não confiança nos agentes institucionais é maior na região de Itajaí que apresenta uma média de 7,78%. Com percentual médio de não confiança elevado está também a região de Dionísio Cerqueira (7,64%), de Brusque (7,34%), de Chapecó (7,12%) e de Lages (7,07%).

O quadro a seguir mostra o percentual de dirigentes organizacionais por região do Estado de Santa Catarina que pouco confiam nos agentes institucionais apresentados.

Percentual de pouca confiança nos agentes institucionais na percepção dos dirigentes das organizações sociais											
AGENTES INSTITUCIONAIS	REGIÕES										Média
	Araranguá	Brusque	Chapecó	Dionísio Cerqueira	Itajaí	Joaçaba	Joinville	Lages	Rio do Sul	São Miguel do Oeste	
Assembléia Legislativa	59,04%	52,04%	60,87%	57,77%	57,04%	54,96%	56,75%	61,11%	56,10%	29,89%	54,56%
Câmara de Vereadores	57,68%	49,44%	60,87%	58,25%	55,60%	51,91%	60,90%	61,11%	57,32%	24,90%	53,80%
Diretoria da entidade	7,85%	7,07%	12,12%	8,74%	7,94%	11,84%	7,26%	13,27%	13,41%	1,53%	9,10%
Dirigentes entidades parceiras	30,38%	22,30%	33,23%	26,22%	15,17%	17,56%	14,88%	18,21%	31,71%	6,51%	21,62%
Empresas privadas	54,94%	46,47%	55,90%	51,46%	53,07%	39,31%	41,87%	53,09%	39,03%	16,09%	45,12%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	34,47%	37,92%	35,71%	42,24%	33,21%	27,48%	37,37%	36,11%	32,93%	7,66%	32,51%
Entidades de financiamento	50,17%	50,93%	62,42%	51,94%	26,71%	46,95%	47,75%	46,91%	58,53%	20,69%	46,30%
Escolas públicas	34,13%	31,97%	35,71%	35,44%	37,54%	29,39%	26,99%	44,45%	28,05%	6,51%	31,02%
Governo do Estado	55,63%	46,47%	59,94%	64,57%	55,96%	54,96%	51,56%	59,57%	48,78%	22,99%	52,04%
Igrejas	37,20%	28,63%	42,54%	32,53%	35,02%	34,73%	34,26%	50,30%	36,58%	13,41%	34,52%
Judiciário	50,17%	50,19%	59,93%	53,39%	49,10%	54,19%	49,13%	54,01%	52,43%	22,61%	49,52%
Médicos dos hospitais da região	47,44%	46,47%	41,30%	41,75%	34,30%	37,78%	41,53%	45,07%	45,12%	7,66%	38,84%
Médicos em geral	42,66%	42,00%	37,89%	Não pesquisado	32,13%	37,02%	38,76%	44,14%	53,66%	10,73%	37,67%
Padres e pastores	38,91%	30,48%	39,13%	38,35%	37,91%	35,88%	39,10%	44,14%	30,49%	9,20%	34,36%
Pessoas da minha entidade	8,88%	6,32%	13,04%	12,62%	5,41%	13,36%	5,19%	8,95%	10,98%	1,53%	8,63%
Polícia Civil	53,58%	52,42%	55,59%	42,72%	51,99%	38,94%	45,32%	57,40%	46,34%	16,86%	46,12%
Polícia Militar	50,51%	49,44%	55,59%	39,81%	48,74%	37,78%	43,25%	57,40%	40,24%	13,03%	43,58%
Política local	57,34%	51,30%	57,76%	53,88%	56,68%	51,53%	55,01%	60,80%	48,78%	22,99%	51,61%
Prefeitura Municipal	48,46%	39,41%	46,27%	50,97%	47,29%	46,18%	53,63%	51,54%	58,53%	15,33%	45,76%
Professores de escolas públicas	22,18%	16,36%	22,98%	24,28%	21,66%	20,23%	16,61%	30,25%	34,15%	3,83%	21,25%
Técnicos em auditorias	41,30%	41,64%	58,08%	43,20%	36,10%	29,77%	43,25%	34,87%	47,56%	10,34%	38,61%
Técnicos governamentais	51,20%	49,44%	63,05%	50,97%	46,21%	45,04%	48,79%	52,16%	50,00%	14,56%	47,14%
Voluntários da entidade	9,21%	5,58%	14,90%	15,05%	7,22%	10,30%	9,34%	10,80%	10,98%	2,30%	9,57%
MÉDIA	41,01%	37,14%	44,56%	40,73%	37,04%	35,96%	37,76%	43,29%	40,51%	13,09%	

Quadro 44 – Percentual de pouca confiança nos agentes institucionais na percepção dos dirigentes das organizações sociais

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Verifica-se que dos agentes institucionais apresentados os que são tidos como pouco confiáveis pelos dirigentes das organizações sociais, de acordo com a média das regiões, a Assembléia Legislativa, a Câmara de Vereadores, o Governo do Estado, a Política Local, o Judiciário e os técnicos governamentais.

Com relação as regiões estudadas, percebe-se que a pouca confiança nos agentes institucionais é maior na região de Chapecó que apresenta uma média de 44,56%. Com percentual médio de pouca confiança elevado está também a região de Lages (43,29%), de Araranguá (41,01%), de Dionísio Cerqueira (40,73%) e de Rio do Sul (40,51%).

O quadro a seguir mostra o percentual de dirigentes organizacionais por região do Estado de Santa Catarina que pouco confiam nos agentes institucionais apresentados.

Percentual de muita ou total confiança nos agentes institucionais na percepção dos dirigentes das organizações sociais											
AGENTES INSTITUCIONAIS	REGIÕES										Média
	Araranguá	Brusque	Chapecó	Dionísio Cerqueira	Itajaí	Joaçaba	Joinville	Lages	Rio do Sul	São Miguel do Oeste	
Assembleia Legislativa	20,82%	26,39%	14,60%	9,71%	20,94%	27,86%	17,64%	19,75%	23,17%	13,03%	19,39%
Câmara de Vereadores	24,23%	28,63%	21,74%	26,70%	23,10%	35,88%	20,07%	19,13%	23,17%	29,12%	25,18%
Diretoria da entidade	82,93%	90,34%	83,85%	88,35%	89,89%	83,97%	88,92%	83,95%	71,96%	86,21%	85,04%
Dirigentes entidades parceiras	49,83%	56,51%	50,93%	60,68%	36,46%	46,18%	54,67%	41,66%	51,22%	55,94%	50,41%
Empresas privadas	30,71%	47,58%	33,85%	42,72%	39,72%	52,29%	49,48%	41,67%	47,56%	31,80%	41,74%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	54,26%	56,50%	59,31%	53,40%	59,20%	65,65%	53,97%	54,32%	57,32%	63,98%	57,79%
Entidades de financiamento	23,55%	33,45%	21,12%	33,50%	24,19%	32,06%	28,37%	25,31%	20,73%	27,59%	26,99%
Escolas públicas	54,95%	63,94%	57,77%	60,68%	56,31%	66,03%	62,28%	50,31%	56,09%	64,76%	59,31%
Governo do Estado	30,04%	43,87%	23,60%	16,99%	25,63%	33,59%	31,48%	28,71%	32,93%	21,08%	28,79%
Igrejas	50,52%	65,42%	48,13%	65,05%	53,79%	59,16%	56,75%	39,51%	50,00%	48,66%	53,70%
Judiciário	37,20%	38,29%	23,29%	32,52%	37,19%	35,88%	31,49%	33,03%	30,49%	24,91%	32,43%
Médicos dos hospitais da região	40,27%	45,72%	50,62%	54,86%	54,51%	56,49%	46,02%	48,77%	41,47%	54,02%	49,28%
Médicos em geral	42,66%	48,70%	54,66%	Não pesquisado	61,01%	54,20%	49,48%	46,91%	36,59%	55,17%	49,93%
Padres e pastores	52,22%	62,83%	46,27%	55,83%	48,73%	53,81%	51,90%	41,05%	52,44%	46,36%	51,14%
Pessoas da minha entidade	80,21%	85,50%	80,75%	83,01%	91,33%	82,06%	84,09%	86,73%	74,39%	84,29%	83,24%
Polícia Civil	34,81%	40,52%	28,57%	49,03%	32,85%	55,34%	43,25%	31,48%	35,37%	40,61%	39,18%
Polícia Militar	37,20%	43,87%	32,92%	50,97%	38,99%	56,87%	46,72%	31,17%	39,03%	44,83%	42,26%
Política local	25,94%	28,62%	29,81%	27,67%	23,46%	38,55%	27,34%	20,37%	28,05%	27,21%	27,70%
Prefeitura Municipal	41,64%	44,98%	41,00%	36,89%	36,10%	46,95%	31,83%	39,20%	34,14%	41,00%	39,37%
Professores de escolas públicas	69,62%	80,67%	72,36%	73,30%	73,65%	73,66%	76,47%	66,36%	54,88%	72,80%	71,38%
Técnicos em auditorias	32,43%	40,52%	27,95%	30,10%	27,80%	33,97%	31,49%	32,41%	34,15%	32,19%	32,30%
Técnicos governamentais	29,35%	37,55%	25,46%	32,53%	29,60%	37,02%	31,83%	31,18%	31,71%	32,95%	31,92%
Voluntários da entidade	79,18%	84,75%	73,61%	80,10%	76,53%	68,70%	82,01%	71,91%	73,17%	75,48%	76,54%
MÉDIA	44,55%	51,96%	43,57%	48,39%	46,13%	52,01%	47,72%	42,82%	43,48%	46,70%	

Quadro 45 – Percentual de muita ou total confiança nos agentes institucionais na percepção dos dirigentes das organizações sociais

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Nota-se que dos agentes institucionais apresentados os que são tidos como muito ou totalmente confiáveis pelos dirigentes das organizações sociais, de acordo com a média das regiões, a diretoria da entidade, as pessoas da entidade, voluntários da entidade, os professores de escolas públicas, as escolas públicas e os enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade.

Referente as regiões estudadas, observa-se que a muita ou total confiança nos agentes institucionais é maior na região de Joaçaba que apresenta uma média de 52,01%. Com percentual

médio de muita ou total confiança elevado está também a região de Brusque (51,96%), de Dionísio Cerqueira (48,39%), de Joinville (47,72%) e de São Miguel do Oeste (46,70%).

b) Pessoas da comunidade

O quadro a seguir mostra o percentual de pessoas por região do Estado de Santa Catarina que não confiam nos agentes institucionais apresentados.

Percentual de não confiança nos agentes institucionais na percepção das pessoas das comunidades											
AGENTES INSTITUCIONAIS	REGIÕES										Média
	Araranguá	Brusque	Chapecó	Dionísio Cerqueira	Itajaí	Joaçaba	Joinville	Lages	Rio do Sul	São Miguel do Oeste	
Assembléia Legislativa	10,43%	18,87%	21,27%	27,76%	13,77%	10,16%	28,50%	15,42%	6,35%	13,28%	16,58%
Câmara de Vereadores	12,98%	17,69%	12,92%	13,37%	16,10%	8,57%	26,40%	17,69%	7,94%	11,46%	14,51%
Diretoria da entidade	1,53%	1,89%	1,79%	1,03%	0,78%	0,32%	1,40%	1,59%	1,59%	0,52%	1,24%
Empresas Privadas	6,11%	4,48%	8,35%	5,66%	3,64%	3,49%	3,97%	3,17%	1,59%	4,95%	4,54%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	4,07%	3,07%	1,79%	4,63%	2,86%	1,59%	5,14%	3,17%	3,97%	2,08%	3,24%
Governo do Estado	7,12%	7,55%	11,33%	11,83%	9,35%	8,89%	16,59%	9,07%	3,17%	8,59%	9,35%
Igrejas	3,31%	3,07%	7,16%	3,60%	11,17%	1,59%	9,35%	12,24%	3,17%	4,17%	5,88%
Judiciário	6,87%	13,21%	11,33%	13,37%	10,39%	6,35%	15,19%	11,11%	4,76%	12,76%	10,53%
Médicos dos hospitais da região	1,78%	4,48%	3,38%	1,80%	1,82%	0,95%	3,97%	3,40%	1,59%	1,04%	2,42%
Médicos em geral da minha comunidade	2,29%	6,60%	3,78%	6,94%	3,38%	2,22%	6,07%	3,63%	1,59%	3,91%	4,04%
Pessoas da minha entidade	0,76%	0,94%	1,19%	0,77%	0,26%	0,00%	0,93%	1,36%	1,59%	0,78%	0,86%
Prefeitura Municipal	5,09%	12,74%	10,34%	9,00%	10,91%	7,62%	14,72%	7,71%	4,76%	7,03%	8,99%
Professores de escolas públicas	2,29%	1,42%	3,18%	2,83%	0,78%	1,59%	0,47%	3,40%	2,38%	1,56%	1,99%
Técnicos governamentais	3,82%	5,19%	7,16%	2,57%	5,19%	2,54%	10,28%	5,22%	2,38%	2,86%	4,72%
Voluntários da entidade	0,51%	0,94%	1,39%	0,00%	0,26%	0,63%	0,70%	1,59%	1,59%	0,52%	0,81%
MÉDIA	4,60%	6,81%	7,09%	7,01%	6,04%	3,77%	9,58%	6,65%	3,23%	5,03%	

Quadro 46 – Percentual de não confiança nos agentes institucionais na percepção das pessoas das comunidades
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Percebe-se que dos agentes institucionais apresentados os que são tidos como não confiáveis pelas pessoas da comunidade, de acordo com a média das regiões, a Assembléia Legislativa, a Câmara de Vereadores, o Judiciário, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal.

Com relação as regiões estudadas, verifica-se que a não confiança nos agentes institucionais é maior na região de Joinville que apresenta uma média de 9,58%. Com percentual

médio de não confiança elevado está também a região de Chapecó (7,09%), de Dionísio Cerqueira (7,01%), de Brusque (6,81%) e de Lages (6,65%).

O quadro a seguir mostra o percentual de pessoas por região do Estado de Santa Catarina que pouco confiam nos agentes institucionais apresentados.

Percentual de pouca confiança nos agentes institucionais na percepção das pessoas das comunidades											
AGENTES INSTITUCIONAIS	REGIÕES										Média
	Araranguá	Brusque	Chapecó	Dionísio Cerqueira	Itajaí	Joaçaba	Joinville	Lages	Rio do Sul	São Miguel do Oeste	
Assembleia Legislativa	69,47%	65,33%	60,23%	57,29%	65,98%	65,72%	60,28%	65,08%	74,61%	33,85%	61,78%
Câmara de Vereadores	67,68%	62,03%	60,84%	62,47%	63,12%	60,96%	60,75%	61,90%	71,43%	25,26%	59,64%
Diretoria da entidade	14,75%	12,98%	15,31%	19,28%	15,33%	10,80%	17,06%	16,78%	20,63%	2,86%	14,58%
Empresas Privadas	56,99%	50,48%	60,24%	51,67%	52,21%	46,67%	61,68%	54,20%	56,35%	21,88%	51,24%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	40,20%	35,61%	36,78%	34,71%	30,65%	28,57%	38,08%	46,26%	48,41%	9,38%	34,87%
Governo do Estado	61,07%	53,06%	58,85%	61,96%	62,60%	54,28%	65,88%	61,68%	61,91%	30,21%	57,15%
Igrejas	34,60%	28,54%	38,37%	32,90%	37,14%	32,06%	36,22%	45,80%	39,68%	14,58%	33,99%
Judiciário	58,27%	58,49%	60,24%	56,81%	58,71%	57,15%	64,95%	59,41%	65,08%	26,30%	56,54%
Médicos dos hospitais da região	39,95%	43,63%	42,35%	35,22%	32,99%	32,38%	35,98%	51,02%	57,14%	7,03%	37,77%
Médicos em geral da minha comunidade	41,47%	38,92%	45,53%	44,98%	33,24%	31,43%	39,96%	46,26%	52,38%	10,42%	38,46%
Pessoas da minha entidade	16,79%	14,39%	13,72%	18,00%	16,10%	12,38%	16,82%	16,33%	17,46%	1,56%	14,36%
Prefeitura Municipal	57,25%	48,59%	51,49%	52,44%	59,74%	53,01%	70,33%	55,78%	53,17%	21,35%	52,32%
Professores de escolas públicas	33,08%	31,60%	34,19%	30,07%	28,31%	25,40%	32,01%	44,21%	41,27%	5,21%	30,54%
Técnicos governamentais	57,00%	56,84%	61,43%	45,76%	48,83%	47,62%	63,55%	61,68%	61,11%	23,96%	52,78%
Voluntários da entidade	21,12%	16,04%	20,08%	19,80%	12,73%	9,20%	17,29%	16,55%	27,78%	3,65%	16,42%
MÉDIA	44,65%	41,10%	43,98%	41,56%	41,18%	37,84%	45,39%	46,86%	49,89%	15,83%	

Quadro 47 – Percentual de pouca confiança nos agentes institucionais na percepção das pessoas das comunidades
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Verifica-se que dos agentes institucionais apresentados os que são tidos como pouco confiáveis pelas pessoas da comunidade, de acordo com a média das regiões, a Assembleia Legislativa, a Câmara de Vereadores, o Governo do Estado, o Judiciário, os técnicos governamentais e a Prefeitura Municipal.

Referente as regiões estudadas, observa-se que a pouca confiança nos agentes institucionais é maior na região de Rio do Sul que apresenta uma média de 49,89%. Com percentual médio de pouca confiança elevado está também a região de Lages (46,86%), de Joinville (45,39%), de Araranguá (44,65%) e de Chapecó (43,98%).

O quadro a seguir mostra o percentual de pessoas por região do Estado de Santa Catarina que muito ou totalmente nos agentes institucionais apresentados.

Percentual de muita ou total confiança nos agentes institucionais na percepção das pessoas das comunidades											
AGENTES INSTITUCIONAIS	REGIÕES										Média
	Araranguá	Brusque	Chapecó	Dionísio Cerqueira	Itajaí	Joaçaba	Joinville	Lages	Rio do Sul	São Miguel do Oeste	
Assembleia Legislativa	16,79%	14,15%	15,90%	13,11%	17,14%	19,36%	6,77%	2,72%	18,26%	10,64%	13,48%
Câmara de Vereadores	18,32%	18,16%	25,25%	22,62%	19,22%	27,62%	9,57%	4,31%	20,63%	23,87%	18,96%
Diretoria da entidade	81,68%	82,31%	81,12%	78,66%	82,33%	86,66%	78,74%	37,41%	74,60%	82,30%	76,58%
Empresas Privadas	33,59%	42,69%	29,42%	39,85%	43,12%	46,04%	32,24%	7,48%	40,47%	23,18%	33,81%
Enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade	54,70%	60,14%	60,04%	59,12%	65,72%	68,26%	55,84%	13,83%	46,82%	55,73%	54,02%
Governo do Estado	28,75%	38,68%	27,24%	24,17%	27,28%	34,28%	15,19%	5,67%	34,93%	12,76%	24,90%
Igrejas	61,06%	68,16%	52,88%	62,21%	51,43%	65,40%	53,28%	18,59%	57,15%	49,48%	53,96%
Judiciário	32,82%	26,89%	25,64%	27,77%	29,09%	31,11%	15,16%	6,58%	27,78%	16,92%	23,98%
Médicos dos hospitais da região	55,98%	50,00%	52,69%	61,18%	63,12%	63,81%	56,78%	9,52%	41,27%	54,16%	50,85%
Médicos em geral da minha comunidade	53,18%	52,12%	49,31%	46,02%	62,34%	64,44%	51,41%	14,06%	44,44%	51,82%	48,91%
Pessoas da minha entidade	78,37%	82,55%	84,30%	80,46%	82,59%	85,71%	76,87%	34,01%	77,78%	82,29%	76,49%
Prefeitura Municipal	36,90%	37,50%	36,78%	37,28%	29,09%	37,14%	13,32%	10,20%	41,27%	31,25%	31,07%
Professores de escolas públicas	62,85%	65,09%	61,04%	65,55%	69,35%	69,84%	66,12%	13,15%	55,56%	56,77%	58,53%
Técnicos governamentais	32,83%	33,02%	27,44%	43,70%	35,07%	34,60%	12,61%	6,35%	34,92%	19,54%	28,01%
Voluntários da entidade	73,79%	80,42%	73,96%	75,58%	76,37%	77,46%	77,11%	27,21%	66,67%	70,58%	69,92%
MÉDIA	48,11%	50,13%	46,87%	49,15%	50,22%	54,12%	41,40%	14,07%	45,50%	42,75%	

Quadro 48 – Percentual de muita ou total confiança nos agentes institucionais na percepção das pessoas das comunidades

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006)

Nota-se que dos agentes institucionais apresentados os que são tidos como muito ou totalmente confiáveis pelas pessoas da comunidade, de acordo com a média das regiões, a diretoria da entidade, as pessoas da entidade, voluntários da entidade, os professores de escolas públicas, os enfermeiros e atendentes do posto de saúde da comunidade e as igrejas.

Com relação as regiões estudadas, percebe-se que a muita ou total confiança nos agentes institucionais é maior na região de Joaçaba que apresenta uma média de 54,12%. Com percentual médio de pouca confiança elevado está também a região de Itajaí (50,22%), de Brusque (50,13%), de Dionísio Cerqueira (49,15%) e de Araranguá (48,11%).

4.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E CAPITAL SOCIAL

O quadro a seguir visa demonstrar o IDHM e o do nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais e das pessoas da comunidade das regiões analisadas.

IDHM e nível de confiança nas regiões de estudo							
Região	IDHM 2000	Dirigentes			Pessoas da comunidade		
		Não confiança	Pouca confiança	Muita ou total confiança	Não confiança	Pouca confiança	Muita ou total confiança
Araranguá	0,786	4,91%	41,01%	44,55%	4,60%	44,65%	48,11%
Brusque	0,816	7,34%	37,14%	51,96%	6,81%	41,10%	50,13%
Chapecó	0,793	7,12%	44,56%	43,57%	7,09%	43,98%	46,87%
Dionísio Cerqueira	0,772	7,64%	40,73%	48,39%	7,01%	41,56%	49,15%
Itajaí	0,809	7,78%	37,04%	46,13%	6,04%	41,18%	50,22%
Joaçaba	0,818	3,63%	35,96%	52,01%	3,77%	37,84%	54,12%
Joinville	0,801	6,51%	37,76%	47,72%	9,58%	45,39%	41,40%
Lages	0,744	7,07%	43,29%	42,82%	6,65%	46,86%	14,07%
Rio do Sul	0,800	4,67%	40,51%	43,48%	3,23%	49,89%	45,50%
São Miguel do Oeste	0,791	4,35%	13,09%	46,70%	5,03%	15,83%	42,75%
Média	0,793	6,10%	37,11%	46,73%	5,98%	40,83%	44,23%

Quadro 49 – IDHM e nível de confiança nas regiões de estudo

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006) e PNUD (2007)

a) Nível de confiança dos dirigentes das organizações sociais

Para melhor ilustrar o IDHM e o nível de confiança dos dirigentes organizacionais das regiões em estudo elaborou-se o gráfico a seguir.

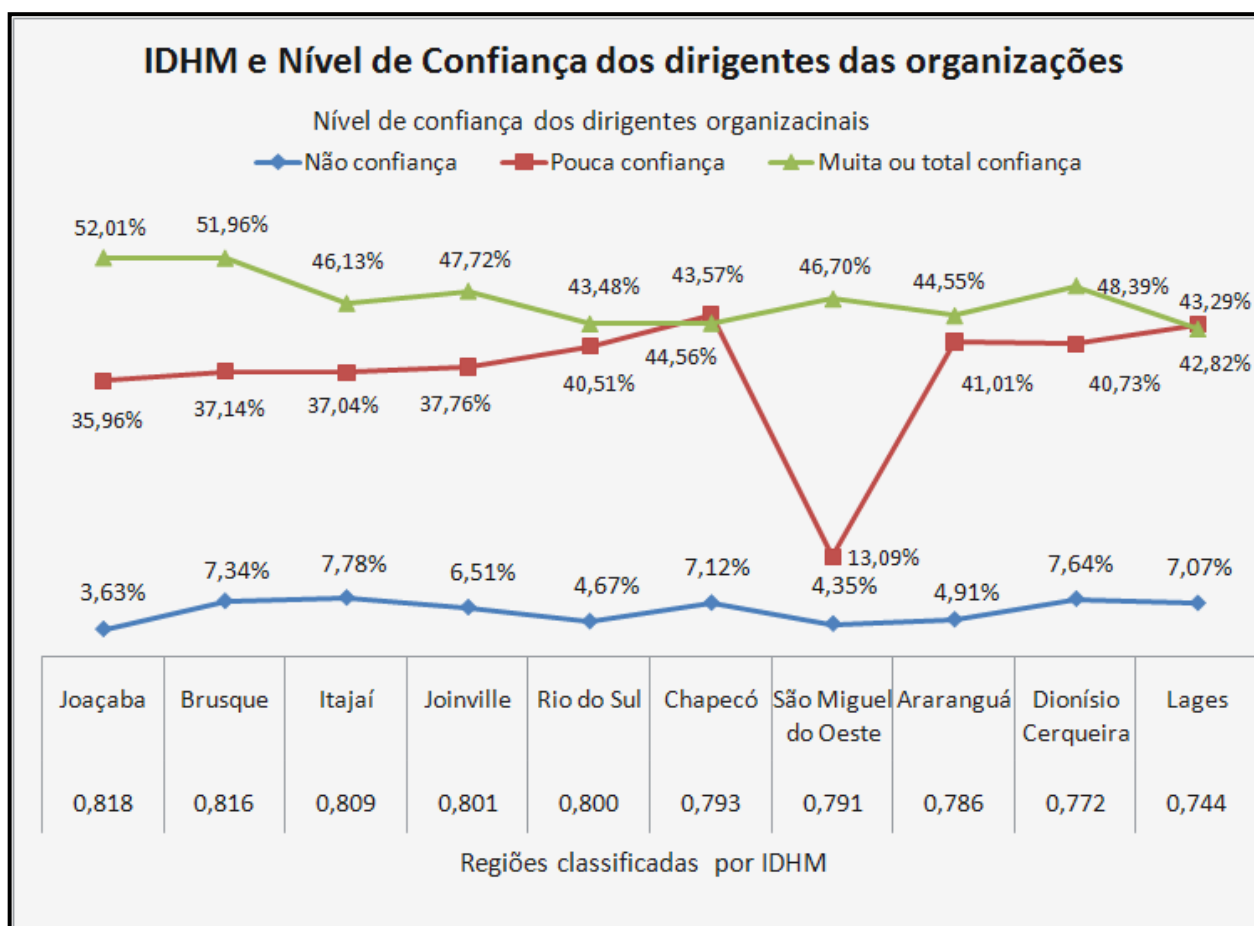


Gráfico 3 – IDHM e nível de confiança dos dirigentes das organizações

Fonte: Adaptado de Menegasso (2006) e PNUD (2007)

A região de Joaçaba, com o melhor IDHM entre as regiões analisadas, apresentou o menor índice de não confiança, o segundo menor índice de pouca confiança e o melhor índice de muita ou total confiança. Isso demonstra uma relação positiva entre o nível de confiança e o indicador de desenvolvimento humano nesta região.

Com o segundo melhor IDHM, a região de Brusque demonstrou o terceiro maior índice de não confiança, o quarto menor índice de pouca confiança e o segundo melhor índice de muito ou total confiança. Esses dados revelam uma relação relativamente positiva entre o nível de confiança e o indicador de desenvolvimento humano nesta região.

Uma relação relativamente negativa entre o nível de confiança e o indicador de desenvolvimento humano é verificada na região de Itajaí, que apresentou o terceiro maior IDHM.

Na referida região registrou-se o maior índice de não confiança, o terceiro menor índice de pouca confiança e o quinto menor índice de muita confiança.

A região de Joinville, com o quarto maior IDHM entre as regiões analisadas, apresentou o quinto menor índice de não confiança e de pouca confiança, e o quarto maior índice de muita ou total confiança. Isso demonstra uma relação positiva entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano.

Com o quinto maior IDHM, a região de Rio do Sul demonstrou o terceiro menor índice de não confiança, o quinto maior índice de pouca confiança e o segundo menor índice de muita ou total confiança. Esses dados revelam uma relação relativamente positiva entre o nível de confiança e o indicador de desenvolvimento humano nesta região.

Uma relação relativamente negativa entre o nível de confiança e o indicador de desenvolvimento humano também é verificada na região de Chapecó, que apresentou o sexto maior IDHM. Na referida região registrou-se o quarto maior índice de não confiança, o maior índice de pouca confiança e o terceiro menor índice de muita confiança.

A região de São Miguel do Oeste, com o sétimo maior IDHM entre as regiões analisadas, apresentou o segundo menor índice de não confiança, o menor índice de pouca confiança e o quinto maior índice de muita ou total confiança. Isso demonstra uma relação negativa entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano na região.

Com o oitavo maior IDHM, a região de Araranguá demonstrou o quarto menor índice de não confiança, o terceiro maior índice de não confiança e o quarto menor índice de muita ou total confiança. Esses dados revelam uma relação relativamente positiva entre o nível de confiança e o indicador de desenvolvimento humano nesta região.

Uma relação relativamente positiva entre o nível de confiança e o indicador de desenvolvimento humano também é verificada na região de Dionísio Cerqueira, que apresentou o nono maior IDHM. Na referida região registrou-se o segundo maior índice de não confiança, o quarto maior índice de pouca confiança e o terceiro maior índice de muita confiança.

A região de Lages, com o menor IDHM entre as regiões analisadas, apresentou o sexto maior índice de não confiança, o segundo maior índice de pouca confiança e o menor índice de muita ou total confiança. Isso demonstra uma relação positiva entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano na região.

A análise do IDHM das regiões e dos níveis de confiança expressos pelos dirigentes das organizações sociais analisadas permite afirmar que há uma relação positiva entre o índice de desenvolvimento humano e o capital social na maioria as regiões.

b) Nível de confiança das pessoas da comunidade

Para melhor ilustrar o IDHM e o nível de confiança das pessoas das comunidades das regiões em estudo elaborou-se o gráfico a seguir.

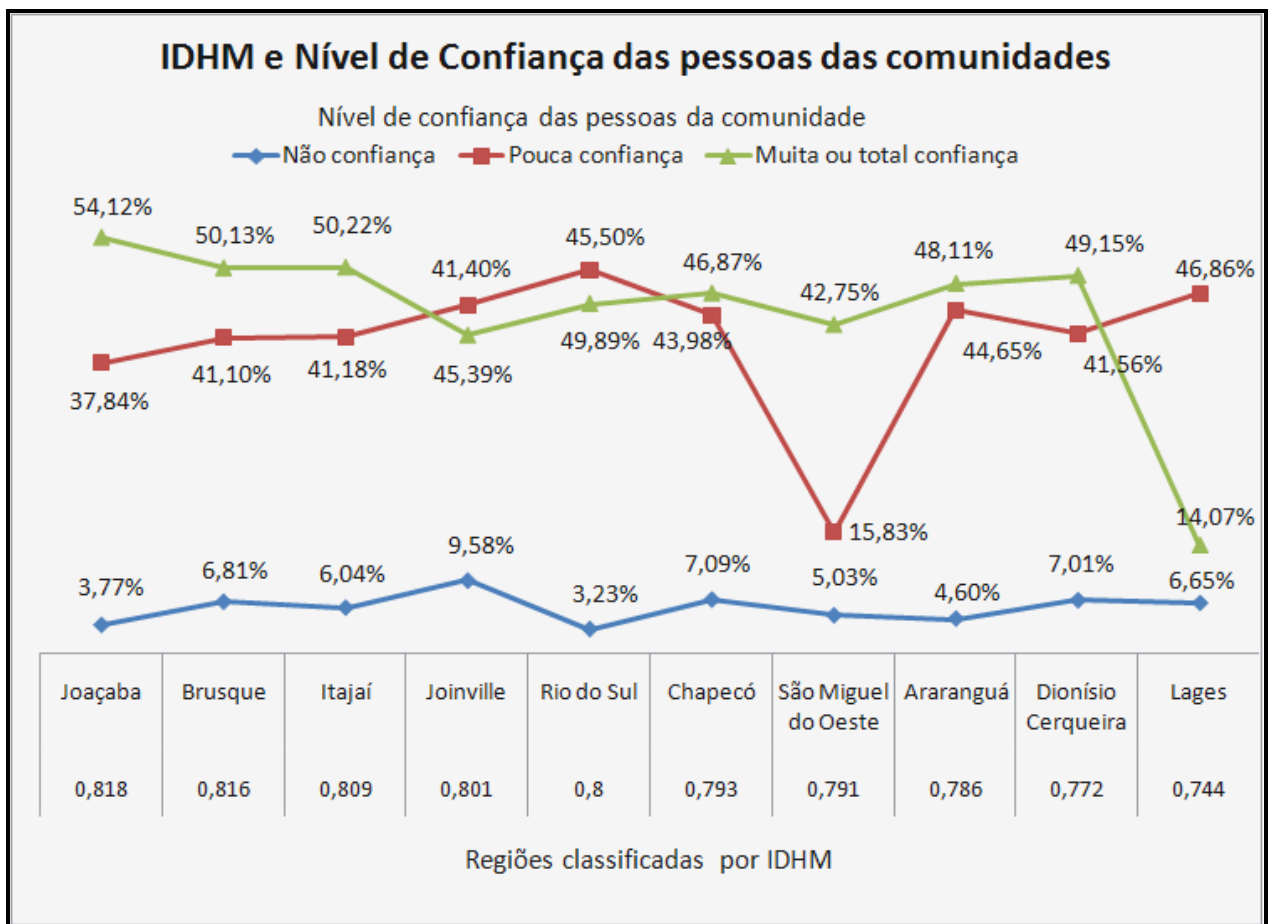


Gráfico 4 – IDHM e nível de confiança das pessoas da comunidade
Fonte: Adaptado de Menegasso (2006) e PNUD (2007)

As pessoas da comunidade da região de Joaçaba, que registrou o maior IDHM entre as regiões analisadas, demonstraram o segundo menor índice de não confiança e de pouca confiança, e também o melhor índice de muita ou total confiança. Sendo assim, na região de Joaçaba há uma relação positiva entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano.

Na região de Brusque, que registrou o segundo maior IDHM, as pessoas da comunidade expressaram o sétimo maior índice de não confiança, o terceiro menor índice de pouca confiança e de muita ou total confiança. Desta forma, verifica-se que na região de Brusque há uma relação relativamente positiva entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano.

Em Itajaí, a região que registrou o terceiro maior IDHM, observa-se uma relação relativamente positiva entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano isto porque, segundo as pessoas da comunidade, a região apresentou o quinto menor índice de não confiança, o quarto menor índice de pouca confiança e o segundo maior índice de muita ou total confiança.

As pessoas da comunidade da região de Joinville, que registrou o quarto maior IDHM entre as regiões analisadas, demonstraram o maior índice de não confiança, o terceiro maior índice de pouca confiança e o segundo menor índice de muita ou total confiança. Sendo assim, na região de Joinville há uma relação negativa entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano.

Na região de Rio do Sul, que registrou o quinto maior IDHM, as pessoas da comunidade expressaram o menor índice de não confiança, o maior índice de pouca confiança e de quarto menor índice de muita ou total confiança. Desta forma, verifica-se que na região de Rio do Sul há uma relação relativamente negativa entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano.

Em Chapecó, a região que registrou o sexto maior IDHM, observa-se uma relação relativamente positiva entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano isto porque, segundo as pessoas da comunidade, a região apresentou o segundo menor índice de não confiança, o sexto menor índice de pouca confiança e o sexto maior índice de muita confiança.

As pessoas da comunidade da região de São Miguel do Oeste, que registrou o sétimo maior IDHM entre as regiões analisadas, demonstraram o quarto menor índice de não confiança, o menor índice de pouca confiança e o oitavo menor índice de muita ou total confiança. Sendo

assim, na região de São Miguel do Oeste há uma relação relativamente negativa entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano.

Na região de Araranguá, que registrou o oitavo maior IDHM, as pessoas da comunidade expressaram o terceiro menor índice de não confiança, o quarto maior índice de pouca confiança e de quinto maior índice de muita ou total confiança. Desta forma, verifica-se que na região de Araranguá há uma relação relativamente negativa entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano.

Em Dionísio Cerqueira, a região que registrou o nono maior IDHM, observa-se uma relação relativamente negativa entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano isto porque, segundo as pessoas da comunidade, a região apresentou o terceiro maior índice de não confiança, o quinto menor índice de pouca confiança e o quarto maior índice de muita ou total confiança.

As pessoas da comunidade da região de Lages que registrou o menor IDHM entre as regiões analisadas, demonstraram o quinto maior índice de não confiança, o segundo maior índice de pouca confiança e o menor índice de muita ou total confiança. Sendo assim, na região de Lages há uma relação relativamente positiva entre o nível de confiança e o índice de desenvolvimento humano.

Por fim, com base na análise acima realizada, pode-se afirmar que nas regiões de Joaçaba, Brusque e Lages há uma relação positiva entre o IDHM e o capital social, expresso pelo nível de confiança. Nas demais regiões não é possível fazer qualquer afirmação.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O intuito principal deste último capítulo é desenvolver a conclusão do trabalho, de maneira a atender os objetivos iniciais da pesquisa e delinear recomendações para futuros estudos sobre o tema

Este trabalho teve como objetivo principal analisar como se apresentam os indicadores de desenvolvimento humano em dez regiões do Estado de Santa Catarina que expressam diferentes níveis de confiança. Buscando atingir este objetivo, foram definidos quatro objetivos específicos, que são: identificar o índice de desenvolvimento humano em dez regiões do Estado de Santa Catarina; verificar o capital social das regiões por meio da análise do nível de confiança; e, analisar as possíveis relações entre o índice de desenvolvimento humano e o nível de confiança das regiões.

Primeiramente, foi feito um levantamento do referencial teórico sobre o desenvolvimento, capital social e indicadores, como forma de orientar a pesquisa e dar ao pesquisador a base teórica necessária para a análise de dados.

O desenvolvimento foi definido, para fins desta pesquisa, segundo o conceito utilizado por Furtado (1984). Para o autor, a idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a metamorfose social deriva dessa outra idéia simples de que é mediante as invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento.

O conceito de capital social utilizado nesta pesquisa foi o atribuído por Fukuyama (2001). Segundo o autor o capital social pode ser entendido como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Espera-se que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência. Desta forma, para levantar o capital social existente no município foi utilizada a dimensão confiança.

Com o intuito de cumprir o objetivo relacionado a identificação do índice de desenvolvimento humano das regiões analisadas foi levantada, primeiramente, a origem do IDH e a posição do Brasil perante os demais países neste índice. Em seguida, foi analisada a forma de cálculo do IDHM e como se apresenta este índice nos estados brasileiros, e de maneira especial, no Estado de Santa Catarina. Por fim, as regiões foram analisadas separadamente considerando o IDHM dos municípios que as compõem.

Verificou-se que em 2005 o Brasil passou pela primeira vez a se enquadrar entre as nações que tem o IDH considerado alto (igual ou superior a 0,800) e que o Estado de Santa Catarina está entre os estados brasileiros de melhor desenvolvimento humano. Percebeu-se também que cinco das regiões analisadas apresentaram o índice de desenvolvimento humano considerado alto, são elas: Joaçaba, Brusque, Itajaí, Joinville e Rio do Sul. Já as outras cinco regiões apresentaram o desenvolvimento humano considerado médio, são elas: Chapecó, São Miguel do Oeste, Araranguá, Dionísio Cerqueira e Lages. Neste contexto constatou também não há relação entre o IDHM-E e o IDHM-R nas regiões estudadas, ou seja, regiões com maior IDHM-R não necessariamente apresentem maior IDHM-E, e vice e versa.

Dentre os três índices que compõem o IDHM percebeu-se que, em todas as regiões, o IDHM-E foi o que apresentou melhor desempenho, o contrário é verificado com o IDHM-R que permaneceu abaixo de 0,800 em todas as regiões.

Para cumprir o segundo objetivo específico, que está relacionado à verificação do capital social das regiões por meio da análise do nível de confiança foi analisado, num primeiro momento, o nível de confiança nos agentes institucionais dos dirigentes e das pessoas da comunidade em cada região. Após, foi feita uma compilação dos dados que permitiu verificar o nível de confiança por alternativa proposta aos respondentes – não confio, pouco confio, confio muito ou totalmente – em cada região.

Esta análise demonstrou que tanto os dirigentes das organizações sociais quanto as pessoas da comunidade, depositam grande confiança nas pessoas das organizações sociais analisadas, nas escolas públicas e em seus professores, assim como nos enfermeiros e atendentes do posto da saúde da comunidade. Por outro lado, verificou-se que os mesmos depositam pouco ou nenhuma confiança na Assembleia Legislativa, na Câmara de Vereadores, no Governo do Estado, na Política Local, no Judiciário e na Prefeitura Municipal.

Com relação o último objetivo, cuja finalidade foi a de analisar as possíveis relações entre o índice de desenvolvimento humano e o nível de confiança das regiões, verificou-se que o nível de confiança expresso pelos dirigentes organizacionais e o IDHM está positivamente relacionais em sete das dez regiões analisadas. No entanto, na análise do nível de confiança expresso pelas pessoas da comunidade e o IDHM não foi possível encontrar qualquer relação.

Cabe destacar o que é exposto por Baquero (2003). Segundo o autor, a confiança nas instituições não é somente uma dimensão atitudinal de valor positivo do ponto de vista moral e ético, é também imperativo para o fortalecimento da democracia. Em sociedades caracterizadas pela desconfiança prevalecem as atitudes e comportamentos políticos tradicionais, em que o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo são práticas do cotidiano político.

A confiança é um elemento fundamental para o bom funcionamento das comunidades e, por conseqüência, para o seu desenvolvimento. Tal afirmação é facilmente percebida se tivermos em vista as associações pessoais de maior proximidade, em que a ligação entre os seus membros é marcada por relações pessoais diretas e afetivas – a família, o trabalho, os círculos de amigos ou de convívio habituais.

Mesmo que não de maneira tão direta, tal afirmação também é válida para as comunidades maiores, em que a ligação entre uma multiplicidade de membros que, na sua esmagadora maioria, se desconhecem pessoalmente é assegurada por uma identidade construída com base em interesses, crenças e imaginários comuns, onde todos se reconhecem. É o caso de comunidades em que seus membros se agregam com o intuito de desenvolver uma ação de interesses comuns.

Neste contexto, entende-se que a confiança é, senão o mais valioso, um dos mais valiosos bens intangíveis de qualquer sociedade e a base do seu capital social. Quanto maior o nível de confiança, maior o estoque desse capital e, sendo assim, maior o potencial de progresso dos demais fatores que influenciam no desenvolvimento das sociedades.

Ressalta-se também que a colaboração entre o poder público e a sociedade civil apresenta-se como fator fundamental para mobilizar e liberar as forças criativas latentes para a luta por um desenvolvimento sustentável em nossa sociedade.

Nesse sentido cabe aos gestores públicos locais e regionais criarem um ambiente propício às práticas participativas, através de ações concretas como, por exemplo, o desenvolvimento de práticas participativas na gestão cotidiana das organizações públicas. Mais efetivo ainda será o

respeito às decisões coletivas, analisando e discutindo as propostas em conjunto com a comunidade, a fim de evidenciar que o que por ela for decidido consensualmente, não sofrerá deturpações ou alterações pelos que estão incumbidos de executá-las.

É certo que a atual cultura impositiva permanecerá por muito tempo sendo a cultura dominante e que isso ainda causará muitas frustrações dos atores sociais legitimamente comprometidos com a construção da democracia brasileira e do desenvolvimento fundamentado no respeito aos direitos de cidadania. Contudo, o importante é não desistir do propósito, apesar das dificuldades, confiando que o desenvolvimento, a justiça e a solidariedade entre os brasileiros justificam o esforço. Afinal, está claro nos dias de hoje, que o desenvolvimento é tarefa de toda a sociedade e não apenas de especialistas econômicos e dirigentes políticos.

Destaca-se ainda que as conclusões deste estudo devem ser encaradas como um novo caminho que pode ser trilhado, seja para futuras pesquisas sobre o tema, seja para criar espaços democráticos para estimular novas formas de participação política dos atores sociais, ou seja para ampliar a esfera de participação da sociedade civil.

Para futuros estudos sugere-se que sejam utilizados outros tipos de indicadores de capital social, ou até mesmo, o mesmo indicador utilizado nesta pesquisa, mais em regiões diferentes das estudadas e, ainda, que seja levantado o nível de confiança em outros agentes institucionais.

Outro aspecto que pode ser pesquisado é o baixo nível de confiança nos órgãos públicos formas, como a Câmara de Vereadores e a Assembléia Legislativa.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1. sem. 1999.

ACSELRAD, H.; LEROY, J. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Cadernos de debate Brasil Sustentável e Democrático**, n. 1. Rio de Janeiro: FASE, P. 11-47, 1999.

ADLER, P. S.; KWON, S. Social Capital: The good, the bad, and the ugly. In: Lesser, E. L. **Knowledge and Social Capital Foundations and Applications**. Butterworth Heinemann. 2000.

ALBERTON, A. **Meio ambiente e desempenho econômico-financeiro: o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileira**. 2003. 307p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ARAÚJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ARAÚJO, J. F. F. E. Os dirigentes na relação entre administração e os cidadãos. **Revista de Administração e Políticas Públicas**. Portugal, 2002, p.28.35

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista Sociologia e Política**, n. 21, p. 83-108, nov. 2003

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARBI, F. **Capital social e ação coletiva na gestão das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: os desafios da gestão compartilhada do Sistema Cantareira -SP**. 2007. 300p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BARBIERI, J.C.; LAGE, A. C. Conceitos, problemas e pontos de partida para políticas de desenvolvimento sustentável. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (Anais...)**. Campinas: ANPAD, 2001.

BENBROOK, C.M.; GROTH III, E. **Indicators of the Sustainability and Impacts of Pest Managements Systems**. 1996. Disponível em: <http://www.pmac.net/aaas.htm>. Acesso em 15 dezembro 2007.

BOUNI, C. **Indicateurs de développement durable**: l'enjeu d'organiser une information hétérogène pour préparer une décision multicritère. In: Colloque International. Paris: AScA, 1996. 14p.

BOURDIEU, P. Le Capital Social – Notes Provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**. France, n. 31, p. 2 – 3, 1980.

BROWN Jr., K.S. Insetos como rápidos e sensíveis indicadores de uso sustentável de recursos naturais. In: **Indicadores ambientais**. Sorocaba: ESALQ/PUC, 1987. p.143-145.

BUARQUE, C. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BUSTELO, P. **Teorias contemporâneas del desarrollo económico**. Madrid: Editorial Sínteses, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

CHEVALIER, S. ET AL. **User guide to 40 Community Health indicators**. Ottwa: Community Health Division, Health and Welfare Canada, 1992.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, Universidade de Chicago, vol. 94, Supplement S95 – S120, 1988.

_____. **Foundations of Social Theory**. The Belkanp Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres. 1990.

_____. **Foundations of Social Theory**. 3º ed. Cambridge, Harvard University Press, 2000.

CMMAD. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, T. C. N A. Considerações teóricas sobre o conceito de indicador social: uma proposta de trabalho” In. **Revista Brasileira de Estatística**, 1975, no 142.

CUNHA, L. A. G. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. **Revista RA’EGA**, Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000.

CRUZ, S.S. **Estratégias de desenvolvimento local a partir do capital social de um território: estudo do município de Urubici/SC**. 2007. 300p. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DELLAGNELO, E.H.L. **Novas formas organizacionais: ruptura com o modelo burocrático?**. 2000. 179f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The New Public Service: Serving Rather than Steering. **Public Administration Review**, v. 60, n. 6, pp. 549-559.

DOTTO, D. M. R. et al. Estudos regionais comparados: reflexões sobre o capital social. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2003. p. 229-244.

DPIE - Department of Primary Industries and Energy National Radioactive Waste Repository Site Selection Study Phase 2: **A Report on Public Comment**. DPIE, Canberra, 1995.

FERNANDES, A. S. A. O Conceito de Capital Social e sua Aplicação na Análise Institucional e de Políticas Públicas. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração (Anais...)** Campinas. ANPAD, 2002.

FERRAREZI, E. Capital Social: conceitos e contribuições às políticas públicas. **Revista do Serviço Social**, Brasília, a. 54, n.4, out./dez. 2003.

FERREIRA, M. G. **O orçamento participativo como instrumento de geração de capital social: um estudo do Conselho do Orçamento Participativo – Ano 2001/2002 – do município de**

Maringá-PR. 2003. 264p. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.

FILLIPIM, E. S. **Administração pública e desenvolvimento sustentável**: um estudo sobre a região da associação dos municípios do meio oeste catarinense. 2005. 225p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FRANCA, L. P. **Indicadores ambientais urbanos**: revisão da literatura. São Paulo: Parceria 21, 2001.

FRANCO, A. Por que precisamos de desenvolvimento local, integrado e sustentável. **Revista SÉCULO XXI**, Brasília, p. 7-56, 2000.

_____. **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

_____. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. **A Grande ruptura**. Buenos Aires: Atlântida, 1999.

_____. Capital social e globalização. In: **Conferência Internacional de Globalização, Desenvolvimento e Equidade**, 2001. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 269-284.

FURTADO, A. **Capacitação Tecnológica, Competitividade e Política Industrial: uma abordagem setorial e por empresas líderes**, TEXTO PARA DISCUSSÃO N.348, RJ: IPEA, setembro, 1994.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Paz e Terra : São Paulo. 2000.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. Vol.24, n. 4 (96) outubro-dezembro 2004, pp. 483-486.

GALLOPIN, G. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling and Assessment**. n. 1, p. 101-117. 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. In: **Encontro de Estudos Organizacionais (Anais...)**. Porto Alegre: ANPAD, 2006.

GRANOVETTER, M. **Economic Action and Social Structure**: The Problem of Embeddedness. In American Journal of Sociology, volume 91, número 2, pp. 481-510, 1985.

GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. **A geografia do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997, p. 13-44.

HARDI, P., BARG, S. **Measuring Sustainable Development**: Review of Current Practice. Winnipeg: IISD. 1997

HATCHUEL, G. POQUET, G. **Indicateurs sur la qualité de vie urbaine et sur l'environnement**. Paris: Credoc, 1992. 58p.

HIGGINS, S. S. **O Capital Social Está na Moda**: Análise para sua Reconstrução Teórica. 2003. 249 p. Dissertação (Mestrado em), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

HOLLING, C. S. **Adaptive environmental assessment and management**. New York, USA: John Wiley, 1978.

IUCN (INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES); UNEP (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME); WWF (WORLD WILDLIFE FOUND). **World conservation strategy**: living resource conservation for sustainable development. Gland, Switzerland e Nairobi, Kenya: IUCN, Unep, WWW, 1980.

JACOBI, P. Meio ambiente e sustentabilidade. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo, Ed. Especial, p. 175-183, 1999.

_____. The challenges of multi-stakeholder management in the watersheds of São Paulo. In: **Environment & Urbanization**, v. 16, n.2, 2004.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes e aplicações. Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2001.

JARDIM, J. S. Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento como liberdade e a construção da cidade na perspectiva ambiental. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 189-201, jan./jun. 2005.

KELLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EDUSP, 1980.

KEYNES, J. M. **As conseqüências econômicas da paz**. Brasília: Ed. UNB, 2002.

KIECKHÖFER, A. M. **Promoção de desenvolvimento integrado e sustentável de municípios**. 2005. 221p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

KLIKSBERG, B. **Capital Social e Cultura**: chaves esquecidas do desenvolvimento. Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina: PREAL. Série PREAL Debates. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2002.

LAKATOS, E. V., MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LOCKE, R. M. Construindo confiança. **Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 253-281, 2001.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARZALL, K. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. 1999. 208 f. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MAZZINI E. J. T. Compreensão Social ou Desenvolvimento Regional: contribuição dos assentamento rurais do Pontal do Paranapanema – SP. In: **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, (Anais - III Simpósio Nacional de Geografia Agrária)**. Presidente Prudente: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 2005.

MCQUEEN, D.; NOAK, H. **Health promotion indicators**: current status, issues and problems. Health Promotion. 1988.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development**. The Sustainability Institute, 1998.

MELIM, J. M. **A formação do capital social entre os empresários de micro e pequenas empresas**: a experiência dos núcleos setoriais do “empreender”. 2007. 300p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MELO, A. S. **O Brasil, a dependência e o Fundo Monetário Internacional**: Perspectiva crítica a luz das cartas de intenções do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MENEGASSO, M. E. **Relatório de pesquisa**: Diagnóstico do Capital Social em dez Regiões de Santa Catarina. Florianópolis: ESAG/UDESC, 2006.

MENEGASSO, M. E.; SALM, J. F. **Serviços públicos e capital social**. IX Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, Madrid, Espanha, 25 nov.2004. Disponível em: www.clad.org.ve. Acesso em 13 janeiro 2008.

MERICO, L. F. K. **Introdução à Economia Ecológica**. Blumenau Ed. da FURB, 1996.

MILES, I. **Social indicators for human development**. New York: St. Martin's Press, 1985.

MOURA, M. S. et al. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n.4, p.609-626, jul-ago, 2002.

NASCIMENTO, H. M. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: A experiência de organização dos pequenos agricultores do Município de Valente**. 2000. 124 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

NICÁCIO, José A. **Elementos necessários para o planejamento da sustentabilidade dos Municípios de médio e pequeno porte**. 2002. 165p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

OECD (ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT). **Core set of indicators for environmental performance reviews**. A synthesis report by the group on the state of the environment. Paris: OECD, 1993.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

PAIXÃO, M. O desenvolvimento econômico e o tema das relações raciais no Brasil. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, Rio de Janeiro, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ltds.ufrj.br/gis/>>. Acesso em: 27 novembro 2007.

PAULA, J. Desenvolvimento & gestão compartilhada. In: SILVEIRA, Caio Márcio (Org.). **Desenvolvimento local: dinâmica e estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001. p. 277-290.

PERES, F. C. O Capital Social como motor do desenvolvimento sustentável. **Revista Marco Social**, p. 24-31, 2001.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), **Atlas do Desenvolvimento do Brasil**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>, acesso em 12/12/2007

_____. **Relatórios de desenvolvimento humano.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em 07 janeiro 2008.

PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Revieww of Sociology**. Palo Alto, California, vol.24, 1998.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia:** A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

_____. **Bowling Alone:** The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RICHARDSON, Robert Jarry. et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

RICUPERO, B. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo : M. Fontes. 2004

RIEDL, Mario; VOGT, Olgário P. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Capital Social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2003. p. 149-211.

ROMANO, D. M. **The nature of trust:** conceptual and operational clarification. 2003. 165p. Dissertation (Doctor of Philosophy), Graduate Faculty of Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College, Louisiana, 2003.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paul: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodología de la investigación**. México: Mcgraw hill, 1994.

SANDEFUR, R. L.; LAUMANN, E. O. A Paradigm for social capital. In: LESSER, E. L. **Kownledge and Social Capital Foundations and Applications**. Butterworth Heinemann 2000.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Tipologia para análise do desenvolvimento local, integrado e sustentável – DLIS. **Revista Centro Ciências Administração**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 119-124, dez. 2002.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SAPELLI, D. M.. **Indicadores de capital social numa organização de terceiro setor**. 2006. 120p. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHÜTER, R. **Metodologia da Pesquisa em Turismo e Hotelaria**. São Paulo: ALEPH, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SELLTIZ, Claire et allii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, A. S. S. **A arbitragem como instrumento para a promoção do desenvolvimento como liberdade no Brasil**. 2007. 335p. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre a natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOUZA, Nelson Mello e. **Educação ambiental**: dilemas da prática contemporânea. Rio de Janeiro: Thex Ed, 2000.

TAVARES, E. M. F. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **Revista Holos**. Natal, ano 21, p. 120-129, mai. 2005.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. São Paulo: Edusp, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUNSTALL, D (1994) Developing and Using indicators of sustainable development in Africa: an overview (draft Paper) Prepared for the network for environment and sustainable development In Africa (NESDA) **Thematic workshop on indicators of sustainable development**, Banjul, The Gambia, May 16-18, 1994.

UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P. SERAGELDIN, I. **Social Capital – A multifaceted perceptive**. The World Bank: Washington D.C. 2000.

VALLEJO, L. R. Ecodesenvolvimento e o mito do progresso. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, nº 4, p. 77-87, 1988.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: O Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

_____. Neodesenvolvimento: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

YIN, R. K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Brookman, 2005.

WCED (World Commission for the Environment and Development). **Our Common Future**, Oxford, Oxford University Press, 1987.